



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX Nº 058 QUINTA-FEIRA, 1º DE MAIO DE 2014

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (66,68)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (66,68)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (104) Romero Jucá (40,105) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (76)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL/PRB) - 26</p> <p>Líder Humberto Costa - Bloco (115,121)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,99) Rodrigo Rollemberg (65,98) Inácio Arruda (89,94,117)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (115,121)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,103) Anibal Diniz (25,102) Paulo Paim (101) Eduardo Suplicy (100)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,70,99)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (65,98)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,83)</p> <p>Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,91,116)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (89,94,117)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,75)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (36,120)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM/SD) - 16</p> <p>Líder Wilder Moraes - Bloco (95,112,118)</p> <p>Vice-Líderes Mário Couto (34,61,122) Jayme Campos (28,106,110,123) Alvaro Dias (73,124)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (77) Alvaro Dias (73,124) Paulo Bauer (5,35,72,78)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,74)</p> <p>Vice-Líder do DEM Wilder Moraes (95,112,118)</p> <p>Líder do SD - 1 Vicentinho Alves (42,54,71,111)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 11</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,63) Eduardo Amorim (17,47,48,80)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino (126) Mozarildo Cavalcanti (57,125)</p> <p>Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,63)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,80)</p>	<p>Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,83) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p>PROS - 1 Líder Ataídes Oliveira - PROS (96,108,114)</p>

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
<p>Antônio Helder Medeiros Rebouças Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL	
Nº 17/2014.....	7
2 – ATA DA 62ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 30 DE ABRIL DE 2014	8
2.1 – ABERTURA.....	10
2.2 – EXPEDIENTE.....	10
2.2.1 – Comunicações da Presidência	
Prejudicialidade dos Requerimentos nºs 347, 348 e 350/2014.....	10
Designação da Deputada Benedita da Silva, como suplente, para integrar a Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal, nos termos do Ato Conjunto nº 3/2014, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.....	10
2.2.2 – Comunicações	
Do Senador Ivo Cassol, justificando a não participação de S. Exª no Fórum de Líderes do Governo – América Latina e Caribe, nos dias 7 e 8 de maio próximo (Memorando nº 1/2014).	11
Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de designação do Senador Vital do Rêgo para o cargo de Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 (Ofício nº 87/2014)	11
2.2.3 – Avisos do Ministro de Estado de Minas e Energia	
Nº 90/2014, na origem, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 24/2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.....	11
Nº 92/2014, na origem, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 25/2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.	11
2.2.4 – Leitura de projetos	
Projeto de Lei do Senado nº 147/2014, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, que <i>altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para conceder benefício fiscal, relativo ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, para empresas que tenham adquirido produtos reciclados ou recicláveis destinados à inserção na cadeia produtiva.</i>	11
Projeto de Lei do Senado nº 148/2014, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, que <i>altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para aperfeiçoar as regras referentes ao direito de petição do servidor público federal e ao prazo de prescrição da ação disciplinar.</i>	15
Projeto de Lei do Senado nº 149/2014, de autoria do Senador Cidinho Santos, que <i>modifica o art. 627 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a observância do critério de dupla visita na fiscalização do trabalho.</i>	18
Projeto de Lei do Senado nº 150/2014, de autoria do Senador Cidinho Santos, que <i>altera o art. 54 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para vedar a devolução dos valores recebidos de boa-fé pelo administrado ou pelo servidor público, em decorrência de errônea ou inadequada interpretação da lei por parte da Administração Pública.</i>	20
2.2.5 – Leitura de requerimentos	
Nº 456/2014, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.	21
Nº 457/2014, de autoria do Senador Valdir Raupp, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 438/2013 e 45/2014.	22
Nº 458/2014, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de congratulações ao Jornal Zero Hora.	22
Nº 459/2014, de autoria do Senador Cyro Miranda, solicitando a retirada do Requerimento nº 342/2014.	
Deferido	23
Nº 460/2014, de iniciativa da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, solicitando informações ao Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.	23
Nº 461/2014, de iniciativa da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, solicitando informações ao Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.	24

Nº 462/2014, de iniciativa da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, solicitando informações ao Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.	24
Nº 463/2014, de iniciativa da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, solicitando informações ao Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.	24
Nº 464/2014, de iniciativa da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, solicitando informações ao Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.	25
Nº 465/2014, de iniciativa da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, solicitando informações ao Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.	25

2.2.6 – Comunicações

De diversas Lideranças no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem a Comissão Interna destinada a estudar o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 166/2010, que reforma o Código de Processo Civil (Ofícios nºs 75, 43, 35, 9 e 58/2014). <i>Designação dos Senadores Eunício Oliveira, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Eduardo Braga, José Pimentel, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Aloysio Nunes Ferreira, Wilder Morais, Cidinho Santos e Eduardo Amorim, como titulares, e dos Senadores Ricardo Ferraço, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Pedro Taques, Humberto Costa, Alvaro Dias e Maria do Carmo Alves, como suplentes, para comporem a referida Comissão</i>	26
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

2.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR RUBEN FIGUEIRÓ – Homenagem a Carlos Lacerda pelo centenário de seu nascimento.	27
SENADOR ACIR GURGACZ – Registro do acompanhamento e da fiscalização, por S.Exª, do andamento das obras do Governo Federal em Rondônia, em especial as de infraestrutura; e outro assunto.....	29
SENADOR PAULO BAUER – Referência a projetos de autoria de S.Exª que visam a impedir o aparelhamento e o uso político dos fundos de pensão das empresas estatais.....	31
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Críticas ao ex-Governador de Roraima, que se descompatibilizou do cargo para concorrer ao Senado Federal, por supostos atos de corrupção.....	33
SENADOR CASILDO MALDANER – Satisfação com os dados divulgados pela Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina acerca do desempenho do sistema cooperativista, e destaque à necessidade de aprovação de marco regulatório que trate da questão.....	35
SENADORA IVONETE DANTAS – Destaque para relevância da Embrapa no que se refere ao fortalecimento dos produtores rurais no Brasil.....	36
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Reflexões acerca dos direitos conquistados pelos trabalhadores brasileiros.....	37
SENADOR CIDINHO SANTOS, como Líder – Posicionamento contrário ao projeto que modifica a denominação da Ala Senador Filinto Müller para Ala Senador Luiz Carlos Prestes; e outros assuntos.....	39

2.2.8 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 276/2014, de autoria do Senador Pedro Simon. Aprovado	41
------------------------------------------------------------------------------------	----

2.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR HUMBERTO COSTA – Defesa do Programa Mais Médicos; e outros assuntos.	41
-----------------------------------------------------------------------------------	----

2.3 – ORDEM DO DIA

2.3.1 – Item 6 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de Emenda à Constituição nº 4/2014, tendo como primeiro signatário o Deputado Mauro Benedito, que altera o Capítulo IV – Das Funções Essenciais à Justiça, do Título IV – Da Organização dos Poderes, e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. Não houve oradores na primeira sessão de discussão em primeiro turno	43
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

2.3.2 – Item 45 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 278/2014, de autoria do Senador Vital do Rêgo, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei da Câmara nº 62/2012, do Projeto de Lei do Senado nº 236/2012 e demais matérias anexadas, a fim de que tenha tramitação autônoma. Aprovado	44
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

2.3.3 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 274/2014, de autoria do Senador Cyro Miranda, solicitando que, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 460/2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Aprovado	46
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

2.3.4 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 275/2014, de autoria do Senador Humberto Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 460/2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (plebiscito sobre a transferência para União da responsabilidade sobre Educação Básica). Aprovado	46
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

2.3.5 – Fala da Presidência (Senador Jorge Viana)

Recebimento da intimação do Supremo Tribunal Federal, relativa ao Mandado de Segurança nº 32.885, e pronto cumprimento do referido mandado; Prejudicialidade do Recurso nº 4/2014.	46
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

2.3.6 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.....	46
2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
2.4.1 – Discursos	
SENADOR CYRO MIRANDA, como Líder – Críticas a recente declaração atribuída ao ex-Presidente Lula segundo a qual o julgamento do “Mensalão” foi fundamentalmente político.	53
SENADORA ANA AMÉLIA – Cobrança por transparência na gestão dos fundos de aposentadoria complementar; e outro assunto.	54
SENADOR PEDRO SIMON – Apelo aos jovens por participação ativa e constante nos destinos políticos do País.....	57
SENADOR IVO CASSOL, como Líder – Preocupação com as medidas a serem adotadas para resolver os problemas decorrentes da cheia do rio Madeira; e outros assuntos.....	63
SENADOR ALVARO DIAS – Críticas à gestão do Governo Dilma Rousseff no tocante à segurança pública.....	66
SENADOR JORGE VIANA – Considerações sobre a imigração de haitianos para o Brasil; e outro assunto.	70
SENADOR VALDIR RAUPP – Preocupação com a situação de municípios do Estado de Rondônia após a cheia do rio Madeira; e outro assunto.	75
2.4.2 – Comunicação da Presidência	
Convocação de sessão solene do Congresso Nacional para a terça-feira próxima, às 12 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os setenta anos de vida artística do pintor brasileiro Glênio Bianchetti.	77
2.4.3 – Discursos (continuação)	
SENADOR ANIBAL DINIZ – Defesa de projeto de lei de autoria de S.Exª que amplia a participação feminina na política ao reservar vaga no Senado Federal para as mulheres.	77
2.4.4 – Comunicação	
Da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Ofício nº 454/2014). <i>Designação da Deputada Janete Pietá, como suplente, para compor a referida Representação. (Vide item 1.1)</i>	79
2.4.5 – Discursos (continuação)	
SENADOR EDUARDO SUPLICY– Destaque à necessidade de ações coordenadas dos três níveis de Governo, a fim de que seja solucionada a situação dos haitianos no Brasil; e outro assunto.	81
2.4.6 – Comunicações	
Da Liderança do PMDB e do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Ofícios nºs 94 e 95/2013). <i>Designação dos Senadores José Sarney, como titular, e Sergio Petecão, como suplente, para comporem a referida Comissão.</i>	82
Das Lideranças do PPS e do PV na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 643/2014 (Ofício nº 87/2014). <i>Designação do Deputado Arnaldo Jardim, como titular, e do Deputado Sarney Filho, como suplente, para comporem a referida Comissão.</i>	83
Da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Ofício nº 492/2014). <i>Designação do Deputado Cesar Colnago, como suplente, para compor a referida Comissão.</i>	83
2.4.7 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR ALFREDO NASCIMENTO – Considerações sobre o Marco Civil da Internet, aprovado pelo Senado no mês corrente.....	83
SENADOR CIRO NOGUEIRA – Registro do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, em 3 de maio; e outro assunto.	84
SENADORA ANGELA PORTELA – Regozijo pela aprovação, na Câmara dos Deputados, de PEC que dispõe sobre a situação funcional de servidores oriundos dos ex-Territórios do Amapá e de Roraima.....	86
2.5 – ENCERRAMENTO.....	88
3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA	88
4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL EM 30.4.2014	88
<u>SENADO FEDERAL</u>	
5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
Por Unidade da Federação	89
Bancadas dos Partidos	90
Por ordem alfabética	91
6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	92
7 – LIDERANÇAS	93
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	97
9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	100
10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	111

CAS – Comissão de Assuntos Sociais.....	120
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	123
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte.....	130
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	135
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	145
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.....	153
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura.....	162
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	170
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	177
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	181
CSF – Comissão Senado do Futuro.....	184

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993).....	185
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993)	186
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995)	187
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013).....	187
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005).....	187
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001).....	188
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009).....	190
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010)	192
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010)	194
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012).....	196
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013)	198
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013)	200

CONGRESSO NACIONAL

12 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	202
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008).....	207
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007).....	211
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999).....	212
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014).....	213
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014)	214
Comissões Mistas Especiais.....	215
Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 2/2014-CN	219
Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 3/2014-CN	219

13 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	220
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	221
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011).....	225

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 17, DE 2014

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o disposto no art. 6º da Resolução nº 01/2011-CN, que “dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências”, e para os efeitos do que determina o art. 10 da referida Resolução,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Deputada JANETE PIETÁ, na condição de membro suplente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, para ocupar a vaga destinada ao PT na Câmara dos Deputados, nos termos do ofício nº 454/GAB-LidPT, da Liderança do Partido dos Trabalhadores naquela Casa do Congresso Nacional.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Senado Federal, 30 de abril de 2014. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Ata da 62ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 30 de abril de 2014

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Jorge Viana, da Srª Vanessa Grazziotin, do Sr. Cidinho Santos, da Srª Ana Amélia e dos Srs. Eduardo Suplicy e Anibal Diniz.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 1 minuto e encerra-se às 16 horas e 11 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

54ª Legislatura

4ª Sessão Legislativa Ordinária

62ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 11 HORAS

Período : 30/04/14 07:00 até 30/04/14 20:32

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X
PR	SP	ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PROS	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X
PR	MT	CIDINHO SANTOS	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PT	MS	DELÍDIO DO AMARAL	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PT	SP	EDUARDO SUP LICY	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PTB	DF	GIM	X

PT	PR	GLEISI HOFFMANN	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PP	RO	IVO CASSOL	X
PMDB	RN	IVONETE DANTAS	X
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X
PT	AC	JORGÉ VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X
PMDB	TO	KÁTIA ABREU	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X

Compareceram: 62 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência comunica ao Plenário que, tendo em vista a aprovação do **Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2014**, ficam prejudicados os **Requerimentos nºs 347, 348 e 350, de 2014**, lidos anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência designa, de conformidade com o **Ato Conjunto nº 3, de 2014**, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, a Deputada Benedita da Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Geraldo Simões, para integrar a Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal, criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ato:

ATO CONJUNTO Nº 3 DE 2014

DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Designa integrante na Comissão Mista constituída pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL e o PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições regimentais,

RESOLVEM:

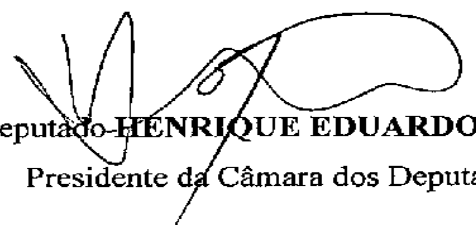
Art. 1º Fica designada a Deputada Benedita da Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Geraldo Simões, para integrar a Comissão estabelecida pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 30 de abril de 2014.



Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal



Deputado **HENRIQUE EDUARDO ALVES**
Presidente da Câmara dos Deputados

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência do Senado Federal recebeu **Memorando nº 1**, do Senador Ivo Cassol, por meio do qual comunica a impossibilidade de viagem ao México para a participação no Fórum de Líderes do Governo – América Latina e Caribe –, no período de 7 a 8 de maio de 2014, conforme **Requerimento nº 436, de 2014**.

O Memorando vai à publicação.

O Requerimento fica prejudicado e vai ao Arquivo.

É o seguinte o Memorando na íntegra:

MEMORANDO Nº 1/2014-GSICAS

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, solicito a Vossa Excelência consentir a restituição, a esta unidade parlamentar. De requerimento por mim dirigido à Mesa Diretora deste Senado Federal, veiculado através do Sistema SEDOL, solicitando autorização para o desempenho de missão oficial na Cidade do México D.F – MEX, com ônus para a Casa no período de 7 e 8 de maio de 2014, então com vistas à minha participação no Fórum de Líderes de Governo – América Latina e caribe – a ser realizado no Hotel, St. Regis México City, naquela cidade.

Cabe ressaltar que o referido requerimento fora excluído do referido Sistema Sedol, não devendo ser submetido à apreciação da Mesa da Casa.

Respeitosamente, – **Ivo Cassol**, Senador da República PP/RO.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 87, de 2014**, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Deputado Devanir Ribeiro, comunicando a indicação do Senador Vital do Rêgo para a relatoria do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 (PLN nº 3, de 2014).

É o seguinte o Ofício:

Of. Pres. n. 87/2014/CMO

Brasília, 29 de abril de 2014

Assunto: **Comunica designação do Relator do PLDO 2015 (PL nº 3/2014-CN)**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência a fim de comunicar a designação do Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB para o cargo de Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 (PL nº 3, de 2014-CN), nos termos regimentais e em atendimento à indicação constante do Ofício GLPMD nº 70/2014, de 22-04-2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Devanir Ribeiro**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O Senado Federal recebeu os seguintes Avisos do Ministro de Estado de Minas e Energia:

– **Nº 90, de 28 de abril de 2014**, em resposta ao **Requerimento nº 24, de 2014**, de informações, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira;

– **Nº 92, de 28 de abril de 2014**, em resposta ao **Requerimento nº 25, de 2014**, de informações, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira;

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, DE 2014

(Senador Alfredo Nascimento – PR/AM)

Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para conceder benefício fiscal, relativo ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, para empresas que tenham adquirido produtos reciclados ou recicláveis destinados à inserção na cadeia produtiva.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 13-A:

“Art. 13-A. Para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, poderão ser deduzidos em dobro os custos com bens reciclados ou recicláveis que tenham sido adquiridos pela pessoa jurídica para inserção na cadeia produtiva como insumo.

§ 1º As deduções relativas ao incentivo fiscal previsto no caput não poderão reduzir o valor devido do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido em mais de 4% (quatro por cento).

§ 2º Aplica-se ao imposto de renda das pessoas jurídicas o disposto no § 4º do art. 3º desta Lei.

§ 3º O regulamento estabelecerá as regras relativas ao aproveitamento do benefício fiscal e à identificação dos produtos reciclados ou recicláveis que poderão ter seu custo deduzido na forma do caput.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei tem por escopo fomentar a utilização de produtos reciclados e recicláveis, visto que prevê a concessão de benefício fiscal às empresas que apuram o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) pelo lucro real. O benefício também é estendido ao recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

O projeto em questão está alinhado com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, diploma que definiu os princípios, os objetivos e os instrumentos dessa política.

Entre os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos definidos na aludida lei, destaca-se o previsto no inciso VIII do art. 6º, que consiste no reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania.

De acordo com o art. 15, inciso III, da lei em questão, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos deve ter como meta e reutilização e a reciclagem com vistas a reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada.

A adequação do projeto de lei com a Política Nacional de Resíduos Sólidos também é constatada diante da redação do art. 25 da Lei nº 12.305, de 2010, dispositivo que atribui ao Poder Público a responsabilidade pela efetivação das ações voltadas para assegurar a observância da política em questão.

Entre as ações do Poder Público está a concessão de incentivos fiscais, o que é reconhecido expressamente pelo art. 8º, inciso IX, da Lei nº 12.305, de 2010, e pelas regras que tratam dos instrumentos econômicos da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O projeto elege como incentivo fiscal a possibilidade de dedução em dobro dos custos com bens reciclados ou recicláveis que tenham sido adquiridos pelas pessoas jurídicas sujeitas à apuração do IRPJ pelo lucro real e ao pagamento da CSLL, desde que se trate de aquisição dos referidos bens para inserção na cadeia produtiva como insumo.

Cuida-se, portanto, de benefício fiscal simples, mas que, pelas suas especificidades, deverá ser regulamentado pelo Poder Executivo. Realmente, a edição de norma regulamentadora é imprescindível para a implementação do benefício, seja do ponto de vista tributário, seja do ponto de vista ambiental. Quanto ao aspecto tributário, a regulamentação será necessária para a definição do procedimento para aproveitamento do benefício fiscal. No que se refere ao aspecto ambiental, mostra-se importante que o Poder Executivo defina quais bens poderão ser considerados reciclados ou recicláveis para fins do incentivo em questão. Trata-se de assunto sujeito à discricionariedade técnica do Poder Executivo.

Além de incentivar as grandes empresas a utilizarem produtos reciclados ou recicláveis, o benefício fiscal que se pretende criar fomenta a indústria de recicláveis e permite a redução, ao longo do tempo, da quantidade de rejeitos que precisam ser enviados aos aterros sanitários. Com isso, são minimizados os impactos ambientais decorrentes da atividade empresarial e do consumo.

Convicto da importância da presente iniciativa, esperamos a acolhida do projeto de lei pelos ilustres Pares.
Sala das Sessões, – Senador **Alfredo Nascimento**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 3º A alíquota do imposto de renda das pessoas jurídicas é de quinze por cento.

§ 1º A parcela do lucro real, presumido ou arbitrado, que exceder o valor resultante da multiplicação de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses do respectivo período de apuração, sujeita-se à incidência de adicional de imposto de renda à alíquota de dez por cento. [\(Redação dada pela Lei 9.430, de 1996\)](#)

§ 2º O disposto no parágrafo anterior aplica-se, inclusive, nos casos de incorporação, fusão ou cisão e de extinção da pessoa jurídica pelo encerramento da liquidação. [\(Redação dada pela Lei 9.430, de 1996\)](#)

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, à pessoa jurídica que explore atividade rural de que trata a [Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990](#).

§ 4º O valor do adicional será recolhido integralmente, não sendo permitidas quaisquer deduções. [\(Vide Lei nº 12.761, de 2012\)](#)

Art. 13. Para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, são vedadas as seguintes deduções, independentemente do disposto no [art. 47 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964](#):

I – de qualquer provisão, exceto as constituídas para o pagamento de férias de empregados e de décimo-terceiro salário, a de que trata o [art. 43 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995](#), com as alterações da [Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995](#), e as provisões técnicas das companhias de seguro e de capitalização, bem como das entidades de previdência privada, cuja constituição é exigida pela legislação especial a elas aplicável; [\(Vide Lei 9.430, de 1996\)](#)

II – das contraprestações de arrendamento mercantil e do aluguel de bens móveis ou imóveis, exceto quando relacionados intrinsecamente com a produção ou comercialização dos bens e serviços;

III – de despesas de depreciação, amortização, manutenção, reparo, conservação, impostos, taxas, seguros e quaisquer outros gastos com bens móveis ou imóveis, exceto se intrinsecamente relacionados com a produção ou comercialização dos bens e serviços;

IV – das despesas com alimentação de sócios, acionistas e administradores;

V – das contribuições não compulsórias, exceto as destinadas a custear seguros e planos de saúde, e benefícios complementares assemelhados aos da previdência social, instituídos em favor dos empregados e dirigentes da pessoa jurídica;

VI – das doações, exceto as referidas no § 2º;

VII – das despesas com brindes.

VII - [\(Vide Medida Provisória nº 627, de 2013\)](#) (Vigência)

§ 1º Admitir-se-ão como dedutíveis as despesas com alimentação fornecida pela pessoa jurídica, indistintamente, a todos os seus empregados.

§ 2º Poderão ser deduzidas as seguintes doações:

I – as de que trata a [Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991](#);

II – as efetuadas às instituições de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei federal e que preencham os requisitos dos [incisos I e II do art. 213 da Constituição Federal](#), até o limite de um e meio por cento do lucro operacional, antes de computada a sua dedução e a de que trata o inciso seguinte;

III – as doações, até o limite de dois por cento do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua dedução, efetuadas a entidades civis, legalmente constituídas no Brasil, sem fins lucrativos, que prestem serviços gratuitos em benefício de empregados da pessoa jurídica doadora, e respectivos dependentes, ou em benefício da comunidade onde atuem, observadas as seguintes regras:

a) as doações, quando em dinheiro, serão feitas mediante crédito em conta corrente bancária diretamente em nome da entidade beneficiária;

b) a pessoa jurídica doadora manterá em arquivo, à disposição da fiscalização, declaração, segundo modelo aprovado pela Secretaria da Receita Federal, fornecida pela entidade beneficiária, em que esta se compromete a aplicar integralmente os recursos recebidos na realização de seus objetivos sociais, com identificação da pessoa física responsável pelo seu cumprimento, e a não distribuir lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto;

c) a entidade civil beneficiária deverá ser reconhecida de utilidade pública por ato formal de órgão competente da União.

Art. 14. Para efeito de apuração do lucro real, fica vedada a exclusão, do lucro líquido do exercício, do valor do lucro da exploração de atividades monopolizadas de que tratam o [§ 2º do art. 2º da Lei nº 6.264, de 18](#)

de novembro de 1975, e o § 2º do art. 19 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.730, de 17 de outubro de 1979.

NOTA TÉCNICA Nº 21/2014

Em 15 de abril de 2014

Assunto: Impacto financeiro da minuta de Projeto de Lei do Senado, que Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para conceder benefício fiscal, relativo ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, para empresas que tenham adquirido produtos reciclados ou recicláveis destinados à inserção na cadeia produtiva.

Interessado: Senador **ALFREDO NASCIMENTO**

Chega a esta Consultoria minuta de projeto de lei do Senado proveniente do Gabinete do Senador Alfredo Nascimento, autor da matéria, que pretende conceder benefício fiscal, relativo ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, para empresas que tenham adquirido produtos reciclados ou recicláveis.

A presente Nota Técnica atende solicitação constante da STO nº 2014-00083, do Gabinete do Senador Alfredo Nascimento, no sentido de que esta Consultoria de Orçamentos calcule o impacto financeiro sobre as receitas do governo da medida proposta no referido projeto (renúncia de receita), com o intuito de atender as exigências da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

Metodologia

A minuta do projeto de lei em questão estabelece que “para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, poderão ser deduzidos em dobro os custos com bens reciclados ou recicláveis que tenham sido adquiridos pela pessoa jurídica para inserção na cadeia produtiva como insumo”.

Se a pessoa jurídica apura seu imposto de renda pelo lucro real, os custos são excluídos normalmente. Para haver a renúncia pretendida, o projeto de lei estabelece a dedução em dobro dos custos com bens reciclados ou recicláveis que estão inseridos na cadeia produtiva como insumo.

Para haver precisão, haveria a necessidade dos dados de todos os bens reciclados ou recicláveis que são usados como insumo das empresas que calculam seu imposto de renda com base no lucro real.

Como não dispomos dessas informações, precisamos construir hipóteses a fim de fazer o cálculo mais aproximado possível.

Para efetuarmos o cálculo em questão, pesquisamos na Nomenclatura da Secretaria da Receita Federal por setor econômico e atividade econômica, os setores que relacionados com a produção de bens recicláveis ou reciclados. Conseguimos identificar os seguintes setores da indústria de transformação, do item 38 Coleta, Tratamento e Disposição de Resíduo; Recuperação de **Materiais:**

38.31-9– Recuperação de materiais metálicos;

38.32-7 Recuperação de materiais plásticos;

38.39-4 Recuperação de materiais não especificados anteriormente.

Procuramos identificar a arrecadação de contribuições sobre o faturamento, como a Cofins, a fim de calcular o total de vendas das empresas desses setores.

A partir daí, construímos a hipótese de que todas as vendas dessas empresas foram destinadas a compor a cadeia produtiva de outras empresas. Essa hipótese pode estar superestimando a renúncia pretendida, uma vez que nem todas as vendas devem ter esse destino. Mas, na ausência de outras informações, hipóteses conservadoras são mais indicadas, pelo princípio da prudência que deve permear os cálculos de renúncia de receita. Por outro lado, não se estão levando em consideração outros produtos reciclados que não foram identificados na Nomenclatura da RFB e que deveriam ser computados nesse cálculo.

De acordo com dados obtidos pelo sistema de informação de arrecadação da Receita Federal, esses setores arrecadam de Cofins, em 12 meses:

38.31-9– Recuperação de materiais metálicos – R\$ 33.165.340,00;

38.32-7 Recuperação de materiais plásticos – R\$ 9.235.061,00;

38.39-4 Recuperação de materiais não especificados anteriormente – R\$ 26.092.341,00.

A soma dessas parcelas é de R\$ 68.492.742,00 (total arrecadado de Cofins). Sobre esses setores incide a alíquota de 7,6%, do regime não cumulativo. Dividindo-se essa soma pela alíquota de 7,65%, obtém-se o valor do faturamento de R\$ 901.220.289,473.

Como o projeto prevê a renúncia de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) e estamos supondo que toda a venda desses setores seja destinada a insumos de outras

empresas, então aplicamos a alíquota do IRPJ e da CLSS sobre essas vendas (compras, do ponto de vista das empresas que utilizam esses produtos como insumos).

Considerando-se a alíquota do IRPJ de 15% e mais 10% de adicional para lucros acima de R\$ 20.000.000,00 por mês, o total de renúncia de IRPJ é de R\$ 225.305.072,37.

Considerando-se a alíquota da CSLL de 9%, a renúncia correspondente calculada é de R\$ 81.109.826,03.

Assim, o total da renúncia, numa base anual, calculada referente ao projeto de lei em questão seria a soma das parcelas acima, ou seja, R\$ 306.414.989,42.

Esse valor, relacionado ao PIB de R\$ 5.242,9 bilhões para 2014 previsto no Projeto de Lei Orçamentária dá uma relação de 0,005844% do PIB. O PIB de 2014, segundo o Relatório de Avaliação das Receitas e Despesas do 1º Bimestre foi reestimado pelo Poder Executivo em R\$ 5.211,20 bilhões o que reduz aquela estimativa de encargos para R\$ 304,56 milhões em 2014. Para 2015, tendo em vista o PIB do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 estimado em R\$ 5.734,5 bilhões essa despesa iria a R\$ 335,12 milhões. Para 2016, com o PIB de R\$ 6.274,8 bilhões seria de R\$ 366,69 milhões.

Em consequência, as estimativas de perdas de receita (MÁXIMAS), resultante da proposição, seriam da ordem de R\$ 304,56 milhões em 2014 (base anual); R\$ 335,12 milhões em 2015 e R\$ 366,69 milhões em 2016.

Conclusão

De acordo com a metodologia anteriormente explicada, a renúncia estimada para a isenção do IRPJ e CSLL para empresas que utilizam produtos recicláveis e reciclados como insumo em sua cadeia produtiva é de R\$ 304,56 milhões em 2014 (base anual); R\$ 335,12 milhões em 2015 e R\$ 366,69 milhões em 2016.

Como as informações obtidas são exíguas, sugerimos que seja feito requerimento de informações à Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda. – **Maria Liz de Medeiros Roarelli**, Consultora Legislativa – Assessoramento em Orçamentos.

(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, DE 2013

(Senador Alfredo Nascimento – PR/AM)

Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para aperfeiçoar as regras referentes ao direito de petição do servidor público federal e ao prazo de prescrição da ação disciplinar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 104.
Parágrafo único. O direito de o servidor ingressar com requerimento poderá ser exercido a qualquer tempo.” (NR)

“Art. 106.
Parágrafo único. O prazo para interposição de pedido de reconsideração é de 30 (trinta) dias, contados da intimação pessoal do servidor, devendo o pedido ser despachado no prazo de 5 (cinco) dias e decidido dentro de 30 (trinta) dias.” (NR)

“Art. 108. O prazo para interposição de recurso é de 30 (trinta) dias, contados da intimação pessoal do servidor sobre a decisão. (NR)”

“Art. 110.
Parágrafo único. O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado.” (NR)

“Art. 112.
Parágrafo único. A autoridade administrativa pronunciará, de ofício, a prescrição.” (NR)

“Art. 113. Para o exercício do direito de petição, é assegurada a vista integral do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou ao procurador por ele constituído.” (NR)

“Art. 114. A administração deverá rever seus próprios atos a qualquer tempo, anulando-os quando eivados de ilegalidade.” (NR)

“Art. 142.

§ 1º O prazo de prescrição começará a correr da data do ato ou fato que der causa à abertura da sindicância ou do processo disciplinar.

§ 3º A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interromperá a prescrição, até a decisão final proferida pela autoridade competente, que deverá ocorrer em até 140 (cento e quarenta) dias, na forma dos artigos 152 e 167.

§ 5º Será reiniciada a contagem do prazo de prescrição se a decisão final da autoridade competente não for proferida em até 140 (cento e quarenta) dias da abertura da sindicância ou da instauração do processo disciplinar.

§ 6º A abertura de sindicância só interromperá a prescrição quando configurar meio sumário de apuração de infração disciplinar que dispense o processo administrativo disciplinar, desde que admitidos o contraditório e a ampla defesa.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do ano subsequente ao de sua publicação.

Justificação

O objetivo da presente proposição é aperfeiçoar as regras da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, referentes ao direito de petição do servidor público federal e ao prazo de prescrição da ação disciplinar quanto a infrações administrativas praticadas pelo servidor federal.

As mudanças propostas trarão maior segurança jurídica aos servidores públicos da esfera federal e lhes assegurará o adequado exercício dos seus direitos constitucionais do contraditório e da ampla defesa em sede de processo administrativo disciplinar (PAD).

Inicialmente, propomos a inclusão de parágrafo único ao art. 104, para prever expressamente que o servidor poderá, a qualquer tempo, ingressar com requerimento aos Poderes Públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo seu. Tal mudança tem o intuito de assegurar a efetiva proteção ao indivíduo, quando da constatação de ilegalidade cometida em seu desfavor. Com tal previsão, o prazo do art. 110 da Lei nº 8.112, de 1990, será aplicável apenas aos casos ali previstos, razão pela qual propomos também nova redação ao parágrafo único desse artigo.

Por outro lado, tem havido entendimento da Administração, com base na atual redação do parágrafo único do art. 106, de que o prazo para interposição de pedido de reconsideração seria de apenas cinco dias, o que é notoriamente insuficiente para que o servidor possa realizar sua defesa contra a decisão inicialmente tomada, quando for o caso. Para resolver tal questão, propomos nova redação ao parágrafo único do art. 106 e ao art. 108 da Lei nº 8.112, de 1990, dispondo expressamente que o prazo para interposição de recurso e de pedido de reconsideração será de trinta dias, contados da intimação pessoal do servidor.

Além disso, embora o atual art. 112 da Lei disponha que a prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela Administração, não há hoje determinação para que a autoridade administrativa pronuncie de ofício a prescrição, como já ocorre com o juiz, em relação aos processos judiciais, nos termos do art. 219, § 5º, do Código de Processo Civil. Para corrigir tal omissão, propomos a inclusão de parágrafo único ao art. 112 da Lei nº 8.112, de 1990.

A fim de dar maior efetividade ao contraditório e à ampla defesa, propomos também nova redação ao art. 113 da Lei, para assegurar ao servidor, ou a seu procurador, a vista integral, na repartição, de processo ou documento necessário ao exercício do seu direito de petição. Em muitos casos, a Administração tem fornecido hoje vista apenas da parte dos autos referentes à pessoa do solicitante, o que prejudica seu exercício de defesa, uma vez que elementos relacionados a sua situação podem constar de outras partes do processo que não necessariamente fazem referência a sua pessoa.

Temos ainda que o art. 114 da Lei nº 8.112, de 1990, embora disponha hoje que a Administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade, não diz que medida a autoridade administrativa deverá tomar diante da irregularidade. Por isso, a redação proposta a esse dispositivo determina que ela deverá anular tais atos, quando eivados de ilegalidade, incorporando expressamente ao PAD a regra hoje prevista no art. 53 da lei nº 9.784, de 29 de janeiro 1999, para os processos administrativos federais em geral.

No tocante ao art. 142 da Lei, a nova redação proposta para o § 1º define o momento a partir do qual começará a correr o prazo de prescrição, que deixará de ser a data em que o fato se tornou conhecido para ser a data do ato ou fato que der causa à abertura da sindicância ou do processo disciplinar.

Além disso, a alteração do § 3º do art. 142 e a inclusão do § 5º a esse artigo incorporarão à Lei o atual entendimento do Supremo Tribunal federal de que a instauração do PAD, não obstante se qualifique como marco interruptivo da prescrição, não impede que o prazo prescricional recomece a fluir, por inteiro, após o lapso temporal de 140 dias que a Administração tem para a conclusão do PAD, nos termos dos artigos 152 e 167 da Lei (RMS 29405 AgR/DF, RMS 30716 AgR/DF).

Finalmente, temos que o art. 143 da Lei prevê que a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público deve promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou PAD, assegurada ao acusado ampla defesa. Já o art. 145 reza que da sindicância poderá resultar: o arquivamento do processo; a aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até trinta dias; ou a instauração de PAD. Desse modo, só deve a sindicância interromper o prazo de prescrição quando ela configurar meio sumário de apuração de infração disciplinar que dispense o PAD, desde que admitidos, na própria sindicância, o contraditório e a ampla defesa. Essa previsão passará a constar do § 6º que se sugere incluir ao art. 142. Tal entendimento, inclusive, é corroborado pelo Superior Tribunal de Justiça, que entende ser descabida a interrupção do prazo prescricional por abertura de sindicância meramente investigativa e preparatória de PAD, especialmente quando realizada sem contraditório e ampla defesa (MS 13064/DF, MS 16533/DF).

Tendo em vista que as citadas mudanças gerarão certa repercussão no processo administrativo disciplinar na esfera federal, propomos o início da vigência da futura Lei para o primeiro dia do ano subsequente ao de sua publicação.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste importante Projeto de Lei, que trará maior segurança jurídica aos servidores federais e lhes assegurará o adequado exercício dos direitos constitucionais do contraditório e da ampla defesa nos processos administrativos.

Sala das Sessões, – Senador **Alfredo Nascimento**.

LEGISLAÇÃO CITADA

Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para aperfeiçoar as regras referentes ao direito de petição do servidor público federal e ao prazo de prescrição da ação disciplinar.

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO VIII **Do Direito de Petição**

Art. 104. É assegurado ao servidor o direito de requerer aos Poderes Públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo.

Art. 106. Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado. (Vide Lei nº 12.300, de 2010)

Parágrafo único. O requerimento e o pedido de reconsideração de que tratam os artigos anteriores deverão ser despachados no prazo de 5 (cinco) dias e decididos dentro de 30 (trinta) dias.

Art. 108. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida. (Vide Lei nº 12.300, de 2010)

Art. 110. O direito de requerer prescreve:

I - em 5 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;

II - em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

Parágrafo único. O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.

Art. 112. A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração.

Art. 113. Para o exercício do direito de petição, é assegurada vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou a procurador por ele constituído.

Art. 114. A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.

CAPÍTULO V Das Penalidades

Art. 142. A ação disciplinar prescreverá:

I - em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

II - em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;

III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

§ 1º O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

§ 2º Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3º A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

§ 4º Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção.

CAPÍTULO III Do Processo Disciplinar

Art. 152. O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 1º Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

§ 2º As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Seção II Do Julgamento

Art. 167. No prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 1º Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

§ 2º Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

§ 3º Se a penalidade prevista for a demissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade, o julgamento caberá às autoridades de que trata o inciso I do art. 141.

§ 4º Reconhecida pela comissão a inocência do servidor, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, DE 2014

Modifica o art. 627 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a observância do critério de dupla visita na fiscalização do trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O art. 627 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 627. A fim de promover a instrução dos responsáveis no cumprimento das leis de proteção do trabalho, a fiscalização deverá observar o critério de dupla visita, salvo se, nos dois anos anteriores à verificação da infração, o empregador já tenha recebido orientação oficial sobre o cumprimento das leis de proteção ao trabalho.”(NR)

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A função educativa é um dos principais fins da fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista, senão a principal delas. Nesse sentido, trata-se de facilitar que os empregadores possam cumprir a legislação trabalhista – muitas vezes complexa e cheia de minúcias – e de garantir, em última instância, que suas disposições sejam cumpridas, em benefício dos trabalhadores.

Ora, o interesse maior da sociedade é, justamente, que a legislação trabalhista seja cumprida, notadamente no tocante às disposições de saúde e segurança do trabalho. Uma abordagem puramente fiscalista, focada tão somente na imposição de penalidades com fito de reforçar a arrecadação por meio de multas, acaba por ser contraproducente. Isso porque o empregador, em vez de se comprometer na solução dos problemas verificados, tem de despender tempo e recursos humanos e financeiros para lidar com a penalidade imposta.

Ciente dessa circunstância, a própria legislação trabalhista atual já estabelece que deve ser observada a dupla visitação em caso de modificação da legislação ou de estabelecimento recém inaugurado ou empreendido.

O presente projeto busca estender esse reconhecimento de boa-fé a todos os procedimentos de fiscalização. Para tanto, determina que todo procedimento de fiscalização deve se orientar pelo critério da dupla visitação. Naturalmente, a fim de evitar abusos, estabelece também que esse critério deve ser observado apenas se, no prazo de dois anos que preceder a fiscalização, o estabelecimento não tenha recebido orientação oficial sobre o cumprimento da legislação.

Por se tratar de medida de evidente interesse e óbvia justiça, solicitamos aos nossos pares seu apoio na aprovação da proposição.

Sala das Sessões, – Senador **Cidinho Santos**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

TÍTULO VII

Do Processo de Multas Administrativas

CAPÍTULO I

Da Fiscalização, da Autuação e da Imposição de Multas

Art. 627 – A fim de promover a instrução dos responsáveis no cumprimento das leis de proteção do trabalho, a fiscalização deverá observar o critério de dupla visita nos seguintes casos:

- a) quando ocorrer promulgação ou expedição de novas leis, regulamentos ou instruções ministeriais, sendo que, com relação exclusivamente a esses atos, será feita apenas a instrução dos responsáveis;
- b) em se realizando a primeira inspeção dos estabelecimentos ou dos locais de trabalho, recentemente inaugurados ou empreendidos.

Art. 627-A. Poderá ser instaurado procedimento especial para a ação fiscal, objetivando a orientação sobre o cumprimento das leis de proteção ao trabalho, bem como a prevenção e o saneamento de infrações à legislação mediante Termo de Compromisso, na forma a ser disciplinada no Regulamento da Inspeção do Trabalho. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001\)](#)

Art. 628. Salvo o disposto nos arts. 627 e 627-A, a toda verificação em que o Auditor-Fiscal do Trabalho concluir pela existência de violação de preceito legal deve corresponder, sob pena de responsabilidade administrativa, a lavratura de auto [de infração](#). [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001\)](#)

§ 1º Ficam as empresas obrigadas a possuir o livro intitulado “Inspeção do Trabalho”, cujo modelo será aprovado por portaria [Ministerial. \(Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967\)](#)

§ 2º Nesse livro, registrará o agente da inspeção sua visita ao estabelecimento, declarando a data e a hora do início e término da mesma, bem como o resultado da inspeção, nele consignando, se fôr o caso, tôdas as irregularidades verificadas e as exigências feitas, com os respectivos prazos para seu atendimento, e, ainda, de modo legível, os elementos de sua identificação funcional. [\(Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967\)](#)

§ 3º Comprovada má fé do agente da inspeção, quanto à omissão ou lançamento de qualquer elemento no livro, responderá êle por falta grave no cumprimento do dever, ficando passível, desde logo, da pena de suspensão até 30 (trinta) dias, instaurando-se, obrigatoriamente, em caso de reincidência, inquérito administrativo. [\(Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967\)](#)

§ 4º A lavratura de autos contra empresas fictícias e de endereços inexistentes, assim como a apresentação de falsos relatórios, constituem falta grave, punível na [forma do § 3º. \(Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967\)](#)

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, DE 2013

Altera o art. 54 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para vedar a devolução dos valores recebidos de boa-fé pelo administrado ou pelo servidor público, em decorrência de errônea ou inadequada interpretação da lei por parte da Administração Pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 54 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 54.

§ 3º Não estão sujeitos à repetição os valores de natureza alimentar recebidos de boa-fé pelo administrado ou pelo servidor público ativo ou inativo e seus pensionistas, em decorrência de errônea ou inadequada interpretação da lei por parte da Administração Pública.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

É pacífico, hoje, na jurisprudência, o entendimento de que não cabe a restituição de valores de natureza alimentar recebidos de boa-fé, em decorrência de errônea ou inadequada interpretação da lei por parte da Administração Pública.

Essa interpretação se consolidou a partir da decisão tomada em 17 de agosto de 2004, pela Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial nº 488.905, cujo acórdão, relatado pelo Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, foi vazado nos seguintes termos:

RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDORES. GRATIFICAÇÃO. RECEBIMENTO INDEVIDO EFETUADO PELA ADMINISTRAÇÃO POR SUA RESPONSABILIDADE. BOA-FÉ NO RECEBIMENTO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES. DESCONTO EM FOLHA. INVIABILIDADE.

Ante a presunção de boa-fé no recebimento da Gratificação em referência, descabe a restituição do pagamento indevido feito pela Administração em virtude de errônea interpretação ou má aplicação da lei.

Recurso desprovido.

A partir dessa decisão, aquela Colenda Corte vem reiterando esse entendimento em inúmeros julgados.

Em 9 de maio de 2007, o Plenário do Tribunal de Constas da União, na mesma direção, aprovou a Súmula nº 249, com o seguinte teor:

É dispensada a reposição de importâncias indevidamente percebidas, de boa-fé, por servidores ativos e inativos, e pensionistas, em virtude de erro escusável de interpretação de lei por parte do órgão/entidade, ou por parte de autoridade legalmente investida em função de orientação e supervisão, à vista da presunção de legalidade do ato administrativo e do caráter alimentar das parcelas salariais.

Na mesma senda, em 16 de setembro de 2008, o Advogado-Geral da União, editou a Súmula nº 34 da Advocacia-Geral da União, de caráter obrigatório para os órgãos e entidades do Poder Executivo da União, com o seguinte teor:

Não estão sujeitos à repetição os valores recebidos de boa-fé pelo servidor público, em decorrência de errônea ou inadequada interpretação da lei por parte da Administração Pública.

Essa Súmula foi repristinada pela Súmula nº 72, de 26 de setembro de 2013, que revogou a Súmula nº 71, de 9 de setembro de 2013, que tinha ampliado o seu escopo.

O mesmo entendimento foi adotado pelo Ministro LUIZ FUX, ao deferir, em 23 de setembro de 2013, medida cautelar no Mandado de Segurança nº 31.259.

Impõe-se, nesse momento, então, de um lado, positivar esse entendimento, para evitar que pessoas sejam prejudicadas e se vejam obrigadas e acionar o Poder Judiciário para assegurar os seus direitos, não apenas gerando problemas para si, como congestionando os nossos tribunais.

Assim, estamos propondo a introdução, na lei geral do processo administrativo, de norma determinando que *não estão sujeitos à repetição os valores de natureza alimentar recebidos de boa-fé pelo administrado ou pelo servidor público ativo ou inativo e seus pensionistas, em decorrência de errônea ou inadequada interpretação da lei por parte da Administração Pública.*

Como se trata da alteração de um diploma legal que é destinado a assegurar não apenas os direitos dos servidores públicos, como de todos os administrados, cabe, em obediência ao princípio da isonomia, estabelecer redação ampla ao dispositivo, para garantir que o procedimento abranja todos os que se encontram na mesma situação.

Desta forma, estarão protegidos não somente os servidores ativos e inativos e seus pensionistas, mas também outros cidadãos que recebem verbas alimentares do Estado, como, por exemplo, os segurados do regime geral de previdência social.

Temos a certeza de que a proposta irá não apenas homenagear a cidadania, como permitir que a Justiça seja mais ágil, na medida em que permitirá reduzir a carga de processos no Poder Judiciário.

Sala das Sessões, – Senador **Cidinho Santos**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999

Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2º Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 456, DE 2014

Solicita informações ao senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre a construção de porto no Uruguai.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, *a*, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado a Sr. Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para que esta providencie, junto ao BNDES, as seguintes informações acompanhadas dos devidos documentos comprobatórios:

- Cópia integral de estudo que trate de qualquer apoio brasileiro ou financiamento à construção de porto no Uruguai, mesmo que a partir do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) ou PROEX.

Justificação

Denúncia do jornal "O Globo" do último domingo, 20 de abril, evidencia o que já se falava abertamente nos bastidores do poder em Brasília.

O governo brasileiro está exportando a poupança de nosso país e prejudicando o investimento em nossa infraestrutura. Segundo o jornal "O Globo", o objetivo agora é financiar um superporto no Uruguai que poderá "roubar" cargas dos terminais brasileiros. O apoio brasileiro, repetindo recente financiamento a Cuba, deve ser forte: cerca de US\$ 1 bilhão do BNDES - recursos do Orçamento - via Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), e conhecimento técnico, segundo fontes que acompanham a negociação.

As conversas entre Brasil e Uruguai para a construção de um porto de águas profundas estão a pleno valor. Maior oferta de frequências marítimas, fretes mais baratos, tempo de deslocamento menor e, principalmente, possibilidade de alcance do mercado asiático pelo Estreito de Magalhães (no extremo sul do continente), em condições de concorrência com o Canal do Panamá, atraem o Brasil.

Operadores portuários brasileiros, no entanto, temem uma concorrência com um porto mais moderno, mais capacitado e menos burocrático (e caro) que os nacionais, principalmente no Sul do Brasil. Como os navios no mundo são cada vez maiores, para ganho de escala, o porto deve se consolidar como parte das grandes rotas intercontinentais, deixando os terminais brasileiros de fora.

Portanto, as informações aqui solicitadas são de fundamental importância não só para dar transparência ao processo como também para que esta Casa possa avaliar os impactos dessa operação para os interesses nacionais.

Sala da Sessão, de abril de 2014. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 457, DE 2014

(Do Senador Valdir Raupp)

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 438, de 2013, com o PLS nº 45, de 2014, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, – Senador **Valdir Raupp**.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 458, DE 2014

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulações ao Jornal Zero Hora, pelo transcurso dos 50 anos de sua fundação, que ocorrerá no dia 4 de maio de 2014.

A homenagem do Senado Federal, que é extensiva a todos os seus funcionários e leitores, deverá ser encaminhada a sua Diretora de Redação, Senhora Marta Gleich, no seguinte endereço: Avenida Ipiranga, 1075 – Bairro Azenha – CEP:90160 180 Porto Alegre/RS.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2014. – Senadora **Ana Amélia**, (PP-RS).

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 459, DE 2014

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 256, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento nº 342, de 2014, de minha autoria.

Sala das Sessões, de março de 2014. – Senador **Cyro Miranda**.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência defere o requerimento. Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 460, DE 2014

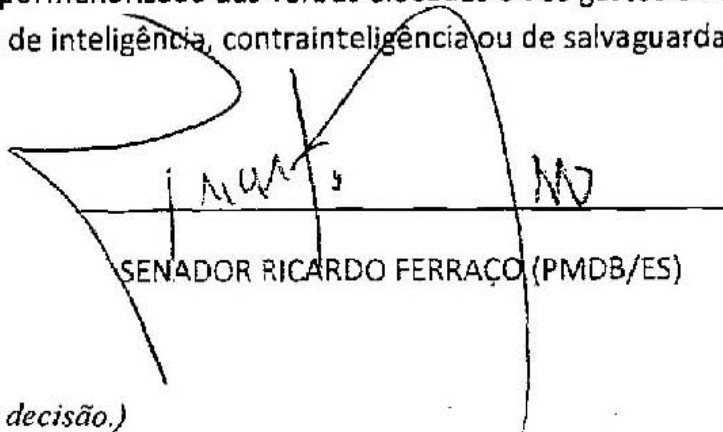
(REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE
CONTROLE DAS ATIVIDADES
DE INTELIGÊNCIA Nº 1, DE 2014)

Requeiro, nos termo do inciso II, do § 1º, do art. 10 da Resolução nº 02 de 2013 – CN, que permite que a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência solicitar a Mesa do Senado Federal que se requeira à autoridade competente relatório geral, anual, consolidado, das atividades de inteligência e contrainteligência desenvolvidas pelo respectivo órgão ou entidade do SISBIN, que seja requerido perante o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, General José Elito, relatório geral, referente ao ano de 2013, consolidado, das atividades de inteligência e contrainteligência desenvolvidas pelo respectivo órgão ou entidade do SISBIN, contendo no mínimo, conforme dispõe o art. 11 da Resolução nº 2 de 2013 – CN, as seguintes informações:

- I - indicação, estrutura e estratégia de ação do órgão ou entidade envolvido nas atividades de inteligência, contrainteligência ou de salvaguarda de assuntos sigilosos;
- II - histórico das atividades desenvolvidas e sua relação com a Política Nacional de Inteligência, a estratégia de ação e as diretrizes técnico-operacionais;
- III - enumeração dos componentes do SISBIN com os quais o órgão ou entidade mantém vínculos e das ações conjuntas ou de cooperação com esses órgãos e entidades;
- IV - enumeração de todos os órgãos de inteligência ou contrainteligência estrangeiros que tenham atuado em cooperação ou que tenham prestado qualquer tipo de assessoria ou informação a órgão ou entidade de inteligência brasileiro;

V - identificação dos processos utilizados para a realização das atividades de inteligência e contrainteligência e de salvaguarda de informações sigilosas;

VI - descrição pormenorizada das verbas alocadas e dos gastos efetuados na realização das atividades de inteligência, contrainteligência ou de salvaguarda de informações.



SENADOR RICARDO FERRAÇO (PMDB/ES)

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 461, DE 2014

(REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA Nº 2, DE 2014)

Requeiro, nos termos do inciso III, do § 1º, do art. 10 da Resolução nº 2 de 2013 _ CN, que permite que a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência solicitar a Mesa do Senado Federal que se requeira à autoridade competente relatórios extraordinários sobre temas de fiscalização da CCAI, que seja requerido perante o ministro do Gabinete de Segurança Institucional José Elito, relatório referente às atividades de inteligência e contrainteligência relacionadas à Copa do Mundo de Futebol, a ser realizada no Brasil em 2014. – Senador **Ricardo Ferraço** (PMDB/ES).

(à Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 462, DE 2014

(REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA Nº 3, DE 2014)

Requeiro, nos termos do inciso III, do § 1º, do art. 10 da Resolução nº 2 de 2013 – CN, que permite que a Comissão Mista de Controle das Atividades de inteligência solicitar a Mesa do Senado Federal que se requeira à autoridade competente relatórios extraordinários sobre temas de fiscalização da CCAI, que seja requerido perante o ministro do Gabinete de Segurança institucional, General José Elito, relatório referente às atividades de inteligência e contrainteligência relacionados à imigração de cidadãos estrangeiros no país, especialmente em relação ao fluxo migratório de cidadãos haitianos. – Senador **Ricardo Ferraço** (PMDB/ES)

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 463, DE 2014

(REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA **DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA Nº 4, DE 2014**)

Requeiro, nos termos do inciso III, do § 1º, do art. 1º, do art. 10 da Resolução nº 2 de 2013-CN, quer permite que a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência solicitar a Mesa do Senado Federal que se requeira à autoridade competente relatórios extraordinários sobre temas de fiscalização da CCAI, que seja requerido perante o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, General José Elito, relatório referente às atividades de inteligência e contrainteligência relacionadas à proteção e ao controle das fronteiras brasileiras, **tendo em vista**, inclusive, as operações Ágata. _ Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 464, DE 2014

(REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE CONTROLE E DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA Nº 6, DE 2014)

Requeiro, nos termos do inciso III, do § 1º, do art. 10 da Resolução nº 2 de 2013 – CN, que permite que a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência solicitar a Mesa do Senado Federal que se requeira à autoridade competente relatórios extraordinários sobre temas de fiscalização da CCAI, que seja requerida perante o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, General José Elito, relatório referente à execução financeiro-orçamentária das atividades de inteligência e contrainteligência no ano de 2013. – Senador **Ricardo Ferraço** (PMDB/ES).

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 465, DE 2014

(REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE CONTROLE E DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA Nº 5, DE 2014)

Requeiro, nos termos do inciso III, do § 1º, do art. 10 da Resolução nº 2 de 2013 – CN, que permite que a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência solicitar a Mesa do Senado Federal que se requeira à autoridade competente, relatórios extraordinários sobre temas de fiscalização da CCAI, que seja requerido perante o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, General José Elito, relatório referente à estrutura de contraespionagem brasileira e a estratégia nacional contra a espionagem cibernética. – Senador **Ricardo Ferraço** (PMDB/ES).

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu queria informar a todos que podem estar estranhando a transmissão na TV e na Rádio Senado que a sessão deliberativa está iniciando às 11 horas da manhã em vez das 14 horas, como normalmente acontece, porque nós resolvemos antecipar, no dia de hoje, tendo em vista ser véspera de feriado, o início da sessão e a Ordem do Dia. Foi uma deliberação do Plenário do Senado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – V. Ex^a, Senador Acir, está inscrito para uma comunicação inadiável. E eu também estou me inscrevendo para uma comunicação inadiável.

Aproveito, antes de chamar o ilustre Senador Ruben Figueiró, que é o primeiro orador inscrito, para ler o expediente sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Conforme indicação das Lideranças, a Presidência designa as seguintes Senadoras e Senadores para compor a Comissão Temporária que estudará o Substitutivo da Câmara ao **Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010**, que *reforma o Código de Processo Civil*:

Titulares**Suplentes****Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB-PP-PSD-PV)**

Eunício Oliveira – PMDB

Vital do Rêgo – PMDB

Romero Jucá – PMDB

Eduardo Braga – PMDB

1. Ricardo Ferraço – PMDB

2. Luiz Henrique – PMDB

3. Francisco Dornelles – PP

4.

Ainda na composição da Comissão Temporária que estudará o substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, que reforma o Código de Processo Civil, matéria da maior importância para o Brasil, eu sigo lendo, agora, a indicação para o Bloco de Apoio ao Governo (PT– PDT-PSB– PCdoB-PSOL).

Bloco de Apoio ao Governo (PT– PDT-PSB– PCdoB-PSOL)

José Pimentel – PT

Jorge Viana – PT (agradecendo a indicação da minha Bancada)

Antônio Carlos Valadares – PSB

1. Inácio Arruda – PCdoB

2. Pedro Taques – PDT

3. Humberto Costa – PT

Somos três titulares.

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB-DEM)

Aloysio Nunes Ferreira – PSDB

Wilder Moraes – DEM

1. Alvaro Dias – PSDB

2. Maria do Carmo Alves – DEM

Bloco Parlamentar União e Força (PTB-PR-PSC-PRB)

Cidinho Santos – PR

Eduardo Amorim – PSC

1.

2.

São os seguintes os Ofícios de indicação:

Of. GLPMDB nº 075/2014

Brasília, 09 de abril de 2014

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atenção ao OF. SF nº 407/2014, nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores abaixo para comporem a Comissão Temporária, que tem a finalidade de estudar o PLS nº 166/2010, que dispõe sobre a “Reforma do Código de Processo Civil”.

Titulares	Suplentes
Senador Eunício Oliveira	Senador Ricardo Ferraço
Senador Vital do Rêgo	Senador Luiz Henrique
Senador Romero Jucá	Senador Francisco Dornelles
Senador Eduardo Braga	

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

Ofício nº 43/2014 – GLDBAG

Brasília, 23 de abril de 2014

Senhor Presidente,

Em atendimento ao OF.SF Nº 406/2014 e nos termos regimentais, comunico que o Bloco de Apoio ao Governo, indica, conforme tabela abaixo, senadores para vagas de titulares e suplentes na composição da Comissão Temporária de “Reforma do Código de Processo Civil”.

Titulares	Suplentes
José Pimentel	Inácio Arruda
Jorge Viana	Pedro Taques
Antonio C. Valadares	Humberto Costa

Senador **Humberto Costa**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 35/14-GLPSDB

Brasília, de abril de 2014.

Senhor Presidente,

Em resposta ao ofício nº 410/14-SF, indico os senadores ALOYSIO NUNES FERREIRA e ALVARO DIAS para integrarem, respectivamente, como titular e suplente, a Comissão Temporária destinada a examinar o Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010 que reforma o Código de Processo Civil.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Líder do PSDB.

Of. nº 9/14-GLDEM

Brasília, 29 de abril de 2014.

Senhor Presidente:

Em resposta ao OF. SF/409/2014, indico a V. Exª. os nomes dos Senadores WILDER MORAIS e MARIA DO CARMO ALVES como titular e suplente respectivamente para compor a Comissão temporária sobre a “Reforma do Código do Processo Civil” nas vagas destinada ao Partido Democratas.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino**, Líder do DEM no Senado Federal.

Of. nº 58/2014-BLUFOR

Brasília, 22 de abril de 2014

Senhor Presidente Renan Calheiros,

Com meus cordiais cumprimentos e em resposta ao OF. SF Nº 408/2014, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, os nobres Senadores Cidinho Santos e Eduardo Amorim, como membros Titulares, para integrar a Comissão Temporária destinada a analisar as modificações aprovadas pela Câmara dos Deputados ao PLS nº 166, de 2010, que dispõe sobre a “Reforma do Código de Processo Civil”.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **GIM**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força, PTB / PR / PSC.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência comunica ao Plenário que o **Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010**, tramitará, no que couber, nos termos do art. 374, combinado com os arts. 285 e 287 do Regimento Interno. Nesse sentido, a matéria não é suscetível de modificação por meio de emenda.

São os seguintes os prazos da Comissão Temporária que estudará a matéria.

Relatório parcial (10 dias úteis): 5 a 16/05/2014;

Relatório geral (cinco dias úteis): 19 a 23/05/2014;

Parecer final (cinco dias úteis): 26 a 30/05/2014.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Convido, então, pedindo, mais uma vez, desculpas por ter feito a leitura de um expediente sobre a mesa, o Senador Ruben Figueiró, para que possa usar da tribuna como primeiro orador inscrito.

Há uma indicação do Senador Mozarildo para que ele seja inscrito como Líder, assinada pelo Senador Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, Senador Gim Argello. Que seja inscrito o nome do Senador Mozarildo Cavalcanti para fazer uso da palavra pela Liderança do PTB.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eminentíssimo Senador Jorge Viana, nosso Presidente, Sr. Senador Acir Gurgacz, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, senhores ouvintes da Rádio Senado, senhores telespectadores da TV Senado, senhoras e senhores que nos prestigiam neste plenário, conheci Carlos Lacerda em 1953. Eu, estudante no Rio de Janeiro; ele, jornalista fogueiro e Diretor da *Tribuna da Imprensa* – excitando a oposição a Getúlio Vargas, então presidente da República.

Naquela época, o governo era povoado por polêmicas, algumas que se tornaram escândalos de repercussão nacional, como o financiamento do jornal *Última Hora*; empréstimos irregulares e lesivos ao Banco do Brasil; a criação da Petrobras, que só foi possível porque as oposições conseguiram que o relator fosse o Deputado Gabriel Passos, da UDN de Minas Gerais, que conciliou os interesses ideológicos conflitantes.

Logo depois, veio 1954, com o episódio da Rua Tonelero e a morte do Major Rubens Vaz. Todos esses fatos tiveram a atuação marcante de Carlos Lacerda. Na Câmara, destacava-se por ser um parlamentar brilhante, culto, cáustico nas críticas aos seus adversários; carbonário, quando se tratava de malfeitos do governo; e considerado um dos maiores tribunos do Parlamento brasileiro àquela época.

Quando Lacerda subia à tribuna da Câmara, os Parlamentares silenciavam, para ouvi-lo, aplaudi-lo ou refutá-lo. Eu ia sempre assistir às sessões da Câmara dos Deputados e, jovem ainda, empolgava-me com as orações de Lacerda. Recordo-me, ainda, que alguns Parlamentares – como o baiano Vieira de Melo e o amazonense Almino Affonso, também fogueiros oradores – digladiavam com Lacerda, com arroubos oratórios e chistes provocativos de lado a lado. Parecia-me, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma batalha entre encouraçados.

Eu tive com outros universitários a oportunidade de manter rápidos encontros com Carlos Lacerda, tanto na Câmara dos Deputados quanto na redação do jornal *Tribuna da Imprensa*, que frequentávamos. Lembro-me de lá, sempre presentes Raul Branini e Aloísio Alves, que depois foi governador do Rio Grande do Norte e pai do eminente Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Henrique Alves. Nessas oportunidades, eles e Lacerda falavam conosco, estimulando-nos a participar da vida pública.

Carlos Lacerda era de uma inteligência que se exprimia como um raio. Empolgava a todos e fez uma legião de fãs que admiravam suas atitudes tempestuosas, marcadas pelo verbo impiedoso com que fustigava os seus adversários.

Ele despertou o ódio e a admiração de milhões de brasileiros, entre as décadas de 40 e 70 do século passado. Os adversários o chamavam de direitista, fascista. Ele foi, inicialmente, comunista, depois, anticomunista e virou líder da direita. Mas não se pode classificá-lo de fascista ou reacionário. Distanciava-se do centro nos seus tempos de jornalista e nos dois mandatos de deputado federal que exerceu. Mas pode-se dizer que atuou mais ao centro em algumas ocasiões, enquanto governador do Estado da Guanabara.

Lacerda demonstrou que, no curso do tempo, apesar dos percalços ideológicos (direita/esquerda) – pois participou do movimento golpista pela esquerda em 1935, como também, mais tarde, abjurando o comunismo, com teses que poderiam ser entendidas como golpista de direita, tanto contra Getúlio, em 1945 e 1950; contra JK, em 1955; Jânio, em 1961; Jango, em 1964, considerado assim um “demolidor de presidentes”.

Mas Carlos Lacerda provou armas diferentes. O que ele desejava, realmente, era o estabelecimento de uma ordem democrática estável. Foi quando, surpreendentemente, procurou JK, na Europa, e Jango, no Uruguai, para organizarem a Frente Ampla, movimento para restabelecer a democracia no Brasil e que teve vida efêmera, por ação discricionária do regime militar.

Para mim, Sr. Presidente, há homens que estão fazendo falta neste País: uns pelo fulgor das suas palavras destemidas, sem papas na língua, como Lacerda; outros com espírito aberto, dando estímulo ao otimismo, à conciliação, ao empreendedorismo, como Juscelino Kubitschek; outros com posições firmes, não temendo a força das armas, utilizando-se apenas da sua coragem estamentada por uma oratória que calava profundamente na consciência dos seus concidadãos, como foi o nosso saudoso Ulysses Guimarães. Fazem eles falta ao Brasil hodierno.

Saudar, pois, a memória de Carlos Frederico Werneck de Lacerda, nascido no Rio de Janeiro a 30 de abril de 1914 e falecido no dia 21 de maio de 1977, aos 63 anos de idade, que, se vivo, completaria, nesta data, 30 de abril, 100 anos, é saudar a memória de todos aqueles que tombaram no campo democrático, para que hoje se pudesse dizer ufano: o Brasil é um País voltado para o futuro, com expectativas de ser exemplo para o mundo.

Carlos Lacerda procurou o poder, não se serviu dele; lutou, sim, a seu modo, destemido pela sua coragem pessoal e verbo vulcânico; injusto com alguns, mas jamais sabujo de muitos que utilizavam o poder. Como afirmara – abre aspas –: “O poder não é um cargo de sacrifício. Ao contrário, é uma fonte maravilhosa de alegria” – fecha aspas.

Ainda é dele, Carlos Lacerda:

Ser governo é uma forma quase de escravidão, pelo menos de servidão, isto é, não ter hora, não ter direito nem a ter a honra pessoal; é não ter o direito ao amor próprio; é não ter tempo de cuidar dos filhos. (...) Eu tenho nojo da pessoa que diz que está fazendo um sacrifício: ou é um mentiroso, ou é um impostor que não sabe o que está fazendo lá.

Extraio, Sr. Presidente, do cientista político Melchiades Cunha Júnior:

Lacerda nunca deixou de usar o vigor de seu verbo para posicionar-se diante dos fatos. Claramente anticomunista, Lacerda justificava seus posicionamentos da seguinte forma: “Os acontecimentos mudam, as coisas mudam de aspecto, e só realmente uma pessoa obstinada ou vaidosa é que não reconhece quando as coisas mudam.

O que peço a Deus é que me conserve exatamente essa capacidade de parecer incoerente, quer dizer, de elogiar o sujeito quando o sujeito me parece que está fazendo a coisa certa e, amanhã...

(Soa a campanha.)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) –

...espinafrá-lo quando ele me parece que está fazendo a coisa errada. Agora, se você juntar as duas coisas, você é que parece incoerente.

Fecha aspas.

Sr. Presidente, já estou concluindo o meu pronunciamento. Peço mais alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – E a Mesa será tolerante com o tempo que V. Ex^a necessitar.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Muito grato a V. Ex^a.

E prossigo.

Carlos Lacerda foi quase visionário ao se recusar a participar da conspiração para tirar João Goulart do governo, argumentando que a derrubada do Presidente propiciaria a instalação de um regime militar com duração indefinida. E, de fato, o maior sonho dele, chegar à Presidência da República, não se concretizou, interrompido pelo Ato Institucional nº 5, baixado pelo Presidente militar Costa e Silva, em 13 de dezembro de 1968.

Sr. Presidente, eminente Senador Jorge Viana, eminentes Senadores aqui presentes, decidi fazer essa homenagem a Carlos Lacerda no Plenário do Senado após ler a excelente reportagem de Melchiades Cunha Júnior no *Estado de S. Paulo*, no último domingo, intitulada “O charmeur espinafrador”, termo inspirado em tre-

cho de carta de Carlos Drummond de Andrade, em 25 de dezembro de 1975, transcrito na matéria na qual o escritor diz – abre aspas:

Ninguém é indiferente ao charme irresistível que você é; e mesmo os que dizem detestá-lo no fundo gostam de você. Gostam pelo avesso, mas gostam.

Fecha aspas.

Dizia Carlos Drummond de Andrade.

É isso. Era impossível ser indiferente a Carlos Lacerda.

(Soa a campainha.)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – E, hoje, passados tantos anos, com visão mais ampliada dos fatos históricos, concordo, sem nenhuma dúvida, com os que dizem que Lacerda foi um dos personagens civis que mais influenciaram os rumos da história brasileira entre 1945 e 1968. E mesmo após os anos turvos nos quais teve sua voz entrecortada pela mordada da tirania.

Concluo, Sr. Presidente.

Fui admirador de Lacerda. Algumas vezes, ainda na mocidade, dele divergi; já encanecido nas lutas, cheguei a condenar suas atitudes.

Hoje, percebo com clareza, concordando com o cientista político Melchíades Cunha Júnior, que Lacerda “se inscreveria, ainda que não sem controvérsia...

(Interrupção do som.)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – ...como tudo nele, no panteão dos brasileiros (*Fora do microfone*) que, sendo os mais capacitados de sua época, não chegaram à Presidência da República: Rui Barbosa, Osvaldo Aranha, San Tiago Dantas”. E me permito, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acrescentar Tancredo Neves e Ulysses Guimarães.

Resta a todos nós, brasileiros, cultivar as suas memórias.

Essa, Sr. Presidente, é a homenagem que presto ao grande tribuno e grande brasileiro Carlos Lacerda. Hoje, aqui no Brasil, nós lamentamos a sua ausência e o homenageamos pelos 100 anos que teria se estivesse aqui, ao nosso lado, nos honrando.

Era esse o meu pronunciamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Senador Ruben Figueiró.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de me inscrever pela Liderança da Minoria, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – V. Ex^a, Senador Cyro, está sendo inscrito pela Liderança.

Eu queria cumprimentar a nossa colega Senadora Ivonete Dantas – só hoje estou tendo o prazer de encontrá-la –, que nos dá a honra.

Parece-me que V. Ex^a iria solicitar inscrição para uma comunicação inadiável, Senadora.

A SR^a IVONETE DANTAS (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Uma breve comunicação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Então, estou inscrevendo a Senadora Ivonete Dantas para uma comunicação inadiável.

Convido, para fazer uso da palavra, o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham pela TV Senado, antes de entrar no tema que trago nesta manhã, passo a ler uma manifestação pública feita pela Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos:

Vandalismo compromete serviços de ônibus urbanos no Brasil.

Incêndios criminosos estão aterrorizando o transporte público de passageiros por ônibus no Brasil. Passageiros, motoristas e cobradores enfrentam, diariamente, o dilema da insegurança nos seus deslocamentos diários. Somente nos primeiros quatro meses deste ano, 237 ônibus foram incendiados nas cidades brasileiras.

Frente a essa situação, a Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, ANTU, entidade representativa das empresas operadoras de ônibus urbanos, vem a público expor a preocupação com o descontrole desses vandalismos e com o estado de insegurança que coloca em risco a vida de milhares de brasileiros e brasileiras.

Cada vez mais é maior a insegurança e o risco empresarial da atividade, o que nos leva a temer pela continuidade desse serviço, que é essencial para a vida nas cidades. Além do valor da vida, que é incomensurável, o prejuízo material é imenso e arcado unicamente pelas empresas operadoras.

Diante do exposto, a ANTU e suas mais de 500 empresas associadas, que são responsáveis por realizar 90% do serviço de transporte público coletivo nas cidades brasileiras, apelam aos poderes públicos para que tomem providências com o objetivo de conter essa onda de violência que compromete o serviço justo no momento em que o País se prepara para o maior evento esportivo do planeta, exatamente a Copa do Mundo.

Então fica aqui também a nossa preocupação com relação a esses vandalismos que estão acontecendo em nosso Brasil.

E quem paga essa conta? Por enquanto são exatamente os empresários. Duzentos e trinta e sete ônibus foram incendiados neste ano de 2014, e o ano não está nem na metade.

Então há uma preocupação grande que temos com a população, é evidente, que está dentro dos ônibus, mas há uma preocupação também com relação ao serviço prestado.

Esses incêndios não estão acontecendo em função do serviço que está sendo prestado, e sim por vandalismos, protestos que não têm nada a ver com o serviço que está sendo prestado.

Sr. Presidente, tenho acompanhado e fiscalizado de perto o andamento das obras do Governo Federal em Rondônia, em especial as obras de infraestrutura, como a restauração da BR-364, que teve um ritmo mais lento nos últimos meses em função das chuvas na Região Amazônica.

Além do trabalho de reconstrução dos trechos completamente destruídos pela cheia do Madeira – conforme já detalhei aqui neste plenário –, o DNIT está iniciando, na próxima semana, uma ação de recomposição de pista e manutenção do trecho entre Vilhena e Pimenta Bueno, na BR-364.

É um serviço de tapa-buracos, que precisa ser feito com urgência por conta da quantidade de buracos provocados pela chuva e pelo trânsito pesado na rodovia.

O contrato de restauração deste trecho da BR-364 também já foi feito, e o DNIT já assinou a ordem de serviço para a empresa iniciar o trabalho. Mas é importante que inicie com o tapa-buracos. Não podemos esperar a restauração sem o serviço de tapa-buracos. É fundamental que aconteça o tapa-buracos antecipadamente.

A população do Cone Sul de Rondônia, em especial dos Municípios de Colorado do Oeste, Cerejeiras e Pimenteiras, também está na expectativa com relação à conclusão do processo de federalização e as obras de pavimentação da BR-435, cujos procedimentos e trâmites do projeto acompanhamos *pari passu*, diariamente, no DNIT.

A BR-435 é a antiga 399, e tem 162km de extensão, do entroncamento na BR-364, em Vilhena, até o Município de Pimenteiras, passando por Colorado e Cerejeiras. Ela foi federalizada em 2010, pelo então Presidente Lula, mas ainda não foi incorporada ao Sistema Rodoviário Federal, motivo pelo qual está sem manutenção desde então.

(Soa a campainha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Essa rodovia é um importante caminho de escoamento para os produtos agropecuários e cereais produzidos no Cone Sul.

Nesta semana, os engenheiros do DNIT e do DER estão vistoriando e trabalhando nessa rodovia, para concluir o inventário técnico necessário para a sua incorporação pelo Governo Federal, o que permitirá o início das obras de pavimentação e restauração após o fim das chuvas.

Outra situação semelhante ocorre na BR-319, que liga Manaus a Porto Velho, sobre a qual temos um trabalho em conjunto com toda a Bancada dos dois Estados, empresários, agricultores e toda a sociedade civil organizada de Rondônia e também do Estado do Amazonas.

Já realizamos várias audiências públicas, muitas reuniões nos Ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes, no Ibama e no DNIT, e até uma diligência do Senado pela rodovia, em novembro do ano passado, para que conseguíssemos afinar os trabalhos internos do Governo Federal e acelerar o processo de licenciamento para a reconstrução e também para a manutenção da rodovia no “trecho do meio”, ou seja, do quilômetro 260, no Igarapé-Açu, ao quilômetro 513, no Igarapé Piquiá, que corresponde a 253 quilômetros.

Esse é o trecho onde a pista de asfalto já não existe mais e a rodovia federal 319 se transformou num picadão no meio da Floresta Amazônica, com muitos buracos, atoleiros e pontes de madeira que oferecem risco de passagem até para pedestres.

O leilão eletrônico para a contratação do serviço de manutenção foi feito no dia 20 de março e agora o DNIT está na fase burocrática de contratação da empresa vencedora, o que deve ocorrer nos próximos dias.

A manutenção dos trechos já contratados no ano passado também deve ser retomada em maio, visto que foi paralisada no período de chuvas. Esse contrato de manutenção em vigor vai ligar Porto Velho a Manaus, toda essa ligação.

Com relação ao atual Estudo de Impacto Ambiental e do respectivo Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA), os trabalhos estão no limite do cronograma previsto. Esse trabalho está sendo executado de forma rápida, de modo que teremos esse estudo até o final desse ano.

(Soa a campanha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – E, aí sim, poderemos ter a reconstrução da BR-319, uma obra importante para o Estado de Rondônia, para a Amazônia e para todo o nosso País. Nós precisamos dessa BR-319 restaurada para que possamos realmente ter a ligação entre Manaus e Porto Velho regularizada pelas estradas. Não podemos ficar apenas com uma ponte aérea Porto Velho-Manaus e muito menos somente através do Rio Madeira, que leva seis dias de viagem por meio de embarcações.

Precisamos da BR-319 ligada por asfalto. Há grande expectativa de que possamos conseguir isso agora, através da manutenção que está sendo contratada, mas também com a restauração que acontecerá no próximo ano.

Eram essas as minhas colocações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Acir Gurgacz, e convido para fazer o uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Paulo Bauer; em seguida, o Senador Mozarildo Cavalcanti, pela Liderança do PTB.

Senador Paulo Bauer, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cidadãos e cidadãs que acompanham esta sessão pela TV e pela Rádio Senado, segundo a mitologia grega, Pandora foi a primeira mulher. Ela foi criada por ordem de Zeus, a divindade da mitologia grega que, antes de enviá-la à terra, entregou-lhe uma caixa contendo todos os males do mundo, como a discórdia, a guerra e as doenças.

Apesar de conter tantos males, essa caixa também continha um único bem: a esperança.

Zeus, a divindade, recomendou que a caixa nunca fosse aberta. No entanto, Pandora a abriu e, antes de fechá-la, todos os males escaparam. Só a esperança não saiu; continuou presa na Caixa de Pandora.

Podemos transpor essa história para o Brasil de hoje. Dilma, a primeira Presidenta, criada por ordem de Lula, recebeu dele a Caixa de Pandora do PT, escondendo todos os males que se verificam no Governo do PT, como a corrupção, a incompetência, o aparelhamento do Estado e outros males.

Tal como Zeus, Lula ordenou à Dilma que nunca abrisse a caixa porque, se aqueles males fossem revelados, o poder deles estaria em risco.

Pandora abriu sua caixa por curiosidade. Dilma a abriu por instinto de autopreservação.

Dilma abriu a Caixa de Pandora do PT ao redigir de próprio punho aquela indelével nota pela qual tentou se eximir da culpa por ter aprovado a compra da Refinaria de Pasadena.

Tal como Pandora, Dilma achou que poderia abrir a caixa rapidamente, só um pouquinho. Ela queria tirar de lá apenas aquele mal específico: a compra da refinaria.

Ela queria revelar que só participou da criação daquele mal porque teria sido enganada. Como ela não admitiria ser tachada de corrupta, obviamente apontou um diretor da petroleira como culpado.

Para se proteger, Dilma desobedeceu a Lula e abriu a sua caixa. No entanto, ao contrário do que ela pretendia, muitos outros males escaparam, muito além da responsabilidade pela compra de Pasadena.

Escapou o mal representado pelo ex-Diretor da Petrobras Paulo Roberto da Costa, membro de uma quadrilha que desviava recursos da empresa, por meio de um esquema internacional de lavagem de dinheiro.

Escapou a relação de Alberto Youssef – um dos doleiros ligados a esse esquema – com o petista André Vargas, então Vice-Presidente da Câmara dos Deputados.

Escapou o conluio desses dois para saquear o Ministério da Saúde, usando um lobista que, segundo o próprio André Vargas, teria sido indicado pelo então Ministro da Saúde Alexandre Padilha, hoje candidato do

PT ao governo de São Paulo. Lobista esse que foi assessor de Padilha no ministério, e que trabalhou na campanha eleitoral que elegeu Dilma Rousseff.

Da pior forma possível, Dilma aprendeu que, uma vez aberta a Caixa de Pandora do PT, não há mais volta. Os males escaparam e serão revelados, um por um, até não restar mais pedra sobre pedra.

A mais recente revelação é a crise na Petros, o Fundo de Pensão da Petrobras. Essa Fundação, criada para garantir a aposentadoria dos funcionários da empresa, foi totalmente aparelhada por sindicalistas ligados ao PT, atraídos certamente pelos altos salários pagos nos cargos de direção, e também pela possibilidade de fazer negócios com os recursos bilionários geridos pelo fundo.

Antes de a Caixa de Pandora ser aberta, ninguém lá dentro se atrevia a questionar os desmandos da turma do PT. Agora, porém, um grupo de representantes do conselho fiscal da Petros – vou repetir: um grupo de conselheiros de representantes do conselho fiscal da Petros – viu-se compelido a denunciar uma manobra do conselho deliberativo para esconder um rombo de mais de R\$3 bilhões nas contas de 2013 do fundo previdenciário da Petrobras.

Esse conselho deliberativo, dominado por sindicalistas do PT e também ligados à CUT, ignorou a decisão do conselho fiscal da Petros, que havia reprovado as contas de 2013, por unanimidade.

São R\$3 bilhões varridos para debaixo do tapete. É uma perda de R\$3 bilhões para os aposentados da Petrobras, os atuais e os futuros, em sua imensa maioria trabalhadores honestos e qualificados, que contribuíram e contribuem enormemente com o trabalho da Petrobras e com o País.

Quero ressaltar. Sr. Presidente, que essa revelação sobre a Petros não me surpreende. Me entristece, mas não me surpreende.

Há tempos enfrento essa praga, criada pelo PT, que é do uso político dos fundos de pensões das empresas estatais. Sou o autor do Projeto de Decreto do Senado nº 275, que é de 2012, que visa proteger os beneficiários dos fundos de pensão, impedindo o repasse de eventuais superávits dos fundos para as entidades patrocinadoras.

A inspiração para esse projeto foi acabar com a injustiça imposta aos aposentados do Banco do Brasil, que viram os lucros de seu fundo de pensão, a Previ, serem repassados de volta para o banco, com base em uma regulamentação infralegal claramente inconstitucional, criada pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar, precursor do Conselho Nacional de Previdência Complementar, vinculado ao Ministério da Previdência Social.

Vamos ter, inclusive, Senador Cyro Miranda, em poucos dias, no dia 05 de junho, se não me falha a memória, uma audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos para tratar exatamente desse assunto relacionado ao projeto que apresentei.

Meu projeto susta essa regra ilegal, que prejudica os aposentados não só da Previ, mas de todos os fundos de pensão do País, deixando claro que nenhum superávit de um fundo de pensão pode ser revertido à entidade patrocinadora, nem mesmo sob o argumento de compensar eventuais aportes.

Recurso colocado pela patrocinadora em fundo é recurso previdenciário, que só deve ser usado em benefício dos pensionistas e do conjunto da sociedade, por meio do financiamento de setores da economia, escolhidos por critérios econômicos e sociais, e nunca por interesses políticos e partidários.

Tenho ciência, Sr. Presidente, de que esse projeto solucionaria apenas uma parte dos problemas enfrentados pelos fundos de pensão. A questão de fundo é o aparelhamento político dos cargos de direção e dos conselhos desses fundos.

Ouçó, com muito prazer, o aparte que me pede o nobre Senador Cyro Miranda.

O Sr. Cyro Miranda (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Paulo Bauer, V. Exª é muito feliz na comparação e em tudo o que está fazendo. Talvez a Presidenta não saiba o que é Caixa de Pandora e, por isso, ela abriu. Na verdade, o ex-Presidente Lula disse assim: “Não traga isso para o Palácio, isso é um tiro no pé” porque a tática, como sempre, era deixar que a Petrobras se defendesse, a Presidente Graça Foster um dia seria degolada, com certeza, para dar uma satisfação ao público, ela que é uma pessoa íntegra e não participou disso, mas essa seria a satisfação que eles iriam dar.

(Soa a campanha.)

O Sr. Cyro Miranda (Bloco Minoria/PSDB – GO) – V. Exª falou em fundo previdenciário, em Pasadena, Abreu e Lima, no Japão, Okinawa, que está com o triplo. Quantos desmandos? Quando é que isso vai parar? Por que não queriam deixar essa investigação? A CPI é esclarecedora. Isso é que para retomemos de novo a Petrobrás. Isso só vai melhorar quando tirarmos essa administração. O que está errado é a administração. Esses desmandos vão acabar. Parabéns, Senador.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Muito obrigado Senador Cyro.

Esse é um problema recente, surgido há pouco mais de dez anos, com a ascensão do PT ao Poder Federal. No Governo Fernando Henrique Cardoso, esse aparelhamento inexistia, os fundos eram dirigidos por técnicos, muitos deles até mesmo ligados à oposição, como natural em qualquer regime democrático.

Nos dias de hoje, entretanto, episódios como esse da Petros desnudam a imperiosa necessidade de uma legislação que impeça o aparelhamento e o uso político dos fundos de pensão das empresas estatais.

Por isso, venho trabalhando, em conjunto com a Consultoria Legislativa do Senado, em um projeto de lei complementar que visa colocar ordem na bagunça criada pelo PT e pela CUT nos fundos de pensão das estatais. Este projeto tem base em cinco fundamentos:

O primeiro, criação da figura do conselheiro independente. Todo conselho de fundo de pensão deve ter um integrante selecionado exclusivamente por competência, sem vínculo com o fundo ou com a entidade patrocinadora.

O segundo, o processo seletivo para a contratação de diretores. Os cargos da diretoria executiva...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – ... devem ser preenchidos com base na meritocracia, e não por indicação política.

O terceiro, inabilitação como forma de perda de mandato dos conselheiros. Hoje, mesmo se punidos com a penalidade administrativa de inabilitação, os conselheiros não perdem seus mandatos. Situação absurda, que visa apenas proteger os indicados por critérios político-partidários.

O quarto fundamento, vedação a atividades político-partidárias. O projeto veta a presença, nos conselhos e na diretoria-executiva dos fundos, de pessoas que tenham exercido mandato político ou atividade partidária nos seis meses anteriores à sua seleção ou indicação.

O quinto e último: responsabilização do órgão fiscalizador pela homologação de cargos do fundo de pensão. Todos os procedimentos de seleção e nomeação de conselheiros e diretores deverão ser verificados e homologados pelo órgão fiscalizador.

Em breve, apresentarei esse projeto que pode significar a redenção dos fundos de pensão neste Governo e nos próximos. Espero que esses novos tempos, pós-abertura da Caixa de Pandora do PT, possam dar a esse projeto o impulso legislativo que ele merece, de modo que ele não adormeça nas comissões do Senado e...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – ... da Câmara dos Deputados.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que o povo brasileiro clama por ética e por boa gestão dos recursos públicos. Esta Casa deve ser o instrumento para dar vazão a esse clamor. A Caixa de Pandora do PT foi aberta, e seus males devem ser expiados um a um.

Temos fé de que isso acontecerá e de que os dias do PT no comando de nosso País estejam contados. Afirmo isso, porque, ao contrário da Caixa da mitologia, a Caixa de Pandora do PT não aprisiona e não aprisionou a nossa esperança.

É o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Paulo Bauer. Convido para fazer uso da palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, inscrito pela Liderança do PTB.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, pessoas que nos assistem nas galerias, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, eu exercia Medicina no meu Estado natal, Roraima, e, portanto, eu fui um precursor do Programa Mais Médicos na época em que não havia esse programa, porque ninguém realmente queria ir para os lugares pequenos. As pessoas saíam para estudar e não voltavam para o Estado. Na época, Roraima era um Território Federal, os governadores eram nomeados sem nunca terem ido lá. Também o seu Estado, Senador Jorge, passou por essa condição de ser Território Federal.

Então, eu entrei na política com três objetivos principais. Primeiro, transformar Roraima em Estado, o que seria uma libertação para o nosso povo poder escolher o seu Governador, o seu Senador, o seu Deputado Federal, já que, como Território, não tínhamos Senadores.

E tive a felicidade de, no meu segundo mandato de Deputado, ver, através da Constituinte, o Território transformado em Estado. A Constituição de 1988 o transformou e marcou que a implantação do Estado se daria com a eleição do primeiro Governador, que ocorreu em 1990.

Pois bem, de lá para cá, já temos a liberdade de escolher o Governador; temos a liberdade de escolher o vice, os Senadores, os Deputados Federais, os prefeitos também, que eram nomeados, os vereadores, e hoje atingimos o estágio de Estado membro da Federação.

Mas o que esperávamos, infelizmente, nesses últimos sete anos, foi praticamente o inverso de tudo o que nós sonhamos. Por quê? Porque um governador, que era o vice-governador do Governador Ottomar... O Governador Ottomar teve a infelicidade de falecer no primeiro ano do mandato e deixou, portanto, três anos do mandato para esse governador, que depois se reelegeu com uma escancarada corrupção, com uma corrupção tão escancarada que dava para o eleitor até pensar que aquilo não estava acontecendo.

Obviamente dizem que quem tem banco, no caso, dinheiro, e banca, isto é, bons advogados, consegue empurrar com a barriga, às vezes, o julgamento de um crime por mais terrível que ele seja. E foi o que aconteceu. Até hoje ele está cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral e ainda não julgado pelo TSE.

Então, quer dizer, nós estamos diante do quadro em que, em sete anos, esse governador ficou à frente – ele agora se desincompatibilizou para disputar o Senado, como se ele merecesse esse prêmio do povo do Estado – de um Estado que tinha saldo em caixa, muito saldo por sinal, e hoje deixou o governo altamente endividado com empréstimos que contraiu e também com a ganstança do dinheiro arrecadado pelo próprio Estado – ganstança, não; com a roubalheira feita. A ganstança foi tão escancarada por esse governador que ele, que entrou no governo como um empresário falido, construiu uma supermansão, que já foi até objeto de fotografia nas revistas nacionais, na *Época*, especialmente.

E estamos assistindo a quê? Mais ou menos ao que Rui Barbosa disse em 1914: de tanto ver triunfar as novidades, de tanto ver agigantar-se o poder nas mãos dos maus, o homem honesto chega a ter vergonha de ser honesto e aí se desencanta. Então, é lamentável que esses maus políticos cheguem ao poder através da corrupção, da coerção, da perseguição e se mantenham através de jogadas jurídicas feitas pelos advogados.

Eu quero aqui fazer um pedido a V. Exª, Sr. Presidente. Realmente apresentei ofícios, e o Tribunal de Contas do Estado já tomou uma decisão.

Olhe só: ao apagar das luzes, antes de sair, o governador conseguiu a aprovação de uma lei que lhe dava o direito a ter seis seguranças dia e noite, sendo a média de policiais militares por habitantes no Estado de 1 para 500 cidadãos. Ele, sozinho, queria ter seis seguranças, além de receber ainda os proventos, com muito esforço, de aposentadoria de governador, mas o Tribunal de Contas do Estado já vetou isso. É evidente que ele vai recorrer, e essa coisa vai demorar bastante. Há Municípios no Estado em que há apenas um policial militar, e esse governador quer seis para poder fazer política com tranquilidade, porque, aonde ele chegava, pelo menos durante o tempo em que foi governador, era vaiado, até em solenidades públicas.

Então, eu quero aqui fazer um apelo ao povo de Roraima que realmente não se deixe iludir nem se corromper por causa de dinheiro, de emprego.

(Soa a campanha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Vamos olhar o Estado, mirando, pelo menos, o futuro dos nossos filhos e dos nossos netos.

A nós cabe continuar lutando. Quando os bons desistem, eles estão ajudando os maus. Quando os bons não lutam, igualmente estão ajudando os maus a prosperarem.

Então, eu faço esse apelo não só à população do meu Estado, especificamente, mas também a todos os eleitores do Brasil. É preciso, de fato, que o eleitor leve em conta não apenas a Lei da Ficha Limpa, mesmo havendo alguns subterfúgios para contorná-la, mas que tenha, principalmente, a consciência limpa, livre e que possa, de fato, escolher os candidatos dando valor a sua...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – ... própria condição de pai de família, de profissional e de pai e avô para que não possamos ter a continuidade desse modelo que está em Roraima.

Eu espero, portanto, que todo brasileiro se movimente de norte a sul, de leste a oeste, para que nós tenhamos, realmente, eleições limpas e livres de qualquer tipo de corrupção.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Vanessa Grazziotin.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – A Mesa cumprimenta o Senador Mozarildo Cavalcanti, que acaba de falar pela Liderança do PTB, e convida, como orador inscrito, o Senador Casildo Maldaner, que fez uma permuta com o Senador Paulo Bauer.

Com a palavra V. Exª, Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cara Presidente desta sessão, Senadora Vanessa Grazziotin, catarinense de nascimento, por sinal, prezados colegas:

Um Estado cooperativista.

A Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina divulgou, ontem, os números alcançados pelo setor em 2013. Dentre eles, um merece destaque e espelha uma realidade da qual muito nos orgulhamos. Com base nas informações, um em cada quatro habitantes está envolvido diretamente com o sistema cooperativista – um em cada quatro habitantes de Santa Catarina está envolvido diretamente no sistema.

São, hoje, 1,6 milhão de cooperados – 25% da população catarinense, de 6,25 milhões de habitantes. Esse verdadeiro exército distribui-se em diversos setores de atividade cooperativa, como crédito, agropecuário, infraestrutura, saúde, transporte e consumo.

Unidas, as 254 cooperativas que integram o Sistema OCESC geraram uma receita bruta que ultrapassa os R\$20 bilhões. Apenas o setor agropecuário, que possui 54 cooperativas, com 67.517 cooperados, respondeu por R\$13 bilhões do total, somente no ano passado – R\$13 bilhões de produção somente no último exercício! As cooperativas ligadas ao setor são responsáveis ainda por 32 mil empregados. Faço questão de parabenizar o cooperativismo catarinense, e o faço em nome do Presidente da OCESC, Marcos Antônio Zordan.

O modelo cooperativista, surgido na Inglaterra no século XIX, traz, em seu cerne, princípios extremamente salutareis, de fortalecimento coletivo. O conceito é fundamentado na reunião de pessoas, e não no capital; visa necessidades do grupo, e não do lucro; busca prosperidade conjunta, e não individual. Essas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva ao sucesso, com equilíbrio e justiça entre os participantes.

No Brasil, atualmente, são mais de 6.600 cooperativas, com 10 milhões de associados e 300 mil servidores, abrangendo 13 setores de atuação. Juntas, respondem por, aproximadamente, US\$6 bilhões em exportações – somente em exportações, o que se dirá no mercado interno.

Faço essa breve exposição apenas para traçar um perfil do cooperativismo em nosso País, e tentar alcançar a dimensão de seu impacto, de sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social.

Apesar da expressiva participação na economia nacional – estimada em 6% do PIB – ainda temos carências. Temos que buscar a modernização da lei que rege o segmento, de modo a incentivar o surgimento de novas cooperativas, sejam pequenas, médias ou grandes, além de garantir a devida segurança jurídica a todo o segmento.

Exemplo típico é a necessidade de aprovarmos um marco regulatório que trate do adequado tratamento tributário ao ato cooperativo. A Constituição Federal assegurou o apoio e o estímulo ao cooperativismo e ao associativismo, delegando à lei complementar o devido tratamento tributário aos atos praticados por essas cooperativas. A lei complementar ainda não foi editada, cabendo a aplicação da Lei das Cooperativas. Como resultado, incerteza e insegurança. Tramitando desde 2005, o projeto de lei aguarda apreciação no Plenário da Câmara dos Deputados.

Outro exemplo claro de contribuição legislativa ao setor é o projeto de lei que permitirá, às cooperativas e instituições financeiras públicas, acesso direto aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A proposta, de autoria da Senadora Ana Amélia, que tivemos a satisfação de relatar nesta Casa, permitirá uma inédita expansão e capilarização do crédito produtivo por todo Brasil, com baixo custo. A mudança será um poderoso dínamo do crescimento. O projeto, aprovado em 2011 no Senado Federal, tramita nas comissões da Câmara dos Deputados.

Essa proposta de que as cooperativas como bancos públicos possam ter acesso direto aos recursos do FAT será fundamental, porque hoje, no Brasil, aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador somente têm direito os bancos federais, como o Banco do Brasil, a Caixa, o BNDES, o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia. Para outros bancos públicos, como BRDE no Sul, que é um banco público dos três Estados do Sul, os bancos de desenvolvimentos estaduais públicos que estejam equilibrados e as cooperativas seria fantástico, para ramificar isso, para polarizar as aplicações e os recursos. Porque, hoje, essas cooperativas de crédito e mesmo os bancos públicos que não são federais têm que pagar um ágio para receber do BNDES ou desses bancos federais os recursos – pagam um pedágio sobre isso. Então, se for diretamente a essas entidades cooperativas, o dinheiro vai baratear, o custo vai ser menor. E, aí, para os pequenos negócios principalmente e para ramificar no Brasil vai ser um resultado extraordinário. O custo será menor, sem dúvida alguma.

Por isso, o nosso esforço e o apelo para que consigamos também na Câmara aprovar essa medida.

Por fim, Sr. Presidente, caros colegas, a união de esforços em prol do cooperativismo traz, irradia efeitos positivos para toda a sociedade.

A ação de todos os agentes envolvidos, sejam públicos ou privados, Poderes Legislativo e Executivo, deve espelhar o mais legítimo espírito do cooperativismo: a união pelo bem comum.

Faço essas considerações, no dia de hoje, Sr. Presidente e caros colegas, em homenagem ao cooperativismo no meu Estado, Santa Catarina, que, nesta semana, fez um balanço, uma retrospectiva do que foi 2013, em que praticamente um quarto das pessoas, dos habitantes catarinenses, participam de um tipo ou outro de cooperativismo, e também da expressão que nós temos do Brasil, onde mais de 10 milhões de associados, que participam, de uma forma ou de outra, de milhares de cooperativas dos diversos setores do Brasil. A cooperativa pensa no conjunto, e não no individual; pensa na distribuição dos frutos, e não no lucro reservado. Isso tudo ajuda a encontrar soluções, porque são pessoas tratando em conjunto para encontrar soluções, e isso sempre é melhor do que uma pessoa, um grupo.

Então, formando uma associação,...

(Soa a campanha.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ... pensando em conjunto, nós teremos um reforço, teremos uma atividade mais capilarizada, poderemos atender em todos os setores, descentralizar o desenvolvimento e fazer com que o Brasil viva isso mais harmonicamente em todos os seus quadrantes e atuando em todos os setores da economia, vivendo o setor e, em cada região, a vocação de cada canto deste País, de cada lugarejo. Ajuda a encontrar soluções, agregando pessoas daqui, de lá, tendências para, dali, surgir algo que venha a produzir em conjunto, ter começo, meio e fim. Produzindo, gera emprego, gera arrecadação e atende necessidades de consumidores em outros lugares. Isso é formular propostas e saídas em todos os recantos e regiões, como dizem, do País.

Por isso, agradeço a atenção. Sei que o meu tempo está se esgotando...

(Interrupção do som.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu encerro, dizendo que, no dia de hoje, não poderia deixar de trazer essas considerações do cooperativismo catarinense e brasileiro, fortalecendo e dignificando essa luta.

Muito obrigado, Sr. Presidente e caros colegas.

Durante o discurso do Sr. Casildo Maldaner, a Srª Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu cumprimento V. Exª, Senador Casildo Maldaner.

Convido, para fazer uso da palavra, deveria ser...

Convido a Senadora Ivonete Dantas, para uma comunicação inadiável.

Em seguida, a Senadora Vanessa, como oradora inscrita.

Com a palavra, V. Exª, Senadora.

A SRª IVONETE DANTAS (Bloco Maioria/PMDB – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – V. Exª como Líder, Senador Cidinho. Aí, no próximo intervalo, é um Líder, V. Exª.

A SRª IVONETE DANTAS (Bloco Maioria/PMDB – RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Gostaria, nesta tarde, de fazer esta breve comunicação, de que, semana passada, na última quarta-feira, ocorreu uma solenidade na Embrapa, pelo seu 41º aniversário. Muito me alegrou saber que a Embrapa tem um bom recurso de execução financeira, oriundo de emendas parlamentares e que realiza, a cada R\$1,00 aplicado desses recursos, um retorno de R\$9,07, o que nos dá a tranquilidade de que a empresa cumpre sua obrigação com a sociedade brasileira.

E fiquei muito alegre em saber que o Senador Garibaldi Alves, um agropecuarista vocacionado do meu Estado, com sua sensibilidade, aportou recursos oriundos de uma emenda sua, para iniciar a retomada da produção algodoeira da região central do Rio Grande do Norte, um Estado que tem suas raízes profundas e, com a ajuda da Embrapa, arrisco-me a dizer que essa iniciativa e visão do Senador Garibaldi Alves nos trará bastante alegria, ao propiciar ao homem do campo maior possibilidade de emprego e renda.

Realmente, é muito importante, é uma oportunidade. A Embrapa tem contribuído muito na formação, na qualificação, nas pesquisas, fortalecendo, assim, o produtor rural.

Então, isso aqui é o meu registro, e agradeço, Sr. Presidente, pelas palavras receptivas aqui, ao meu retorno à Casa, tornando-me, aqui, mais uma a somar o esforço em melhorar e em garantir o apoio para o nosso povo brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu cumprimento V. Exª e, mais uma vez, dou as boas-vindas a V. Exª a nossa Casa, Senadora Ivonete Dantas. É com satisfação que vamos compartilhar o dia a dia, aqui no Senado e especialmente aqui no plenário, e eu na condição de 1º Vice-Presidente.

Convido, para fazer uso da palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin, como oradora inscrita.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Jorge Viana.

Srs. Senadores, Senadoras, companheiros, companheiras e Sr. Presidente, amanhã, dia 1º de maio, Dia do Trabalhador, Dia do Trabalho.

Comandados pela inteligência e pelas habilidades humanas, sujeito e objeto encontram-se em permanente exercício sinérgico, construindo a mola propulsora do progresso e do desenvolvimento.

Instituída ainda no século XIX, na França de 1889 e no âmbito da Internacional Socialista, a data, graças à luta de milhões de trabalhadores, gradualmente alcançou outras nações.

Independentemente da extração ideológica que os orientasse em suas distintas etapas históricas, a maior parte dos países acatou o dia 1º de maio – homenagem aos célebres embates ocorridos em Chicago três anos antes, em 1886 – para as comemorações relativas ao Dia do Trabalho.

Entre nós, há registros apontando o início das comemorações relativas ao 1º de maio a partir do ano de 1895, portanto, ainda nos anos inaugurais de nossa República.

Embora o Dia do Trabalho tenha se tornado data oficial no calendário brasileiro somente em 1925, por ato do então Presidente Artur Bernardes, mais de uma década antes, 1912, foi criada a Confederação Brasileira do Trabalho. A nova entidade ficou responsável por conduzir as reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras.

Uma pauta bastante extensa e arrojada compunha o conjunto de reivindicações dos operários brasileiros no início da segunda década do século passado – 24 anos depois da abolição da escravidão entre nós.

Jornada diária de oito horas, semana de seis dias, indenização por acidentes de trabalho, seguro saúde, pensão aos idosos e estabelecimento de salário mínimo figuravam entre as principais demandas.

Como a História nos mostra, várias dessas postulações exigiram muito tempo e dedicação dos trabalhadores para serem, finalmente, conquistadas.

Foram muitas lutas, foram muitas greves, foram muitos atos organizados durante esse período em nosso País.

As primeiras grandes inflexões na trajetória dos trabalhadores brasileiros, com o início de ganhos substantivos e permanentes, ocorrem sob o governo de Getúlio Vargas.

Em 1930, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por meio do Decreto nº 19.433, do dia 26 de novembro.

Onze anos mais tarde, em 1º de maio de 1940, foi instituído o salário mínimo. A base da pirâmide salarial é criada com o objetivo de garantir as necessidades básicas de uma família, como moradia, alimentação, saúde, vestuário, educação e lazer.

No ano seguinte, 1941, o Brasil ganha a Justiça do Trabalho, voltada para a solução das disputas em torno das relações de trabalho e dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Em 1943, entra em vigor a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), o conjunto de normas que ainda hoje – passados mais de 70 anos e efetuados alguns dos ajustes impostos pelo espírito do tempo – regem o cotidiano de milhões de brasileiros e brasileiras que se encontram no mercado de trabalho.

Assim, com Getúlio Vargas, consolida-se o arcabouço jurídico e a estrutura estatal apta a assegurar um mínimo de dignidade e respeito aos trabalhadores. Ganham a indispensável disciplina as sempre tensas relações entre capital e trabalho.

A atuação continuada e destemida de sindicatos e federações trabalhistas, ao lado de um tímido, mas crescente núcleo empresarial, ciente de suas responsabilidades sociais, tem auxiliado decisivamente na melhoria das condições de vida dos milhões de trabalhadores brasileiros.

Por certo, ainda estamos distantes do nível alcançado por trabalhadores de outras nações, mas a última década testemunhou avanços significativos.

As políticas públicas e os programas oficiais, principalmente dos governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da Presidenta Dilma Rousseff, foram fiadores do ingresso na classe média de milhões de famílias de trabalhadores brasileiros.

Diversas categorias profissionais viram a valorização de suas habilidades, desempenho e ganhos de produtividade.

As empregadas domésticas, depois de décadas ao relento, ganharam um estatuto que empresta mais dignidade a uma profissão que ganha, a cada dia, o devido respeito e admiração de toda a sociedade.

E aqui abro um parêntese para, mais uma vez, lamentar o fato de que a Câmara dos Deputados não teve a sensibilidade de, antes do Dia do Trabalho, antes da data comemorativa aos trabalhadores empregados domésticos, ter aprovado o projeto de lei que regulamenta os direitos constitucionais aprovados recentemente pelo Congresso Nacional.

O nível de emprego, ao longo dos últimos anos, tem apresentado um índice respeitável e promissor. Apesar disso, não faltam críticas segmentadas a um eventual mascaramento em virtude dos poderosos programas sociais do Governo.

E aí, Sr. Presidente, quero aqui destacar um debate que tem sido corriqueiro no plenário desta Casa, no plenário das Comissões: o fato de que, apesar de toda a crise econômica que perpassa os países do mundo e de o Brasil não estar imune a essa crise econômica e também vivenciá-la, nós, diferentemente de outras nações, tivemos um governo que se preocupou, em primeiro lugar, com que os efeitos dessa crise, com que os ônus dessa crise não recaíssem sobre os ombros dos trabalhadores, o que infelizmente é o que sempre acontece no sistema capitalista. Apesar de tudo, apesar de todas as dificuldades econômicas do Brasil, principalmente, podemos falar com muita alegria: aqui, não tivemos recessão; aqui, não tivemos desemprego; aqui, não tivemos subtração dos direitos dos trabalhadores.

Ainda assim, os trabalhadores têm a clara consciência da necessidade, sempre mais imperiosa, de avançar na luta por direitos e pelo desenvolvimento do País.

Apesar de todo o empenho, apesar dos avanços, que – aqui reafirmo – não foram poucos, são muitos, conquistas muitas, principalmente nos últimos anos... E creio que um fator importante foi uma luta que se travou ainda no governo anterior ao do Presidente Lula, quando o então Presidente Fernando Henrique Cardoso, em um projeto de lei muito simples, com um único artigo, queria acabar com a CLT, ou seja, fazer com que o negociado prevalecesse sobre o legislado, o que seria um verdadeiro caos para trabalhadores e trabalhadoras brasileiras. Aquela foi uma luta bonita e uma luta vitoriosa para os trabalhadores, para o povo brasileiro, para o Brasil, o que serviu de base para que avanços subsequentes pudessem ser também alcançados.

Mas aqui digo que temos uma longa luta a travar, porque ainda existem pontos cegos e inúmeros desafios que estão anestesiados. E creio que o resultado das urnas de outubro, das próximas eleições, será fundamental para que haja uma decisão sobre o futuro das relações entre capital e trabalho em nosso País.

E nunca é demais lembrar, nesta véspera do Dia do Trabalhador, que todos prestem muita atenção nos discursos, porque, em período eleitoral, os discursos são todos muito parecidos, mas, nas suas entrelinhas, dá, sim, para captar a diferença entre um e outro.

Tem gente que critica muito a ganância do Governo, que diz que não pode o Governo continuar com essa ganância, porque leva à inflação, e que isso é muito ruim, leva ao descontrole. Mas essa ganância nada mais é do que garantir direitos, não só a servidores públicos, mas aos trabalhadores; nada mais é do que garantir o crédito para que os trabalhadores continuem comprando, para que a produção continue acelerada e para que, assim, não haja desemprego. Essa ganância é para que não se subtraíam importantes direitos de todos os trabalhadores e trabalhadoras brasileiras.

A aposta, infelizmente, que alguns setores fazem na financeirização da economia e no rentismo é que o desenvolvimento com inclusão social, com distribuição de renda, não é uma bandeira de todas as forças políticas deste País. Os trabalhadores e trabalhadoras têm que estar alertas para saber o que significa uma coisa e outra.

Portanto, neste 1º de Maio, que é um dia de luta e de reflexão, mas, igualmente, um dia de muita celebração em face das inegáveis conquistas amealhadas nessas últimas décadas, quero aqui cumprimentar todas as mulheres, todos os homens, trabalhadores do Brasil, que têm em suas mãos não somente a responsabilidade de, através da sua força de trabalho, construir, pavimentar esta Nação que se chama Brasil, mas também tem, este ano, a grande responsabilidade de, elegendo o Presidente da República, decidir sobre o nosso futuro, o futuro do Brasil, o futuro das famílias brasileiras, o futuro dos trabalhadores brasileiros.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Cumprimento V. Exª, Senadora Vanessa, e convido para fazer uso da palavra, pela Liderança, o Senador Cidinho Santos.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco União e Força/PR – MT. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, eu quero, primeiramente, registrar a passagem da Presidente Dilma, na última quinta-feira, pela cidade de Cuiabá. Foi um dia maravilhoso para a nossa capital, onde, juntamente com a Presidente Dilma e o Governador Silval Barbosa, nós tivemos a oportunidade de entregar 638 casas do Programa Minha Casa Minha Vida.

O Estado do Mato Grosso, na gestão da Presidente Dilma, já recebeu mais de 30 mil casas do Programa Minha Casa Minha Vida.

Tivemos oportunidade, também, de visitar as obras da Copa em Cuiabá, trincheiras, viadutos e, principalmente, a Arena Pantanal, considerada hoje um dos sete estádios mais belos e bonitos do mundo.

Para nós mato-grossenses é uma honra termos em nossa capital um estádio dessa envergadura, onde já houve alguns jogos. E, na próxima quinta-feira, amanhã, teremos o jogo pela Copa do Brasil, jogo teste internacional, em Cuiabá. Então, para nós, foi uma honra receber a Presidente Dilma.

Tivemos ainda a formatura do Pronatec. Foram mais de dois mil formandos, pessoas que se qualificaram através do Pronatec.

Eu fico feliz porque a Presidente passou por Cuiabá e foi muito aplaudida. As pessoas reconhecem o trabalho da Presidenta na Presidência da República.

Tenho certeza de que aquelas pessoas que tentam aqui afundar o Governo da Presidente Dilma estão totalmente enganadas, porque, na hora certa, as pessoas vão reconhecer o trabalho que a Presidente tem feito.

Eu entendo que há uma discriminação – e falei para ela – pelo fato de ela ser mulher e pelo fato de algumas pessoas não reconhecerem o grande trabalho que ela tem feito no Brasil e, neste momento, criarem um momento de pessimismo para a nossa Nação, momento que não existe, porque o Brasil vai bem, as coisas estão acontecendo, as obras de infraestrutura estão acontecendo.

Amanhã, 1º de maio, Dia do Trabalho, temos que comemorar, pela primeira vez na história deste Brasil, o índice de desemprego abaixo de 5%, o menor índice de desemprego que já houve.

Então, como trabalhadores que somos, que estamos na luta do dia a dia, quero parabenizar todos os trabalhadores e falar da felicidade que temos, neste momento, de termos um índice de desemprego tão pequeno, como nunca houve.

Espero, Sr. Presidente, que hoje possamos votar, finalmente, o projeto de lei que dá autonomia as Assembleias Legislativas – o Senador Mozarildo aqui está, ele, que é o lutador deste projeto – estaduais poderem legislar sobre a criação de distritos e também sobre fusão.

Sou municipalista. Fui Prefeito de um pequeno Município e, após a sua emancipação, fui o primeiro Prefeito desse Município e sei da importância, para os Estados do Norte, do Centro-Oeste e do Nordeste, de acompanhar o Brasil, de dar as condições para que um distrito que não tenha nenhuma condição de infraestrutura tenha a sua autonomia e vida própria e possa caminhar com suas próprias pernas.

Entendo, Senador Mozarildo, que dando essa autonomia para os Estados estaremos fazendo justiça para com as assembleias legislativas estaduais.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco União e Força/PTB – RR) – Queria fazer um aparte ao seu discurso muito oportuno. Realmente, não dá para continuar com essa cabeça de pensar o Brasil de forma uniforme. Se continuarmos assim, vamos ter regiões mais ricas cada vez mais ricas e as mais pobres cada vez mais pobres. O nosso projeto visa justamente corrigir essas distorções. Mas creio, Senador Cidinho, e até peço a sua compreensão, que não votemos hoje porque não se está chegando a um acordo sobre uma questão que considero fundamental: a imposição do tamanho de Municípios por regiões. Acho que cada Estado – não é nem cada região – tem a sua peculiaridade e não podemos impor, numa lei federal, que um Município tenha essa ou aquela área, seja de forma uniforme ou por região. Eu considero que isso, digamos assim, tira da vontade do povo, como V. Ex^a disse, das assembleias, o direito de, de fato, decidir cada qual por si.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco União e Força/PR – MT.) – Concordo plenamente com V. Ex^a. Na sessão passada, estivemos conversando com o Líder do Governo, o Senador Eduardo Braga, para retirar esse artigo que coloca a limitação de 200 km² por Município a ser criado. Acredito que temos que confiar nos parlamentos estaduais, na responsabilidade das assembleias legislativas estaduais de que vão criar aqueles distritos que tenham, realmente, viabilidade, capacidade e condições para serem Municípios.

Mas tenho outro assunto para abordar. Quero externar a minha tristeza e até um pouco de indignação com o Projeto de Resolução da querida Senadora Ana Rita, que propõe a mudança do nome da Ala Senador Filinto Müller para Ala Luís Carlos Prestes.

Senador José Agripino, uma pessoa que admiro bastante, nada tenho contra Luís Carlos Prestes, mas que ele seja homenageado em outra ala ou área do Senado Federal. A homenagem a Filinto Müller foi feita em

passado distante e que muito honrou o Estado do Mato Grosso, que vê nele a imagem de um Líder político, cuja figura até hoje permanece respeitada no conceito do povo mato-grossense.

Com todo o respeito à Senadora Ana Rita, são injustos aqueles que criticam Filinto Müller pelo simples prazer de fazer crítica. Quem o conheceu sabe que ele era. Quem o conheceu sabe que ele era um homem honrado, sincero e respeitado.

Há muitas controvérsias na biografia de Filinto Müller e muito lhe foi imputado injustamente.

O livro de David Nasser, de 1947, *Falta alguém em Nuremberg*, fez parte da maior e bem orquestrada campanha de difamação contra um político na história contemporânea do Brasil.

Filinto Müller passou a ser alvo predileto de uma esquerda festiva quando, em 1932, foi nomeado chefe da Polícia do Distrito Federal (então no Rio de Janeiro), função que exerceu por quase uma década, pois apesar da sua formação humanística, não tinha como coibir abusos e excessos da repressão getulista.

Enquanto Chefe de Polícia, foi acusado da prisão e deportação de Olga Benário, mulher de Luís Carlos Prestes. Porém, esse fato não é verdadeiro, uma vez que ele obedecia às ordens do então Presidente Getúlio Vargas, acrescido de que essa deportação foi decidida pelo Supremo Tribunal Federal, mesmo não havendo pedido de extradição de iniciativa da justiça alemã, contra Olga. O próprio Prestes reconheceu em entrevistas que jamais Filinto foi o responsável pela deportação de sua mulher.

Essa proposta para que seja trocado o nome da Ala Filinto Müller, caros colegas, fere a imagem e a honra de um dos maiores líderes políticos de Mato Grosso e do Brasil. Müller foi Senador por quatro mandatos e teve destacada atuação no Senado, exercendo a liderança do PSD e, posteriormente, do governo Juscelino Kubitschek. Chegou à Presidência da Casa pouco antes de sua morte. Foi sob sua influência na Capital da República que Mato Grosso experimentou um dos períodos de maior desenvolvimento e progresso. Foram 40 anos de comando político no Estado.

Sr. Presidente, como representante do meu querido Estado de Mato Grosso, não posso ficar calado mediante tamanho disparate e, diria mesmo ofensa, dessa proposta para que a Ala Senador Filinto Müller receba um outro nome!

Filinto Müller nos deixou no mesmo dia do seu aniversário, 11 de julho, quando completava 73 anos. Sua morte doeu bastante em Mato Grosso. Hoje, o que cultivamos é a lealdade e consciência que ele tinha para com seus deveres com nosso Estado, na luta pelos interesses da terra de Rondon, da terra de Dom Aquino e da terra de Filinto Müller.

Era só isso, Senador Presidente, Jorge Viana.

Muito obrigado pela paciência.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero solicitar a V. Exª que seja colocado na Ordem do Dia o Requerimento nº 276, de nossa autoria, que solicita ao Tribunal de Contas da União que seja realizada auditoria, junto ao Ministério da Saúde, para averiguar a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos contratos firmados em dezembro de 2013, com dispensa de licitação. Esse requerimento foi firmado e apresentado por mim no dia 25 de março.

Vejo que está na Ordem do Dia de hoje um importante Requerimento, assinado bem depois do meu, de nº 445, que solicita ao Tribunal de Contas da União que seja realizado auditoria, junto ao Ministério da Pesca, para averiguar possíveis irregularidades no pagamento de Seguro de Defeso.

Assim como está esse, eu peço que o meu também seja colocado na Ordem do Dia desta sessão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Senador Acir Gurgacz. Em seguida, respondo à solicitação do Senador Pedro Simon.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, eu peço licença aos nobres Senadores e Senadoras para fazer uma homenagem a um grande amigo meu e amigo da nossa família, uma pessoa que defende a família, Dom Armando Cirio, que completa hoje 98 anos de idade.

Dom Armando, primeiro bispo da Diocese de Cascavel, no Paraná, criada em 1978, completa hoje 98 anos. Com a elevação para Arquidiocese, seu primeiro Arcebispo Metropolitano e até mesmo com sua renúncia por idade, em 1995, ficou morando em Cascavel, cidade que o acolheu com muito carinho.

Dom Armando ordenou-se sacerdote em 29 de junho de 1940, na cidade italiana de Asti, aos 24 anos de idade. Logo após a ordenação, foi designado para ser o responsável por um Orfanato de propriedade da Diocese, cujo diretor tinha sido convocado para prestar serviço ao Exército, como capelão militar.

Por dois anos, 1941 e 1942, dirigiu um Colégio de regime semi-internato, com o compromisso de ministrar aulas no Seminário Diocesano.

Em 7 de janeiro de 1947, iniciou a viagem de navio, com mais cinco padres. Saíram do porto de Gênova, chegando a São Paulo quatorze dias depois. Atuou durante um ano no papel de vigário e, no outro ano, de pároco na paróquia Vila dos Lavradores, na cidade de Botucatu, interior paulista. Após esses dois anos foi nomeado pároco de Apucarana.

Em 28 de agosto de 1960, recebeu sua ordenação episcopal e assumiu a Diocese de Toledo, no Paraná.

Em 1978, transferiu-se para a recém-criada Diocese de Cascavel e reside na cidade que o acolheu, onde exerce funções sacerdotais na Paróquia São José Operário. Seu lema é *ardere et illuminare*, ou seja, arder e iluminar.

Ficam aqui os meus cumprimentos e meus parabéns a Dom Moacyr, digo, Dom Armando Círio pelos seus 98 anos de idade e pelo seu brilhante trabalho à frente da cidade de Cascavel como Bispo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Cumprimento V. Ex^a. Eu estava preocupado, pois não pode ser o aniversário do Dom Moacyr Grechi, é outro.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, o Senador Cidinho.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco União e Força/PR – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É só para comunicar o falecimento do ex-Presidente do STF Aldir Passarinho, que acaba de falecer aos 98 anos, e para enviar as condolências à família do Ministro em nome do Senado Federal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Antes de passar a palavra ao Senador Humberto Costa, que será o último orador antes da Ordem do Dia, informo que a solicitação do nobre Senador Pedro Simon precisa ser apreciada antes da Ordem do Dia. Eu pergunto se há alguma divergência dos Líderes para que a solicitação de apreciação do requerimento do nobre Senador Pedro Simon possa ser feita antes da Ordem do Dia. Eu colocaria o requerimento em apreciação, e, em seguida, ouviríamos o Senador Humberto...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que temos concordância aqui pela apreciação. Ouço aqui o meu Líder, mas eu creio que estamos dialogando aqui e há concordância pela apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 276, de 2014**, do Senador Pedro Simon, solicitando ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria junto ao Ministério da Saúde para averiguar a legalidade, a legitimidade, a economicidade dos contratos de Parcerias Público Privadas firmadas em dezembro de 2013 com dispensa de licitação, entre a Fundação para o Remédio Popular e as empresas Medtronic e Scitech para fornecimento de marca-passos e stents coronários e arteriais ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu passo a palavra ao Senador Humberto Costa, que, em permuta com a Sr^a Senadora Ana Amélia, faz uso da palavra como orador inscrito.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, eu gostaria aqui, antes de iniciar o meu pronunciamento propriamente dito, de trazer duas questões muito breves.

A primeira é a de que nós já estamos correndo, entre os Senadores, o requerimento para a coleta de assinaturas para abertura da CPI mista do metrô de São Paulo. Vários Senadores aqui, inclusive da oposição, prontificaram-se a assiná-lo e, daqui a pouco, a representante da Liderança do nosso Partido vai passar colhendo essas assinaturas. Estamos perto de obter as assinaturas necessárias.

Segundo, é que eu gostaria aqui, em meu nome pessoal e em nome da nossa Bancada – embora nossa Bancada ainda será devidamente ouvida sobre essa questão –, de fazer um apelo aos Senadores que estão encaminhando o processo de negociação para a aprovação do projeto de lei que trata da criação, fusão, desmembramento e incorporação de Municípios no nosso País.

Tenho tentado trabalhar no sentido de que possamos construir um consenso, e acho que estamos muito perto disso. Desejamos que haja um entendimento e que nós não estabeleçamos limitações que são absolutamente inviáveis, entre elas a definição de 200km² para a criação de um novo Município. Isso é absolutamente equivocado, reflete um erro matemático, inclusive, pois 200km² podem ser 10 por 20, e não 2 por 1.

Portanto, ao menos na minha Bancada, não defenderei aprovar esse projeto, se nós não tivermos um entendimento que permita algo que seja aceito por todos os Senadores e que possamos aprová-lo.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria de, hoje, fazer um paralelo de alguns casos que estão em curso e em torno dos quais são elaboradas considerações pessimistas e até catastróficas, como um outro ocorrido meses atrás.

Há quase um ano, a Presidenta Dilma Rousseff tomou a decisão corajosa de criar o Mais Médicos e assegurar atenção básica à saúde em todos os Municípios do Brasil que desejassem participar do programa.

Naquele momento, houve quase uma convulsão raivosa de alguns setores do País por causa da determinação de levar assistência a milhões de brasileiros e de brasileiras que moravam em áreas sem médicos ou com insuficiência desses profissionais; reação de setores que nunca ofereceram resposta concreta para resolver o problema. O Mais Médicos foi bombardeado por todos os lados, quando o que estava em jogo, realmente, era a saúde da população brasileira.

A Medida Provisória que o criou sofreu todo tipo de oposição neste Congresso, e os nossos adversários votaram contra ela.

Lembro aqui do pré-candidato do PSDB à Presidência, o Senador Aécio Neves, que chegou a dizer que o programa “era uma violência sem tamanho” – entre aspas –, que as medidas eram – abro aspas – “marqueteiras e paliativas” e que tinham até mesmo um viés autoritário.

Mas, curiosamente, cinco meses depois, quando lançou o esboço do seu programa de governo, o pré-candidato tucano disse que desejaria manter o Mais Médicos, se eventualmente viesse a ser eleito.

Não poderia ser outra a sua posição quando observou que mais de 80% da população brasileira aprovavam o programa e que aqueles que atacavam o programa estavam se posicionando na contramão de para onde queria ir o Brasil.

Perdida a luta contra a opinião pública, que se posicionou ao lado de um programa de imenso alcance social, esses setores se recolheram, e, hoje, o Mais Médicos não é mais assunto para eles. Isso porque viram que erraram lá atrás, ao não ouvir a população, e vão ver que errarão de novo em tantos outros temas em que se posicionam contra a maioria dos brasileiros.

Hoje, o Mais Médicos é um êxito incontestável em todo o Brasil. É um programa nascido, como eu disse, da determinação da Presidenta Dilma e que cumpriu com folga todas as metas a que se propôs.

Neste mês, estamos levando mais 3,5 mil profissionais para ampliar o atendimento em atenção básica do País.

O reforço deste grupo garante o cumprimento, já no quarto ciclo do programa, da meta estabelecida pelo Governo Federal de enviar 13.235 médicos a todos os Municípios brasileiros interessados.

Mas este é um Governo de competência, de boa gestão e de superação. O Ministério da Saúde já deu início a um quinto ciclo, que aumentará para mais de 14 mil o número de profissionais levados pelo Mais Médicos às populações localizadas em regiões mais vulneráveis.

Ou seja, vamos transpor a meta a que nos comprometemos num gesto de respeito àqueles brasileiros que eram desassistidos de cuidados básicos e que, desde o ex-presidente Lula, dispõem de Governos comprometidos com as suas causas.

Hoje, a atuação desses profissionais já impacta na assistência de 45,6 mil pessoas. Quando estiver concluído o quinto ciclo, chegaremos a uma cobertura de quase 50 milhões de brasileiras e brasileiros atendidos, o que significa dizer que o Mais Médicos abraçará um quarto de toda a nossa população.

Na lógica de atender aos que mais precisam, 75% dos médicos do programa foram alocados em regiões como o Semiárido nordestino, a periferia de grandes centros urbanos, os Municípios com IDHM baixo ou muito baixo e as regiões com população quilombola, entre outros critérios de vulnerabilidade.

Em relação à distribuição por região, o Sudeste e o Nordeste concentram o maior número de profissionais, com 4.170 e 4.147 médicos respectivamente. O Sul conta com 2.261, seguido do Norte, com 1.764, e do Centro-Oeste, com 893; outros 305 médicos estão atuando em distritos indígenas.

É um programa que enxerga exclusivamente os brasileiros e não se pauta por ideologias políticas. Tanto é que São Paulo e Minas Gerais, governados pelo PSDB, foram os Estados que mais pediram e mais receberam médicos do programa.

É importante notar que a grande maioria das pessoas atendidas nunca teve contato com uma equipe de saúde completa. Em razão disso, alguns resultados muito sensíveis começam a aparecer. Um levantamento do Ministério da Saúde feito em Municípios que receberam profissionais do Mais Médicos mostrou que, somen-

te em novembro de 2013, houve um crescimento de 27,3% no atendimento a pessoas com hipertensão, em comparação com o mês de junho do mesmo ano, antes da chegada dos profissionais.

Houve aumento, ainda, neste mesmo período, de 14,4% na assistência a pessoas com diabetes, de 13,2% no número de pacientes em acompanhamento e de 10,3% no agendamento de consultas. Nas cidades que contavam com médicos do programa, foram realizadas 2,28 milhões consultas em novembro, 7% mais que o total registrado em junho. O levantamento foi feito em 688 Municípios onde atuavam 1.592 médicos.

Em suma, eu gostaria de parabenizar a visão e a firmeza da Presidenta Dilma e de todos os que sustentaram o duro embate aqui, no Congresso, pela decisão de instituir o Mais Médicos. Obviamente, este é um programa que não se circunscreve somente a levar mais profissionais por todo o País. Ele é um amplo pacto de melhoria do atendimento aos usuários do SUS, assumido pela Presidenta junto aos brasileiros, que tem o objetivo de aperfeiçoar a formação de médicos na atenção básica, ampliar o número de médicos nas regiões carentes do País e acelerar os investimentos em infraestrutura nos hospitais e unidades de saúde, que, até o fim deste ano, chegarão a R\$15 bilhões.

Estou convicto de que o Mais Médicos é um dos passos mais significativos dados na História do Brasil em favor de todos os brasileiros. Os resultados já são visíveis, e o reconhecimento e o apoio da população a eles também o são.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância, e a todos os Senadores e a todas as Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) –

ORDEM DO DIA

Conforme entendimento com Líderes que se manifestaram junto a esta Presidência, vamos apreciar o Item 6.

Se não há divergência ou nenhuma posição diferente das Sras e Srs. Líderes...

São apenas três itens e a pauta está trancada. Acaba de chegar um Líder muito importante, o Senador Eunício.

O **Item 6** trata da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2014. Primeira sessão de discussão para que se conte...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Só para contar prazo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Só para contar prazo.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 4, DE 2014

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2014, tendo como primeiro signatário o Deputado Mauro Benevides, que *altera o Capítulo IV – Das Funções Essenciais à Justiça, Título IV – Da Organização dos Poderes, e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal (Defensoria Pública)*.

Parecer favorável sob nº 312, de 2014, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Relator: Senador Romero Jucá.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, consulto a V. Exª se há acordo para votar alguma medida provisória, porque o PMDB e o Bloco concordam em votar, se for o caso, alguma medida provisória. Se V. Exª quiser discutir pelo menos a 630...

As medidas provisórias estão trancando a pauta. Se houver acordo...

Quero deixar claro que por parte do PMDB há acordo para votar a Medida Provisória nº 630.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O PMDB informa que há acordo para votar a medida provisória...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Acordo pelo próprio PMDB. Eu não falei pelos outros líderes.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Houve em uma manifestação do Senador Aloysio Nunes e do Senador José Agripino solicitando e fazendo o questionamento de que matérias como a própria medida provisória não tinham entendimento para se apreciar hoje.

Nesse sentido, o Senador Aloysio Nunes está no plenário. Gostaria de ouvir os demais líderes sobre a sugestão do Senador Eunício Oliveira, afirmando que, do ponto de vista do PMDB... Ele, como Líder, informa que há entendimento...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Não há impedimento em votar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco União e Força/PTB – PI) – Não há impedimento em apreciar a matéria.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Não há impedimento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco União e Força/PTB – PI) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós temos divergências sérias em relação a essa matéria, de modo que, se houver votação, nós vamos pedir verificação e, seguramente, a sessão cairá. Eu reafirmo aqui o que disse a V. Exª ainda há pouco: que, em relação a esse tema, era melhor esperarmos a próxima semana, quando tivermos o quórum mais representativo, de modo a enfrentar essa deliberação.

Portanto, nós não estamos de acordo com essa votação.

Lamento muito me afastar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco União e Força/PTB – PI) – Pela ordem, o Senador...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – ...do meu querido Líder...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – ...Eunício Oliveira nessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco União e Força/PTB – PI) – Pela ordem, o Senador Wellington Dias.

Em seguida, a Senadora Ana Amélia.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, então eu creio que, considerando essa posição do Senador Aloysio e mantendo, inclusive, as condições de entendimento, embora sejamos favoráveis também à votação hoje, nós nos posicionamos no sentido de que possamos, pelo baixo quórum, votar na próxima semana. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco União e Força/PTB – PI) – Senadora Ana Amélia. Em seguida, o Senador Eunício.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Sem revisão da oradora.) – Da mesma forma, caro Presidente Jorge Viana, essa é uma matéria bastante complexa.

Quando votamos aqui no Senado a introdução do RDC, o Regime Diferenciado de Contratações para agilizar as obras da Copa do Mundo, foi uma das razões pelas quais o aprovamos. E em substituição à Lei nº 8.666, que é a Lei das Licitações, que tinha um sistema de maior rigor nesses procedimentos, já havia sido levantada uma polêmica. Agora, estende-se, pela proposta, a todas as contratações do setor público em relação às licitações.

Então, de fato, é uma matéria que não poderia ser examinada e apreciada com um quórum baixo como nós temos agora, véspera do feriado. Portanto, é prudente, prudente... Podemos até, na discussão, acolher a proposta oferecida pelo Governo, mas é prudente que, nessa matéria, tenhamos mais tempo para fazer uma discussão e um debate um pouco mais aprofundado em relação ao interesse nacional, porque se trata de recurso público.

Esse é o posicionamento também do Partido Progressista.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra o Senador Líder Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria. PMDB – CE) – Quero dizer primeiro, com todo o respeito aos demais líderes, que não estou falando em nome do Governo. Eu estou falando em nome do PMDB.

A proposta é em nome do PMDB, mas, já que não há consenso entre os demais líderes e até para não me afastar da posição do Senador Aloysio Nunes, por quem tenho muito respeito, e da Senadora Ana Amélia, eu retiro a minha proposição, tendo em vista que não há acordo de líderes.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência entende que V. Exª apenas demonstrou, explicitou que, do ponto de vista do PMDB, o PMDB está pronto para apreciar essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Passo aos dois demais itens. São dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Em votação o **Item nº 45**:

REQUERIMENTO Nº 278, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 278, de 2014, do Senador Vital do Rêgo, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2012, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, e demais matérias anexadas, a fim de que tenha tramitação autônoma (aumenta a pena para crimes de contrabando e descaminho).*

Votação do requerimento.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.(Pausa)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Em apreciação, extrapauta...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Primeiro, eu gostaria de dar uma informação relevante, inclusive para V. Exª e o Acre e também para São Paulo, sobre os haitianos.

Eu estou dialogando com o Embaixador Madsen Chêrubin, que me informa que, com respeito à demora que estava havendo para a emissão dos passaportes, haverá uma nova máquina, a partir de 8 de maio. A partir daí serão aceleradas as emissões dos passaportes para os que estão em São Paulo e em outros lugares do Brasil, inclusive no Acre. Então, apenas essa emergência.

Mas eu gostaria de, pela ordem, Sr. Presidente, indagar, uma vez que estão presentes aqui mais de 20 concursados do Superior Tribunal de Justiça, que vieram hoje na expectativa de que pudesse ser votado o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, para que possa haver pelo menos mais 193 vagas e mais 15 de cargos em comissão, mais outras funções comissionadas, para que possam ser atendidas as necessidades prementes. São concursados desde 2012 e vieram hoje certos de que nós estaríamos votando essa matéria.

Agradeço, uma vez que V. Exª informou que a pauta está trancada, e indago que informação daremos aos concursados e às concursadas que aqui estão na expectativa. Se não puder ser apreciado hoje, quando será apreciado esse projeto e votado, Sr. Presidente?

É uma atenção para com eles.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Em respeito a V. Exª e em respeito também aos servidores que estão aqui – e não é a primeira vez –, eu informo que a pauta está trancada. Temos duas MPs. Por se tratar de um projeto de lei, ele só poderá ser apreciado após a apreciação dessas MPs.

Muito provavelmente, essas medidas provisórias começarão a ser apreciadas, até pelo posicionamento dos líderes, na próxima semana, então, na terça ou quarta-feira. Nós deveremos ter sessão deliberativa nos dois dias e a apreciação de pelo menos uma medida provisória.

Tão logo sejam votadas as duas, esta Presidência porá em apreciação e para deliberação do Plenário essa matéria.

Pela ordem, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem, eu queria fazer uma comunicação importante.

Nos próximos dias 12, 13 e 14 de maio, nós vamos ter, como já anunciado, uma marcha dos Municípios, uma marcha dos prefeitos, que, inclusive, na ocasião, terão um encontro com a Presidenta Dilma e terão um encontro, também com outros que são pré-candidatos a Presidente da República. Eles tratarão, certamente, com a Presidenta e também com a sua equipe, de uma pauta de interesse dos Municípios.

No dia 13, eles farão um ato, e nós nos juntaremos a eles – e daqui faço um apelo também – com governadores, com líderes da Câmara, do Senado e dos setores ligados à saúde, à educação e à segurança, porque pedem que o Supremo defina, tome uma decisão sobre essa situação da distribuição dos *royalties* e participação especial do pré-sal, ou seja, um projeto de lei que foi aprovado aqui em março do ano de 2013. Esse projeto completou agora mais de um ano com uma liminar do Supremo expedida pela Ministra Cármen Lúcia. E essa liminar não foi devidamente apreciada.

O que se pede? A apreciação dessa liminar.

Então, o apelo que eu e outros Senadores, que assinamos um documento inclusive com o Presidente da Casa, Renan Calheiros, e o Presidente da Câmara também, o Deputado Henrique Eduardo Alves, solicitamos que seja apresentado o voto no Pleno do Supremo, para que o Supremo tome essa decisão. Nós estamos falando de aproximadamente R\$30 a R\$35 bilhões que precisam ter uma regra justa, correta, adequada de distribuição.

Inclusive já aprovamos, da parte da União, como vai ser definida a distribuição para a educação e para a saúde. E há a necessidade dessa parte dos Estados e dos municípios.

Para o meu Estado, o Piauí, para citar um exemplo, significa a condição de, nos primeiros 12 meses, ter algo em torno de R\$360 milhões de receita para investimentos.

Então, da mesma forma, respeitando a regra do Fundo de Participação, a regra da proporcionalidade também para outros Estados. O projeto respeita as condições de evitar perdas para o Rio, o Espírito Santo e os seus Municípios. E é por essa razão que faço daqui este apelo, Sr. Presidente, para que possamos ter a condição de pautar, para que a Ministra Carmem Lúcia possa pautar o seu voto e que o Supremo possa apreciar a regulamentação da distribuição justa, correta, adequada de *royalties* e participação, na forma da vontade do povo, expressa por ampla maioria no Congresso Nacional, quando aprovou a matéria, inclusive, numa coisa

rara, quando derrubou aqui o veto da Presidenta Dilma, que deixou a cargo do Congresso Nacional, que, depois, promulgou, com a derrubada do veto, essa lei.

Hoje é uma lei que só não entrou em vigor em abril de 2013, em abril do ano passado, por conta de uma liminar a partir da decisão de uma Ministra do Supremo.

Então, com todo o respeito ao Supremo e à Ministra Carmem Lúcia, o apelo que fazemos é para que haja a apresentação do voto e tenhamos a votação e apreciação para a distribuição justa de *royalties* e participação especial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu ponho em apreciação o último item do entendimento da Ordem do Dia.

São dois números.

Item extrapauta:

REQUERIMENTOS NºS 274 E 275, DE 2014

Votação, em turno único, dos Requerimentos nºs 274 e 275, de 2014, dos Senadores Cyro Miranda e Humberto Costa, respectivamente, solicitando que, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 460, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, as Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e a de Assuntos Econômicos. (Trata-se do plebiscito sobre a transferência para a União da responsabilidade sobre Educação Básica).

Conforme solicitaram o Senador Cristovam Buarque e o Senador Cyro, na sessão passada, esta Presidência tinha assumido o compromisso de, tão logo estivesse aqui, na condução dos trabalhos, colocar em apreciação o requerimento.

Votação, em globo, dos requerimentos.

As Sras e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

A matéria vai ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, seguindo, posteriormente, às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Esta Presidência comunica a todas as Sras e aos Srs. Senadores, ao Plenário da Casa, que recebeu a intimação do Supremo Tribunal Federal relativa ao Mandado de Segurança nº 32.885 e, conforme já anunciado ontem pelo Presidente Renan, dará pronto cumprimento. Esse Mandado de Segurança é relativo à instalação da CPI na Casa.

O recurso que a Comissão de Constituição e Justiça apreciava fica prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Então, a Presidência declara prejudicado o **Recurso nº 4, de 2014**, em virtude da Medida Cautelar proferida no Mandado de Segurança 32.885, do Supremo Tribunal Federal, e da decisão desta Presidência proferida na sessão de ontem, 29 de abril, pela instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 302, de 2014.

A matéria vai ao Arquivo.

Então, esse requerimento é relativo a um recurso e diz respeito à instalação da proposta de CPI no Senado. Obviamente que há um debate a ser travado pelos Líderes, de que CPI vamos ter funcionando na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Não havendo mais assuntos do entendimento a serem tratados, está encerrada a Ordem do Dia.

Então, encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2014 (Proveniente da Medida Provisória nº 630, de 2013)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2014, que altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC (proveniente da Medida Provisória nº 630, de 2013).

Parecer sob nº 11, de 2014, da Comissão Mista, Relatora: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Relator Revisor: Deputado José Guimarães (PT-CE), pela relevância e urgência, constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e no mérito pela aprovação da Medida Provisória nos termos do Projeto de Lei de Conversão que apresenta.

2**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2014
(Proveniente da Medida Provisória nº 631, de 2013)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2014, que altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, *que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de resposta e recuperação nas áreas atingidas por desastre e sobre o Fundo Especial para calamidades públicas, e as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001, e 12.409, de 25 de maio de 2011 (proveniente da Medida Provisória nº 631, de 2013).* Parecer sob nº 13, de 2014, da Comissão Mista, Relator: Deputado Paulo Foletto (PSB-ES) e Relatora Revisora: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA), pela relevância e urgência, constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e no mérito pela aprovação da Medida Provisória nos termos do Projeto de Lei de Conversão que apresenta.

3**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2014
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº. 225, de 2014)**

Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2014 (nº 6.233/2013, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, *que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e de funções comissionadas destinados ao Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça e dá outras providências.*

4**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104, DE 2014 – COMPLEMENTAR
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 389, de 2014)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2014-Complementar, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *que dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal e dá outras providências.*

Parecer sob nº 311, de 2014, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3, de mérito, e 4 a 10-CCJ, de redação, que apresenta.

5**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2010**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Valter Pereira, *que altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência.*

Parecer favorável, sob nº 1.846, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

7**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2009 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2009-Complementar (nº 59/1999-Complementar, na Casa de origem, da Deputada Nair Xavier Lobo), *que estende a estabilidade provisória prevista na alínea “b” do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.547 e 2.548, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora: Senadora Fátima Cleide; e de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

8**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2013 (nº 4.832/2012, na Casa de origem, do Deputado Onofre Santo Agostini), *que obriga a realização do Protocolo de Avaliação do Frênulo da Língua em Bebês.*

Parecer favorável sob nº 113, de 2014, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Amorim.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2014

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2014 (nº 6.655/2013, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, *que cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS no âmbito do Poder Executivo federal, destinados ao Ministério da Cultura*. Parecer favorável sob o nº 317, de 2014, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Humberto Costa, com voto contrário do Senador Alvaro Dias.

10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 281, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2012, do Senador José Sarney, *que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar as disposições gerais do Capítulo I do Título I e dispor sobre o comércio eletrônico*.

Parecer sob nº 243, de 2014, da Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor, Relator: Senador Ricardo Ferraço, concluindo pela:

- aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2012, das Emendas nº 1, 4, 7, 9, 10, 16, 19, 23, 24, 26, 29, 30, 32, 34, 36, 37 e 39, a ele oferecidas; aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2009; dos Projetos de Lei do Senado nºs 42, de 2007, 274, 277, 280 e 281, de 2010; 394 e 509, de 2013, nos termos da Emenda nº 32-CTMCD (Substitutivo), que oferece;
- aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2012, e das Emendas nºs 2, 3, 6, 7, 10 a 12, 14, 18, 20, 26, 28, 34, 36 a 38, 41 a 43, 45, 47 a 49, a ele oferecidas, nos termos da Emenda nº 43-CTMCD, que oferece;
- desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2012, para que tenha tramitação autônoma, bem como dos Projetos de Lei da Câmara nºs 40 e 106, de 2007; 143, de 2008; 12 e 99, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 301, de 2003; 190, 340, de 2008; 1, 135, 408, 429, de 2009; 55, 125, 180, 279, 282, 283, de 2010; 65, 452, 460, 463, 470, de 2011; 97, 209, 397, 413, 457, 459, 464, 2012; 5, 24, 329, de 2013;
- declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei da Câmara nºs 114, de 2005; 55, de 2009 e 106, de 2011; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 154, 542, 625, 735, de 2007; 278, de 2010; 271, 439, de 2011; 197, 222 e 371, de 2012;
- rejeição dos Projetos de Lei da Câmara nºs 182 e 193, de 2008; 57 e 75, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 54, de 2009; 276, de 2010; 458, de 2012; e 277, de 2013;
- rejeição das Emendas nºs 2 a 6, 8, 11 a 15, 17, 18, 20 a 22, 25, 27, 28, 31, 33, 35, 38 e 40, oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2012; e das Emendas nºs 1, 4, 5, 8, 9, 13, 15 a 19, 21 a 25, 27, 29 a 33, 39, 40, 44 e 46, oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2012.

11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 283, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2012, do Senador José Sarney, *que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção do superendividamento*.

Parecer sob nº 243, de 2014, da Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor, Relator: Senador Ricardo Ferraço, concluindo pela:

- aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2012, das Emendas nº 1, 4, 7, 9, 10, 16, 19, 23, 24, 26, 29, 30, 32, 34, 36, 37 e 39, a ele oferecidas; aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2009; dos Projetos de Lei do Senado nºs 42, de 2007, 274, 277, 280 e 281, de 2010; 394 e 509, de 2013, nos termos da Emenda nº 32-CTMCD (Substitutivo), que oferece;
- aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2012, e das Emendas nºs 2, 3, 6, 7, 10 a 12, 14, 18, 20, 26, 28, 34, 36 a 38, 41 a 43, 45, 47 a 49, a ele oferecidas, nos termos da Emenda nº 43-CTMCD, que oferece;
- desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2012, para que tenha tramitação autônoma, bem como dos Projetos de Lei da Câmara nºs 40 e 106, de 2007; 143, de 2008; 12 e 99, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 301, de 2003; 190, 340, de 2008; 1, 135, 408, 429, de 2009; 55, 125, 180, 279, 282, 283, de 2010; 65, 452, 460, 463, 470, de 2011; 97, 209, 397, 413, 457, 459, 464, 2012; 5, 24, 329, de 2013;

- declaração de prejudicialidade dos Projetos de Lei da Câmara nºs 114, de 2005; 55, de 2009 e 106, de 2011; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 154, 542, 625, 735, de 2007; 278, de 2010; 271, 439, de 2011; 197, 222 e 371, de 2012;
- rejeição dos Projetos de Lei da Câmara nºs 182 e 193, de 2008; 57 e 75, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 54, de 2009; 276, de 2010; 458, de 2012; e 277, de 2013;
- rejeição das Emendas nºs 2 a 6, 8, 11 a 15, 17, 18, 20 a 22, 25, 27, 28, 31, 33, 35, 38 e 40, oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2012; e das Emendas nºs 1, 4, 5, 8, 9, 13, 15 a 19, 21 a 25, 27, 29 a 33, 39, 40, 44 e 46, oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2012.

12**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 787, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 787, de 2009, do Senador Magno Malta, *que obriga as concessionárias de energia elétrica a instalarem, sem ônus adicional, relógios de dupla tarifação para produtores rurais.*

Parecer sob nº 1.213, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Kátia Abreu, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

13**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 395, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2013 (nº 919/2013, na Câmara dos Deputados), *que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia no Campo da Luta contra o Crime Organizado e outras Modalidades Delituosas, celebrado em Brasília, em 9 de outubro de 2006.*

Parecer favorável, sob nº 242, de 2014, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Jorge Viana.

14**REQUERIMENTO Nº 1.273, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.273, de 2013, dos Senadores Eduardo Braga e Luiz Henrique, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 418, de 2012, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (direito dos quilombolas à propriedade das terras).*

15**REQUERIMENTO Nº 1.275, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.275, de 2013, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2008 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2009), por regularem matéria correlata (adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante).*

16**REQUERIMENTO Nº 1.276, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte).*

17**REQUERIMENTO Nº 1.277, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.277, de 2013, do Senador Cícero Lucena, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte).

18**REQUERIMENTO Nº 1.315, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.315, de 2013, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2009, além das Comissões constantes do despacho,*

seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate a Endemias).

19**REQUERIMENTO Nº 1.332, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.332, de 2013, do Senador Armando Monteiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos (desonera participação do trabalhador no vale-transporte).*

20**REQUERIMENTO Nº 1.337, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.337, de 2013, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 422, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (inclusão do aviso prévio indenizado no salário-de-contribuição).*

21**REQUERIMENTO Nº 1.338, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.338, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (denominação de rodovia).*

22**REQUERIMENTO Nº 1.344, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.344, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 460, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (adicional por serviço penoso ao professor).*

23**REQUERIMENTO Nº 1.378, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.378, de 2013, do Senador Álvaro Dias, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 288, de 2012; e 452, de 2013, por regularem matéria correlata (regimes de planos privados de assistência à saúde).*

24**REQUERIMENTO Nº 1.394, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.394, de 2013, do Senador Vital do Rêgo, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (criação do Fundo de Aval para Micro, Pequenas e Médias Empresas).*

25**REQUERIMENTO Nº 1.413, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.413, de 2013, do Senador Delcídio do Amaral, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2013, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (dispõe sobre o trabalho exercido a distância).*

26**REQUERIMENTO Nº 84, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 84, de 2014, do Senador José Pimentel, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (formação dos professores de educação física).*

27**REQUERIMENTO Nº 85, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 85, de 2014, da Senadora Ana Amélia, *que solicita o desampensamento do Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2012-complementar, dos Projetos de Lei do*

Senado nºs 150, de 2005; 90, 180, 298, 414, e 540, de 2007; 66, 72, 265 e 482, de 2008; 12, 128, 175, 229, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450 e 507, de 2009; 21, 75, 538 e 719, de 2011; 113, 135 e 382, de 2012, todos complementares, a fim de que tenha tramitação autônoma (alteram a Lei de Responsabilidade Fiscal).

28**REQUERIMENTO Nº 113, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 113, de 2014, do Senador Paulo Paim, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (benefícios relativos ao transporte coletivo no Estatuto do Idoso).*

29**REQUERIMENTO Nº 122, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 122, de 2014, do Senador Ruben Figueiró, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2009 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2007), com o Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008, por regularem matéria correlata (Lei dos Cartórios).*

30**REQUERIMENTO Nº 124, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 124, de 2014, do Senador Cyro Miranda, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2013, com o Projeto de Lei do Senado nº 728, de 2007, por regularem matéria correlata (honorários advocatícios no âmbito da Justiça do Trabalho).*

31**REQUERIMENTO Nº 130, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 130, de 2014, do Senador Sérgio Petecão, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2011, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (prorrogação de acordo ou convenção coletiva de trabalho).*

32**REQUERIMENTO Nº 172, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 172, de 2014, do Senador Humberto Costa, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 196, de 2009, e 31, de 2010, por regularem matéria correlata (exercício das profissões de pedagogo e psicopedagogo).*

33**REQUERIMENTO Nº 175, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 175, de 2014, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2013 – Complementar, além da Comissão constante do despacho de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (incidência do ICMS nos serviços de rastreamento).*

34**REQUERIMENTO Nº 176, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2014, do Senador Cyro Miranda, *solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 335, de 2013, de sua autoria.*

35**REQUERIMENTO Nº 192, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 192, de 2014, do Senador Vital do Rêgo, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2014 – Complementar, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (concessão de incentivos fiscais).*

36**REQUERIMENTO Nº 206, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 206, de 2014, do Senador José Pimentel, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 159, de 2013; e 31, de 2014, por regularem matéria correlata (valor do Salário Mínimo).*

37**REQUERIMENTO Nº 210, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2014, do Senador Cássio Cunha Lima, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2011 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 551, de 2011), com os Projetos de Lei do Senado nºs 339 e 453, de 2008; e 541, de 2009 (que já se encontram apensados), por regularem matéria correlata (desfiliação partidária).*

38**REQUERIMENTO Nº 211, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 211, de 2014, do Senador Walter Pinheiro, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 337, de 2003; e 236, de 2012, por regularem matéria correlata (reforma do Código Penal).*

39**REQUERIMENTO Nº 222, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 222, de 2014, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2004, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (reclamações de usuários de serviços de telecomunicações).*

40**REQUERIMENTO Nº 234, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 234, de 2014, do Senador Eduardo Braga, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2013, com os Projetos de Lei do Senado nºs 103 e 443, de 2012, por regularem matéria correlata (formação dos professores de educação física).*

41**REQUERIMENTO Nº 236, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 236, de 2014, do Senador Jarbas Vasconcelos, *solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 65, de 2007, e 48, de 2012, por regularem matéria correlata (afastamento para reeleição dos chefes do Poder Executivo)*

42**REQUERIMENTO Nº 251, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 251, de 2014, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2012, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (normas de licitação na contratação de produtos estratégicos ao SUS).*

43**REQUERIMENTO Nº 252, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 252, de 2014, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2012, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (normas de licitação na contratação de produtos estratégicos ao SUS).*

44**REQUERIMENTO Nº 253, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 253, de 2014, do Senador Humberto Costa, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2012, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (normas de licitação na contratação de produtos estratégicos ao SUS).*

46

REQUERIMENTO Nº 299, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 299, de 2014, do Senador Ciro Nogueira, solicitando que, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 96, 97 e 645, de 2007, que tramitam em conjunto, além da Comissão constante do despacho de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (alterações no código de Trânsito Brasileiro).

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Quero explicar à querida Senadora Ana Amélia que, após a Ordem do Dia, obrigatoriamente, temos de ouvir um Líder; depois, um orador inscrito.

Então, convido para fazer uso da palavra o Senador e Líder da Minoria Cyro Miranda e, em seguida, como primeira oradora inscrita, em permuta, a Senadora Ana Amélia.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador que presidente esta sessão, Jorge Viana; Sr^{as} e Srs. Senadores, comunicação desta Casa – Rádio, TV e Agência Senado.

Mais uma vez, o ex-presidente Lula perdeu uma grande oportunidade de ficar calado. Dessa vez, a bravata foi dizer que, no julgamento do mensalão, o Supremo Tribunal Federal teve uma decisão 80% política e 20% jurídica.

Um ex-presidente da República precisa ter mais responsabilidade e modos quando fala, tanto no Brasil quanto no exterior. Considerações dessa ordem prestam um desserviço à República e à Nação. Faltam autocrítica e humildade ao ex-Presidente Lula e ao próprio Partido dos Trabalhadores para aceitar o veredito da mais alta Corte do País.

Lembro o que disse o Ministro Gilmar Mendes que o próprio Lula pediu desculpas à Nação pelo episódio do mensalão. Como é que Lula nega que os mensaleiros eram homens de sua confiança? Quem é o traidor nessa história? A quem ele pensa que engana? Lula quer empurrar goela abaixo do eleitor uma versão distorcida de um dos maiores escândalos da história recente do Brasil.

O tempo vai mostrar o quanto essa defesa intransigente e injustificável dos mensaleiros por Lula e pelos dirigentes do PT tem trazido prejuízos à imagem do Partido. Se a decisão do Supremo tivesse sido política, como diz Lula, teria sido favorável aos réus do mensalão, porque seis dos onze ministros foram nomeados por Lula. Ainda bem que os magistrados colocaram a toga acima de qualquer interesse político e partidário.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o eleitor brasileiro hoje está amadurecido. Sabe o que é verdadeiro. Tratar o cidadão com bravatas e meias verdades é desrespeitar e ignorar a capacidade crítica do eleitor no legítimo direito de escolher os governantes. O eleitor de hoje quer conversar com os candidatos, ouvir compromissos com a gestão, com a transparência e com o interesse público.

Não cola mais no Brasil a ideia de um salvador da pátria que se coloca acima de todos e das instituições. As declarações de Lula à Rádio e Televisão de Portugal (RTP) põem em dúvida o Supremo Tribunal Federal. Afronta à mais alta Corte! Como bem comentou o Ministro Marco Aurélio Mello, “é um troço de doido”.

Quando critica o Supremo Tribunal Federal dessa forma e tenta passar a ideia de uma conspiração das elites contra o PT, Lula mais se parece com um velho e arcaico Jânio Quadros, que falava de “umas tais forças ocultas”.

O que Lula precisa entender é que nenhum partido ou aliança tem um cheque em branco dos eleitores.

Muito pelo contrário, os protestos de rua de 2013 e as inúmeras manifestações que têm ocorrido em todo o Brasil demonstram que o cidadão comum está em busca de mudanças em favor da sociedade e do interesse público.

O cidadão quer ouvir propostas que reconduzam o País à estabilidade econômica, ao crescimento duradouro e sustentável.

O cidadão quer ter garantida a mobilidade urbana para ganhar o pão de cada dia.

A postura do ex-Presidente Lula e de grande parte do PT demonstra que não conseguem compreender os desejos do eleitor e ignoram qualquer crítica.

A reação à CPI da Petrobras é exemplo desse comportamento soberbo, que beira à arrogância de quem se coloca acima das instituições e das urnas.

A Petrobras não é patrimônio do PT ou do PSDB ou de qualquer partido. A Petrobras é patrimônio do povo brasileiro, que exige hoje a apuração do que tem ocorrido com a empresa ao longo do governo Lula e do Governo Dilma.

A Petrobras tem perdido valor dia após dia em razão dos desmandos e dos maus negócios, sobretudo durante a gestão Gabrielli.

O que o ex-Presidente precisa e deve entender é bastante simples: a sociedade já começou a compreender que a sua pupila, a Presidente Dilma Rousseff, não tem nada daquela imagem de gestora que ele pintou e vendeu nas últimas eleições.

A máscara caiu!

Dilma é um fracasso como gestora e está conduzindo o País ao precipício.

Foi pela mão de Dilma que a Petrobras fez péssimos negócios, como o de Pasadena. Foi pela mão de Dilma que o setor elétrico virou um caos.

A manobra do Governo para adiar os ajustes da energia elétrica foi desastrosa!

Acho engraçado quando ouço aqui, por parte de membros do PT, que é um dos melhores governos que existem. Por que está caindo nas pesquisas? Porque está em plena derrocada?

Com certeza, a sociedade brasileira vai cobrar nas urnas explicações sobre o contrato inédito assinado pela Câmara de Comercialização de Energia, a CCEE, no valor de mais de R\$11 bilhões de reais.

A fórmula encontrada pelo Governo para salvar 40 distribuidoras, afetadas pelos altos custos da energia no mercado de curto prazo é, no mínimo, bizarra.

Custou tanta estranheza que três dos cinco conselheiros da CCEE renunciaram aos respectivos mandatos.

Foi uma forma de protesto contra as decisões tomadas pela Câmara sob nítida influência do Palácio do Planalto.

Especialistas da área de energia consideram que a CCEE não foi feita para contrair empréstimos e salvar concessionárias.

Mas o pior disso tudo, senhoras e senhores, é que vem aí mais uma manobra bem à moda do atual Governo: vão criar um encargo na conta de luz para pagar os empréstimos.

É o usuário quem vai pagar pelos efeitos da má gestão do setor elétrico.

Mais uma vez, é o contribuinte que vai pagar pelas mazelas do governo Lula e do Governo Dilma.

Sr^{as} e Srs. Senadores, com tantos desmandos e atitudes desastrosas, não é por acaso que a confiança em Dilma continua a cair a cada pesquisa.

As pessoas começaram a ver o quanto são danosos para o Brasil a perda da estabilidade econômica, o baixo crescimento do PIB e a inflação implacável corroendo salários.

Chega de bravatas, engodos e meias verdades! Senhoras e senhores, o Brasil quer mudanças! O Brasil quer um novo rumo para o País!

Muito obrigado, Sr. Presidente

Durante o discurso do Sr. Cyro Miranda, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cidinho Santos.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senador Cyro Miranda. Quero passar a palavra agora, como oradora inscrita, para a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão, Senador Cidinho Santos, caros colegas Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, nossos zelosos e atentos servidores da Casa, eu recebi hoje, às vésperas do Dia Internacional do Trabalho, 1º de maio, o desabafo do aposentado gaúcho, Sady Rios Mesquita. O drama dele é idêntico ao de muitos e milhares de aposentados, não apenas no meu Estado, o Rio Grande do Sul, mas em todos os Estados brasileiros.

Como disse Mesquita, na mensagem enviada ao meu gabinete, abro aspas, uso palavras dele: “os aposentados são pessoas que dedicaram uma longa jornada profissional, contribuindo para o crescimento deste País. Agora, na dita melhor idade, a situação é de penúria por conta de injustas correções dos benefícios previdenciários”.

É claro que meu conterrâneo gaúcho, Sady Rios Mesquita, se refere ao fato de que a atual política do Governo dá um reajuste bastante expressivo para corrigir o valor do salário mínimo para quem está na ativa e um índice bem menor, bem menor, para aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social.

Mesmo quem tem a opção de uma previdência complementar, corre riscos de ter as preocupações ampliadas na velhice e a qualidade de vida comprometida. Basta olhar para as recentes denúncias envolvendo os fundos de pensão no caso das empresas estatais. Mas antes disso, quero lembrar, aqui nesta Casa, neste Plenário, Senador Cidinho Santos, Senador Paim, Senador Alvaro Dias, Senador Suplicy, e outros Senadores, temos acompanhado uma jornada penosa, uma jornada dolorida, uma jornada que oscila entre esperança e desânimo, esperança e descrença, de milhares de brasileiros que colocaram as suas poupanças em fundo de pensão de aposentadoria complementar, no caso o fundo Aerus e até agora estão sem a perspectiva de uma solução para o problema, embora digamos que o Governo tenha acenado, como anunciou aqui o Senador

Paulo Paim, com algumas providências que possam colocar um ponto final nessa novela que, espero, consiga ter um final, se não feliz, mas pelo menos um final que faça um mínimo de justiça para todos os aposentados e aposentadas do fundo Aerus.

O que era o fundo Aerus? Era um fundo de pensão que deveria ser fiscalizado por uma secretaria de aposentadoria complementar – de previdência complementar, melhor dizendo – e ela não cumpriu o seu dever. É mais ou menos como se o Banco Central, fiscalizador do sistema financeiro, não fiscalizasse uma instituição financeira adequadamente e deixasse o prejuízo para os correntistas dessa instituição x, que perderiam pela ineficiência do Poder Público.

Ora, se a falha decorreu de uma má gestão, de uma deficiência no processo fiscalizatório de uma secretaria de previdência complementar, não serão, por uma questão de justiça, os seus trabalhadores que irão pagar essa conta por ineficiência do Poder Executivo. E por isso que nós aqui temos insistentemente – chega aí o Senador Alvaro Dias – cobrado uma solução para o fundo Aerus.

E é exatamente por conta do que aconteceu com o fundo Aerus que nós ficamos muito preocupados com o risco de que outros fundos de pensão, esses administrados por empresas estatais, possam representar algum risco.

Já debatemos essa matéria em audiências públicas, requeridas por mim, na Comissão de Assuntos Sociais, e estávamos vendo o processo evoluir negativamente. Aliás, um editorial da edição desta terça-feira do jornal *O Globo* mostrou a “perigosa infiltração política” nos fundos de pensão. Isso relacionado à governança dessas instituições que têm que seguir padrões técnicos para evitar problemas maiores.

Como se sabe, nas economias mais desenvolvidas e também aqui no nosso País, os fundos de pensão são considerados grandes investidores porque são importantes e valiosos captadores da poupança. Vale lembrar, porém, que no caso brasileiro as maiores entidades deste mercado são ligadas a empresas estatais, por administrarem o dinheiro acumulado por seus funcionários, o chamado “pecúlio”.

Por isso, Senador Cidinho Santos, a necessidade de transparência na gestão desses fundos de aposentadoria complementar. Essa é uma cautela prudente, necessária, e é preciso ficar atento, a fim de diminuir as discrepâncias entre as gestões dos fundos de pensão das estatais e também do setor privado. É necessário que fundos públicos ou fundos de estatais tenham uma gestão tão eficiente quando a do setor privado, porque no caso do setor privado as consequências aparecem ou o mau gestor é demitido, ele responde na Justiça e assim sucessivamente.

No caso público, as coisas são mais complicadas, porque o ingrediente político pesa e não o ingrediente da qualificação da governança. São recursos acumulados ao longo da vida dos trabalhadores que precisam da melhor gestão por parte do gestor público dessas instituições. No caso, refiro-me – e faço questão de frisar – aos fundos de pensão.

Veja o caso do Fundo de Pensão da Petrobras, o Petros, que teve déficit de R\$7 bilhões no ano passado, de acordo com o Presidente do Conselho Fiscal desse fundo, o Sr. Epaminondas de Souza Mendes. Faltaram nesse Fundo R\$7 bilhões, recursos acumulados por milhares de trabalhadores da Petrobras. Essas perdas foram causadas pelas elevadas taxas de juros e pela queda da cotação do valor das ações, inclusive ações da própria Petrobras. O que mais preocupa são as perdas registradas também por causa de aplicações malfeitas, com gestões questionáveis ou temerárias. No caso da Petrobras, foram feitos investimentos em títulos de crédito que não foram pagos pelos devedores.

Isso é grave e também um preocupante sinal de alerta sobre o futuro das aposentadorias complementares dos trabalhadores brasileiros, sobretudo das estatais. Aí não falo apenas do Petros. Nos outros fundos, a situação também é preocupante: os fundos de pensão do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, da Empresa Correios. Todas essas empresas têm seu fundo de pensão.

Tudo indica que, um dia, essa conta em aberto será transferida ao cidadão comum, que paga elevados impostos e que hoje, último dia de entrega da declaração do Imposto de Renda, constata, lamentavelmente, ter trabalhado quatro meses do ano para pagar uma conta alta ao Governo, à Receita Federal, sem receber de volta um direito básico: serviços de qualidade em áreas prioritárias como saúde, educação, infraestrutura e, evidentemente, como estamos falando, Previdência Social.

É imprescindível, neste momento, às vésperas do dia 1º de maio, Dia do Trabalho, uma vigilância cada vez maior sobre a atuação e a governança dessas entidades, os chamados fundos de pensão. Não podemos dar margem para um novo caso Aerus, lamentável episódio dos ex-funcionários de companhias aéreas, especialmente a Varig, que se arrasta por mais de oito anos sem solução.

Essa, inclusive, foi a recomendação dos especialistas que estiveram no Senado, na audiência pública, envolvendo representantes do setor público e privado, na Comissão de Assuntos Sociais, para tratar, a meu pedido, da situação dos fundos de pensão.

Como ficou evidente, naquela ocasião, é preciso novas regras para a governança dessas instituições estatais de previdência complementar, para tentar tirar o fator político dessa governança.

Por isso, pretendo apresentar um projeto, resultado, aliás, de um amplo debate que tivemos nesta Casa, para permitir alterações na Lei Complementar nº 108, de 2001. O objetivo é aperfeiçoar a estrutura de governança dos fundos de pensão de previdência complementar.

Já existe um projeto na Câmara, que até estou apoiando, o PL nº 161, de 2012, do Deputado Ricardo Berzoini, que foi, aliás, Ministro da Previdência. O meu projeto atualiza a atual legislação, com o objetivo de assegurar maior transparência e, sobretudo, maior controle dos fundos de pensão. É um importante debate que o Senado Federal precisa abraçar. Os trabalhadores de todo o Brasil serão muito gratos para que os ajustes sejam feitos enquanto há tempo, o que é melhor do que chorar sobre o leite derramado.

Penso que é a homenagem que nós, Parlamentares, podemos fazer aos trabalhadores brasileiros, especialmente àqueles trabalhadores que já estão entrando para a inatividade.

Eu não poderia também, caro Presidente, deixar de registrar que hoje, dia 30 de abril, a Rádio Guaíba 720 AM, de Porto Alegre, celebra, nesta quarta-feira, seus 57 anos de boa informação com uma programação especial.

Eu queria aproveitar a oportunidade de me referir a um muito dedicado servidor desta emissora, meu colega e meu amigo, o jornalista Fábio Marçal, que tem um compromisso com a seriedade, o rigor da informação. Homenageando o Fábio Marçal, que exerce aqui a correspondência das informações para a Rádio Guaíba, em Porto Alegre, e há 23 anos trabalha na Rádio Guaíba, eu quero homenagear a direção, os funcionários e, sobretudo, os ouvintes da Rádio Guaíba, que está completando os seus 57 anos de trajetória muito brilhante, de muito sucesso, com essa programação que começou às 8 horas da manhã de hoje, com convidados falando sobre a importância da emissora na construção e na narrativa da história do nosso Estado, o Rio Grande do Sul, e também da história brasileira.

A festa teve como ponto alto a inauguração do Estúdio Cristal, que fica na esquina da Rua dos Andradas, que nós gaúchos chamamos carinhosamente de Rua da Praia, e da Rua Caldas Júnior – Caldas Júnior foi o fundador do *Correio do Povo*, e a Rádio Guaíba integrava o grupo Caldas Júnior. E acaba de passar por uma reforma o Estúdio Cristal, privilegiando o seu tratamento acústico para oferecer ao ouvinte uma melhor qualidade em relação à sonoridade.

Também nesta quarta-feira estreia o novo *site* da Rádio Guaíba, com o seu visual reformulado, com nova linguagem gráfica. A proposta é facilitar o acesso dos ouvintes e dos usuários, oferecendo caminhos para a sua participação ser mais ativa, com envio de comentários e sugestões. A data também é comemorada com uma campanha de divulgação pelo aniversário.

Desde março de 2007, sob administração do Grupo Record, a Rádio Guaíba é atualmente coordenada pelo Diretor-Geral Luciano Araújo. A emissora vem implementando inovações, ampliando a competitividade no mercado, além da contratação de profissionais e da realização de reformas em suas estruturas. Esse processo tem alcançado formatos e conteúdos, com novas atrações e modelos diferenciados de gestão, produção e operação sintonizados com o que há de mais moderno em âmbito mundial na área da radiodifusão.

Conhecida por oferecer uma programação voltada, principalmente, às esferas política e cultural, a Rádio Guaíba tem o mesmo papel de informar assumido na primeira transmissão, neste mesmo dia, em 1957.

Então, renovo os cumprimentos – e o faço com muito prazer –, como jornalista durante tanto tempo, à Rádio Guaíba, que foi o meu primeiro emprego na comunicação, nos idos de 1969.

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – O senhor não era nascido, Senador Cidinho Santos.

Sinto muito alegria em fazer essa referência.

Na segunda-feira, falarei sobre outro evento muito importante para as comunicações do Rio Grande do Sul, no caso os 50 anos do jornal *Zero Hora*, empresa em que trabalhei durante 33 anos. Mas me ocuparei disso na segunda-feira, porque o aniversário dos 50 anos do *Zero Hora* será no domingo, dia 4 de maio.

E, falando nesse meu primeiro emprego, na Guaíba, por isso esse carinho que tenho pela empresa, eu produzia lá, em 1969, sob a direção do lendário jornalista...

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – ... Flávio Alcaraz Gomes, um programa que tinha o apoio também de Jaime Copstein na orientação que dava profissionalmente. Chamava-se “Repórter da História” e era uma criativa invenção de colocar como atuais notícias do passado. Por isso era o “Repórter da História”. Então, eu também tenho esse vínculo. Por pouco tempo fiquei ali, e o patrocínio era outra instituição emblemática, a Livraria e Editora Globo, que, no Rio Grande do Sul, tem uma história muito bonita.

Érico Veríssimo era um dos editados pela Editora Globo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Parabéns, Rádio Guaíba. Parabéns, também, Senadora Ana Amélia, pelo seu pronunciamento em relação aos fundos de pensão. Realmente é uma preocupação, porque, como a senhora falou no final, pode sobrar para os trabalhadores. E, também, mais um parabéns pelo trabalho que a senhora faz, sempre defendendo o fundo Aerus, esperando que tenhamos uma solução definitiva.

Com a palavra, dando sequência, como orador inscrito, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, permita-me Deus transformar por alguns instantes as minhas coronárias em cordas vocais! E que eu possa falar a linguagem atual, presente, direta, pois eu quero me dirigir nesse meu tempo a todos os jovens brasileiros, do mais fundo do meu coração.

Hoje, o verbo ser para os jovens é conjugado no tempo presente, e não no futuro, e há mais condicional: eles não serão, muito menos seriam. Os jovens são o Brasil de hoje.

Mais do que isso: o vigor da juventude contaminou todos nós. Deu-nos a longevidade espiritual. Enquanto antecipam o futuro, resgatam-nos do passado. Os jovens são, hoje, os mestres da obra da construção da nossa história.

Por isso, quero falar aos jovens brasileiros de todas as idades. Fiz isso no ano passado, Sr. Presidente, com muita emoção, numa hora muito grave, e faço isso agora, com uma grande emoção, numa hora de grande gravidade. É que nós, todos, estamos construindo o Brasil do presente. A história, o passado, são os nossos alicerces. Derrubamos as paredes que nos dividiam e construímos outras que hoje nos integram.

Hoje, embora sejamos parte da construção de uma nova história, sentimo-nos inteiros. Somos todos nós integrados por uma juventude inquieta, que pulsa e que sonha.

A nossa nova história vive, com certeza, um dos seus momento mais importantes. Quem participou, como eu, da construção desses alicerces do passado sabe que não há melhor argamassa do que o povo nas ruas, tijolo por tijolo, num desenho ideológico, profundo, como disse o poeta.

Foi assim, Presidente, na luta pela anistia. Os jovens de todas as idades foram às ruas e exigiram a volta “de tanta gente que partiu”. E foram tantos! E voltaram tantos! Ali, no desembarcar emocionado desses tantos, éramos todos “irmãos do Henfil”.

Foi assim na campanha das Diretas Já, na campanha para a Presidência da República. Começamos milhares. Continuamos milhões. Terminamos todos. Creio não haver, na nossa história, momento mais emocionante do que o das Diretas Já.

Quem é esse?

De quem essa ira santa

Essa saúde civil

Que tocando a ferida

Redescobre o Brasil?

Esse era o Teotônio. Era o Tancredo. Era o Arraes. Era o Ulysses. Era o Covas. Era o Montoro. Era o Lula. Era a Fafá de Belém. Era o Chico Buarque. Era o Osmar. Era o Pedro, o José, o Luiz, a Vânia, o João, o Lucas. Éramos todos nós!

Embora o Congresso Nacional tenha colocado uma pedra no caminho da democracia ao derrubar a emenda pelas eleições diretas, um dos nossos direitos mais fundamentais, o povo transpôs, enfim, todos os obstáculos e levou-nos ao melhor destino.

Os fatídicos colégios eleitorais, dos sucessivos gerais, foram substituídos pelo voto direto e livre das urnas. Caiu a prepotência. Subiu a consciência.

Foi assim com os “caras-pintadas”. Todas as cores substituídas pelo luto, enquanto a ética foi ferida de morte. Novamente, milhões de jovens de todas as idades nas ruas do País.

“Brasil, um sonho intenso, um raio vívido. De amor e de esperança...”. O Hino Nacional, antes restrito aos estádios, às aulas de “moral e cívica” e a hasteamentos formais de bandeiras, foi cantado em corais a todos os pulmões e em todos os sotaques.

Sr. Presidente, passaram-se mais de vinte anos. Parecia que os jovens brasileiros dormiam “em berço esplêndido”. Uma verdadeira contradição em um dos períodos mais longos de nossas liberdades democráticas, o povo saiu das ruas.

O patrimônio público de todos foi entregue a mãos privadas de poucos, na chamada “bacia das almas”, e as ruas permaneceram vazias. Nenhum protesto. Poucas vozes. As canetas mais pareciam baionetas. Compravam votos e consciências.

A Companhia Vale do Rio Doce, por exemplo, avaliada pelo lucro posterior de um trimestre, passou incólume aos reclamos públicos e à exigência de uma investigação séria e realmente profusa das “tenebrosas transações” da Vale do Rio Doce. Compras de votos, vendas de consciências e reeleição passaram ao largo pelo Congresso Nacional, algumas com CPI, que protegeram nas gavetas ou no Ministério Público.

De repente, parece que um despertador coletivo voltou às nossas cabeceiras. Em um mesmo cenário, a suntuosidade dos estádios e a precariedade dos hospitais públicos. O dinheiro público pelo ralo da corrupção e a falta de recursos para a educação. A verdadeira guerra civil não declarada da violência nas ruas, nas casas e em todos os lugares onde a vida passou a ser banalizada.

Na verdade, o despertador de nossas cabeceiras é a *apartheid* social que bate às nossas portas. Repetidas vezes, é de se reconhecer.

Em junho do ano passado, os jovens de todas as idades voltaram às ruas. E voltaram exatamente quando as luzes dos estádios se acenderam e as lanternas da saúde, da educação e da segurança pública permaneceram apagadas. Quando os processos de corrupção saíram das gavetas e mostraram os desvãos por onde se escoam os recursos que faltam à cidadania.

Os estádios viraram muito mais do que campos de futebol, com os seus gramados e suas arquibancadas. Os estádios transformaram-se em um verdadeiro símbolo do supérfluo, em um país onde falta o mais básico para a vida do cidadão.

São estádios suntuosos, os gastos exorbitantes pela propaganda oficial.

São estádios suntuosos os financiamentos de campanhas.

São estádios suntuosos aquisições desastradas de refinaria que ensinam a corrupção.

São estádios suntuosos os gastos sigilosos com cartões corporativos.

São gastos suntuosos os mensalões de diferentes partidos.

É estádio o aparelhamento da máquina pública com apadrinhados que trocam votos no Congresso. Votos que também valem a liberação de emendas orçamentárias, nem sempre fertilizadas pela necessidade da ética.

São muitos, portanto, os estádios, ainda que, em muitos deles, os jogos se desenrolem nas penumbras das coxias lá dos gabinetes, vestiário para uniformes de colarinho branco.

No ano passado, os jovens voltaram às ruas. No Rio de Janeiro, para elevar as preces a Deus junto ao Papa Francisco, e, no Brasil inteiro, para exigir dos governantes ética no tratamento do dinheiro público.

O povo sabe que o dinheiro é desviado pela corrupção, e esse dinheiro que é desviado pela corrupção é o mesmo que falta nos hospitais, na escola, na rua e nas casas. O povo sabe, portanto, que a corrupção é causadora principal de todos os tipos de *apartheid*. Aliás, é sempre bom recordar o que disse o Papa Francisco na Praia de Copacabana, na sua visita ao Brasil:

O coração de vocês, coração jovem, quer construir um mundo melhor. Acompanho as notícias do mundo e vejo que muitos jovens saíram pelas estradas para expressar o desejo por uma civilização mais justa e fraterna. Os jovens nas estradas são jovens que querem ser protagonistas da mudança. Por favor, não deixem para outros o ser protagonista da mudança. Vocês[, jovens,] são aqueles que têm o futuro. Através de vocês, entra o futuro no mundo. Também a vocês, eu peço para serem protagonistas dessa mudança. Continuem a vencer a apatia, dando uma resposta cristã às inquietações sociais e políticas que estão surgindo em vários lugares do mundo. Peço-lhes para serem construtores do mundo, trabalhem por um mundo melhor. Queridos jovens, não olhem da sacada a vida, entrem nela! [a própria vida].

Eu acho que, nas palavras do Papa Francisco, está a expressão-chave para a participação do jovem na luta pelos direitos mais fundamentais de cidadania do povo brasileiro: “não olhar da sacada a vida”. É preciso entrar nela. É preciso participar. É preciso, como em outros momentos, fazer valer a força da união.

Em todos os principais momentos da nossa história, os jovens brasileiros não se contentaram em “olhar da sacada”. Foram às ruas para restaurar a democracia, para restaurar a soberania, para restaurar a ética. Agora, não é diferente.

A participação dos jovens de todas as idades nos destinos políticos do País não pode se circunscrever a períodos da Copa ou de um evento de vulto. Não pode se circunscrever às “sacadas” ou a efêmeras “belas jogadas” aqui e acolá.

Como nas Copas, as eleições também acontecem a cada quatro anos.

Nada mais importante que as eleições numa democracia, mas elas não podem se circunscrever ao momento do voto. A participação política tem que ser constante.

As soluções políticas para os nossos maiores problemas não podem depender de eventuais soluções daqueles que, também a cada quatro anos, são eleitos, a poder de vultosos financiamentos de campanha e, mais do que isso, de chicanas eleitorais que permitem a posse de quem não foi escolhido pelo povo.

Para se ter uma ideia,...

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – ... nas eleições passadas, apenas 35 dos 513 Deputados obtiveram votos próprios para serem eleitos. Os demais 463 tomaram o poder nas coligações.

Eu já citei, aqui, o exemplo do Rio Grande do Sul, da Deputada não eleita mais votada do Brasil, a jovem Luciana Genro. No seu próprio partido, só que por outro Estado, tomou posse um candidato que obteve apenas 13 mil votos. Ela, repito, a Deputada não eleita mais jovem e mais votada, teve a preferência de 130 mil votos, enquanto o Deputado Federal eleito mais votado do País, de apelido político Chico das Verduras, totalizou menos de seis mil eleitores, ou seja, 20 vezes menos do que a candidata gaúcha.

Deputados que explodiram em votos em seus respectivos Estados trouxeram outros que não seriam eleitos nem mesmo como Vereadores em seus respectivos Municípios, com todo o respeito que merecem as Câmaras Legislativas municipais.

Isso, obviamente, tem que mudar. Não há representação política que se legitime na tortuosidade das chicanas eleitorais. Pior: qualquer mudança somente será válida se votada e aprovada exatamente por quem se beneficiou de tais desvios, ainda que legais. Isso significa pouca ou nenhuma chance de mudança de dentro para fora, daí a necessidade da manutenção da mobilização popular.

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Dos jovens de qualquer idade nas ruas. As mudanças só virão por meio de pressão, de fora para dentro, do aparato institucional. De fora para dentro, é que poderão vir as mudanças de que precisamos. Virão somente se o grito das ruas fizer eco nos corredores, nos gabinetes e no plenário do Congresso Nacional.

É evidente que eu falo de pressões dentro dos limites da ordem e da paz.

Nos limites da democracia. As vozes, os sotaques, admitem e devem respeitar o contraditório, as várias diferenças, mas não por poder ou à força da destruição do patrimônio, público ou privado, o vandalismo, a qualquer título, absolutamente não é válido.

O vandalismo nocauteou parte significativa das manifestações do ano que passou. Não fez o bom contraditório, fez o jogo do contrário, fez o jogo do adversário, de quem nada quer mudar ou, pior ainda, para quem a democracia é um empecilho às atitudes de coxia.

Não houve vandalismo nas manifestações pela anistia. Não houve vandalismo nas manifestações pelas eleições das Diretas Já. Não houve vandalismo nas manifestações pela ética na política em outros tempos, embora lá também existisse o contraditório. Contrários com a força remanescente dos tempos de exceção. A que interessaria, portanto, a violência dos poucos, mas ameaçadores, das manifestações de 2013? Certamente não aos que desejam a democracia, não aos que desejam a soberania e a cidadania.

Em 2014, teremos, novamente, o silêncio das urnas e o grito das ruas. Como já disse, Presidente, momentos dos mais importantes na construção da nossa história. Eu nunca coloquei em dúvida que é preciso sonhar, mas eu também nunca deixei de lado a ideia de que, principalmente nos momentos em que os sonhos se tornam pesadelos, é preciso acordar.

De nada adiantará o grito das ruas, se ele caminhar na contramão do silêncio das urnas. Exatamente porque no grito das ruas haverá sempre o sonho e no silêncio das urnas podem estar camuflados os piores pesadelos.

Continuo convicto de que, agora, não há riscos para a nossa liberdade, a nossa democracia e a nossa soberania. Quem sabe para a soberania, porque a globalização ainda alimenta os sonhos dos vendilhões da Pátria.

Eu não tenho dúvida, porém, de que este é momento da defesa da ética. E, no mesmo patamar, da defesa da liberdade, da democracia e da soberania de outros momentos.

A ética continua torturada nos bastidores.

Muitos de nós, em outros tempos, tivemos de derrubar os portões dos calabouços. Hoje, com certeza, temos de abrir as portas de muitos gabinetes, onde a ética permanece sufocada.

Qual o caminho? As ruas!

Qual a chave? O voto!

É preciso

É preciso, portanto, que os jovens de todas as idades voltem às ruas, neste 2014. E que a bandeira principal seja a da luta pelo voto consciente.

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – A Lei da Ficha Limpa, meu Presidente, deu passos largos neste mesmo caminho. Mas é preciso ir além.

Se não haverá mudança de dentro para fora, é preciso mudar quem está dentro. Se não mudam as pessoas, pelo menos que se alterem as posturas. Daí, a importância do voto e das ruas.

O voto não pode se restringir ao ato em si de apertar o botão da urna eletrônica.

As ruas não podem se limitar aos gritos de ordem. Essas mesmas ordens não serão cumpridas por quem nada quer mudar, nem pessoas, nem posturas.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Exª me permite o aparte na hora que avaliar como conveniente?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Já lhe darei.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu agradeceria muito.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Na ordem do dia, a questão da Petrobras. Não podemos repetir erros passados. A Petrobras é tão grande e tão importante para todos nós, que não cabe na “bacia das almas”.

Muitos brasileiros foram às ruas para defender o nosso petróleo, símbolo da soberania nacional. Aliás, a Petrobras sempre foi o outro nome da nossa soberania. Um nome agora arranhado por suspeitas, evidências e fatos que necessitam ser conhecidos. Afinal, a Petrobras é patrimônio do povo brasileiro.

Mas as chicanas também têm sido repetitivas nas investigações do Congresso Nacional.

Tudo se faz para que nada seja investigado. Discursos de mudança. Prática de Lampedusa: tudo mudar, para que tudo permaneça como está.

A Petrobras continuará sendo nossa se o nosso jovem, a nossa mocidade, mais uma vez, incluir na pauta das ruas uma investigação séria sobre as denúncias que ocuparam as páginas dos jornais nos últimos dias.

Quem sabe o caso Petrobras nos forneça o combustível necessário para caminharmos em direção à ética no tratamento do que é público, do que é de todos, do povo brasileiro de todos os sotaques e de todas as idades.

Lembro, assim – antes de lhe dar o aparte, nobre Senador –, a “Oração aos Moços”, de Rui Barbosa, como paraninfo dos formandos de 1920, da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Ouso, apenas, alterar o título concebido pelo grande mestre: “Oração aos Moços de todas as idades”:

Eia, senhores!

Mocidade viril!

Inteligência brasileira!

Nobre nação explorada!

Brasil de ontem e amanhã!

Dai-nos o de hoje, que nos falta.

Mãos à obra da reivindicação de nossa perdida autonomia;

mãos à obra da nossa reconstituição interior;

mãos à obra de reconciliarmos a vida nacional com as instituições nacionais;

mãos à obra de substituir pela verdade o simulacro político da nossa existência entre as nações.

Trabalhai por essa que há de ser a salvação nossa.

Mas não buscando salvadores.

Ainda vos podereis salvar a vós mesmos.

Não é sonho, meus amigos: bem sinto eu, nas pulsações do sangue, essa ressurreição ansiada.

Oxalá não se me fechem os olhos, antes de lhe ver os primeiros indícios no horizonte.

Assim o queira Deus.

Pois não, querido.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Prezado Senador Pedro Simon, o apelo de V. Exª aos jovens é de extraordinária relevância e, sobretudo, o conteúdo de seu pronunciamento, recordando, de maneira tão bela, toda a inspiração do Menestrel das Alagoas, o Senador Teotônio Vilela – que foi a pessoa que despontou nas campanhas por eleições diretas, pela anistia –, e a sua memória foi tão bem trazida. Também V. Exª aqui recordou os movimentos de 1982, 1983 e 1984, para que tivéssemos as Diretas Já. Felizmente, em 2014, estamos tendo eleições diretas para governador, o que não tínhamos à época – ficamos mais de 21 anos sem eleições para governador –, para prefeitos das capitais, das estâncias e áreas de segurança nacional. V. Exª aqui faz recomendações aos jovens para que sigam os exemplos daqueles que conseguimos mudar as coisas no Brasil, nas campanhas, tanto pelas Diretas Já como por Ética na Política, e sem que houvesse a carac-

terização de violência, de vandalismo nas manifestações das quais ambos participamos e tantas pessoas aqui, no Congresso Nacional, hoje. V. Exª bem enfatiza que temos a confiança de que a democracia no Brasil está aí para valer e não será modificada. Não há qualquer possibilidade de interrompermos o processo democrático. O que pode e deve haver é, sim, o aperfeiçoamento da democracia, através das livres manifestações do povo. Mas recomenda V. Exª que não sejam caracterizadas pelo vandalismo, pela destruição de propriedade privada, de propriedade pública, e às vezes até de bancas de jornais, vans ônibus, automóveis que estejam nas ruas, o que, infelizmente vêm caracterizando certos atos, tanto na região metropolitana do Rio de Janeiro quanto na região metropolitana de São Paulo e de outros Estados. Que possamos transmitir aos jovens, como V. Exª hoje faz tão bem, sim, vamos lutar por ética na política, por transparência, por políticas que conduzam à realização de maior justiça, de maiores oportunidades de educação, de provimento do atendimento de saúde, de moradia e, assim por diante, ao povo, mas que essas manifestações se caracterizem pela não violência. Que possamos todos escolher bem – sobretudo os jovens – aquelas pessoas em quem ter total confiança nas eleições de 5 de outubro próximo. É muito importante. Seria ótimo se o Supremo Tribunal Federal logo decidisse pela não constitucionalidade das contribuições de pessoas jurídicas, das empresas, conforme estivemos juntos lá conversando com os Ministros do Supremo Tribunal a respeito dessa questão. Isso significaria, atendendo até a campanha por eleições limpas, limitar as contribuições de pessoas físicas, por coibir a contribuição de pessoas jurídicas, fazer com que haja transparência total, compromisso de todos os partidos de registrar as contribuições de qualquer natureza para cada partido...

(Interrupção de som.)

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco União e Força/PR – MT) – Só para concluir, Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Vou concluir. Enfim, avalio que a sua Oração aos Moços, aos jovens, nesta tarde, Senador Pedro Simon, está na direção correta. Possam todos os jovens brasileiros ouvir as recomendações de quem tem extraordinária experiência, ocupou os cargos de Governador, de Deputado, de Prefeito, de Senador. Com tanto brilho, V. Exª diz palavras muito importantes aos jovens brasileiros. Espero que seja muito bem ouvido.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Eu agradeço muito o aparte de V. Exª...

(Soa a campanha.)

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Senador Pedro Simon, eu queria pegar uma carona

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – ... e faço questão de dizer que V. Exª, nessa longa caminhada, na Câmara e aqui, no Senado, é uma das pessoas a quem tenho a obrigação de dizer, pois pautou a sua vida neste sentido. No governo ou na oposição, quando o seu Partido era pequenininho, lutando para ser alguém, quando o seu Partido cresceu e ficou grande, quando o seu Partido esteve no governo ou na oposição, V. Exª foi o mesmo, com a mesma ideia, os mesmos princípios, as mesmas bandeiras.

Muitas vezes, a gente vê muitos que são A no governo e B na oposição, que têm uma linguagem magnífica quando estão na oposição e mudam 100% quando estão no governo. V. Exª – eu sou testemunha ocular e permanente – é o mesmo, com as mesmas ideias e os mesmos princípios.

Pois não.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Senador Pedro Simon, serei breve, mas não podia deixar de apartear-lo neste instante – eu, que o conheço desde jovem, V. Exª também jovem na época, mas já era o nosso, eu diria, timoneiro no Sul do Brasil. V. Exª continua um ícone para os jovens brasileiros, continua um espelho, continua um alicerce. Oxalá o nosso Partido, o nosso velho MDB, o nosso PMDB, pudesse ter um ícone como V. Exª,...

(Soa a campanha.)

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ... pegar seu cajado e sair do Sul, percorrer o Brasil e dizer em seu caminho: “Quem for brasileiro, siga-me.” Sei lá, é alguma coisa assim. Às vezes, eu fico lembrando o Pedro. Eu chego até a lembrar que, na Bíblia, já estava escrito, e ele disse: “Está na Bíblia.” O Pedro da Bíblia dizia que Cristo disse: “Sobre esta pedra edificarei a minha Igreja.” E nós do partido temos o nosso Pedro, o nosso alicerce, a nossa rocha, a nossa resistência, o nosso ícone. Ah, como seria lindo ver o nosso Pedro franciscano sair de cajado, pegar o minuano, ajudar a soprar e sair por este Brasil afora e dizer: “*Habemus* candidato à Presidência da República.” Uma cruzada bonita! Se ele veio de Roma agora, fez uma cruzada pelo Brasil e mexeu

com o Brasil, mexeu com a juventude, V. Exª reúne essas condições. Ah, que sonho! Como mexeria! Olha, uma coisa tão bonita que ficaria. Está faltando para nós todos no Brasil.

Pedro, um abraço, Pedro!

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Eu agradeço muito a V. Exª. A nossa amizade vem de longe.

Lembro-me quando, no meio da desgraça, da tristeza geral, o que vamos fazer e o que não vamos fazer, nós do Rio Grande, V. Exª e os companheiros de Santa Catarina nos reunimos em várias cidades de Santa Catarina – Florianópolis, Lajes, Chapecó – para discutir: O que nós podemos fazer? Qual é o nosso caminho? Por onde podemos seguir? E, já naquela época – V. Exª um jovem, começando –, V. Exª apresentou e seguiu um belíssimo trabalho: Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, Senador, Governador de Estado.

Eu também posso dizer, assim como V. Exª, com muita emoção: nosso MDB, infelizmente, não é mais o mesmo. Não temos aquelas referências tantas quantas gostaríamos. Mas V. Exª é um dos que permaneceram o mesmo.

V. Exª, que já foi Governador, já foi diretor de banco e está aqui no Senado, V. Exª é o mesmo. Eu vejo em V. Exª o mesmo jovem, com as mesmas ideias, com os mesmos princípios e com o mesmo fundamento. Que bom!

Eu, de certa forma, quando olho para mim e vejo, no final da minha caminhada no âmbito institucional, olhando para trás, eu também como V. Exª posso ter cometido equívocos, posso ter errado, posso não ter acertado, mas eu fiz o que achava o que está certo. Eu fiz o que devia fazer.

Várias vezes, em várias oportunidades, o Governo que começava em 1964, quando assumiu o Sarney, quando assumiu o Fernando Henrique, quando assumiu o Lula, eu poderia ter me adaptado, poderia ter sido Governo, ter pegado as coisas boas de Governo e caminhar adiante, mas preferi ficar um cidadão independente. À exceção do Governo de Itamar Franco, eu fui uma pessoa independente. Nunca fiz oposição a nenhum deles e nunca fiz apoio a nenhum deles de maneira irreversível. Eu acho que isso vale a pena.

Quando eu vejo a minha caminhada indo para o lugar que vai, eu me alegro em ver V. Exª, porque vejo que nós começamos juntos, lá trás, quando as perspectivas eram zero – praticamente não tínhamos nem partido, nem futuro, nem democracia, nem nada – e do zero nós começamos; e, hoje, está aí, uma democracia respeitável na qual, modestamente, para ela nós colaboramos.

Agradeço a tolerância de V. Exª.

A Srª Ana Amélia (Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Simon, Presidente, eu acho que o Plenário, às vésperas do dia 1º de maio, sei que os Senadores estão também agoniados, mas eu não podia deixar de registrar, neste modesto aparte ao Senador Pedro Simon, de dizer o seguinte: Senador Simon, essa sua exortação aos moços que o senhor fez nesse pronunciamento, reportou-me ao que aconteceu no ano passado, quando o Papa Francisco, com sua humildade, sua generosidade, esteve presente aqui no Brasil, trazendo uma mensagem de muita paz e exortando os jovens brasileiros e do mundo – porque era a jornada mundial dos jovens – a esses princípios e a esses valores que V. Exª usou agora da tribuna. Eu penso, com muita convicção, de que é exatamente a ausência desses valores que está resultando e respondendo por tanta criminalidade, por tanto abandono, por tanta busca da droga, da bebida e de outras coisas ruins que estão destruindo os sonhos de muitos jovens antes de chegarem à idade adulta. Então, eu queria cumprimentá-lo por essa exortação aos moços – quase como disse a música do Lupicínio ou a Oração aos Moços, de Rui Barbosa – em relação à juventude. Portanto, meus cumprimentos. A simples referência ao Papa Francisco é sempre, digamos, uma lembrança que a nós todos chama para ver o valor da vida baseada nesses princípios. Parabéns, Senador Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Muito obrigado, colega Senadora do Rio Grande, cuja atuação neste Senado tem se destacado pela sua importância e pelo seu brilhantismo.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senador Pedro Simon. Parabéns pelo pronunciamento histórico.

Para mim, que acompanho a sua trajetória também, é uma honra estar aqui hoje presidindo o Senado Federal e tendo aqui uma pessoa como o senhor fazendo um pronunciamento exortando à juventude a importância da democracia e o exercício da cidadania.

Com a palavra, pela Liderança do PP, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Fora do microfone.) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Acho que hoje não vou conseguir falar. Tenho respeitado o Regimento Interno desta Casa, mas, olha, está difícil, viu? Sinceramente, hoje, estou vendo que...

Pode passar a palavra aí, em respeito a todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem, o Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Cidinho, Senador Ivo Cassol, está nos visitando neste instante o Embaixador do Haiti no Brasil Madsen Cherubim, que veio justamente dialogar sobre os problemas dos haitianos, seja ali no Acre, em Rondônia, seja os que estão chegando em São Paulo, em Santa Catarina e tudo. Justamente, quando daqui a instantes eu falar, vou dizer da boa vontade do Governo do Haiti, do Embaixador do Haiti, para colaborar para um melhor entrosamento em todos os níveis de Governo, com o Governo Federal, Estadual e Municipal – com o Governo do Acre –, para que possa haver o melhor entrosamento possível.

Eu não vou mais me alongar aqui, porque, em seguida, estou inscrito para falar.

Mas quero aqui dar as boas-vindas ao Embaixador Madsen Cherubim, que visitará São Paulo na próxima semana, onde lá terá um diálogo com a Secretaria de Direitos Humanos, está solicitando um diálogo com o Prefeito Fernando Haddad, e eu espero colaborar para a melhor coordenação de esforços em bem receber, solidariamente, os haitianos, que, em virtude de problemas econômicos sérios havidos no Haiti e até do terremoto nesses três anos e meio, têm vindo em grande número ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco União e Força/PR – MT) – Seja bem-vindo, Embaixador. Em nome da Presidência do Senado, nós o recebemos de braços abertos.

Agora, o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu estava acompanhando o debate aqui nesta Casa e estava percebendo que, cada momento que passava, ficava mais distante a oportunidade de eu poder utilizar os microfones desta Casa. E, em respeito aos colegas, aos companheiros, em véspera de feriado, com certeza é uma alegria ouvir debaterem aqui explicações de pessoas experientes que têm trazido algo para o nosso Brasil.

É com alegria que, além de cumprimentar esse Senador aguerrido que preside a Casa neste momento, o conhecido Cidinho, uma grande liderança, foi Presidente da Associação dos Municípios de Mato Grosso, do nosso grande Mato Grosso, que foi conduzido por oito anos pelo nosso amigo, parceiro de todas as horas, Senador Blairo Maggi – quero aqui deixar o meu abraço, pela transformação e mudança que ele fez como Governador do Estado de Mato Grosso.

Eu comentava, agora, há pouquinho, com a nossa Senadora Ana Amélia, Senadora pelo Rio Grande do Sul, da necessidade que o povo gaúcho tem hoje de trazer sangue novo para uma gestão estadual diferenciada.

Passei por dois mandatos como Governador e dois mandatos como Prefeito de Rolim de Moura, e eu, por várias vezes, fui passear no Rio Grande do Sul, Senadora Ana Amélia, com aquele povo que nos trata bem demais – porque chegamos lá e acabamos saindo com uns quilinhos a mais. Para mim, como parceiro de Partido, com certeza, é uma alegria se pudermos ter a senhora como nossa pré-candidata à Governadora do Estado do Rio Grande do Sul nas próximas eleições. O Partido Progressista tem trabalhado para reforçar, buscar, trazer lideranças como a senhora para ocupar o espaço vazio ou, digamos, falho, onde, na verdade, há falta e necessidade de uma boa administração, uma boa gestão.

Com certeza, o povo do Rio Grande do Sul está me assistindo neste instante. E em toda oportunidade que eu tiver, com certeza, estarei lá, junto, contribuindo para que a senhora possa ter sucesso nessa empreitada, que é a esperança do povo do nosso grande Brasil e do Rio Grande do Sul. Foi o Estado que me deu, em 1977, a oportunidade de estudar em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Sou catarinense, mas minha família veio do Rio Grande do Sul.

Também é com grande alegria e satisfação que quero deixar aqui o meu abraço em nome do Léo. O Léo é um amigo nosso, Presidente do Partido Progressista de Buritis, no nosso Estado de Rondônia, um dos Municípios mais jovens do Brasil, com mais de 40 mil habitantes. A expectativa daquele povo de Buritis é muito grande, especialmente com o trabalho, Sr. Presidente, que exerci como Governador do Estado de Rondônia, atendendo às demandas especialmente com estrada e com saúde. O Hospital de Buritis foi sempre tocado, comandado pelo Estado de Rondônia, e, hoje, vemos a precariedade que existe naquela região. Eu também consegui, como ex-Governador, fazer um acordo com o Palácio do Planalto, cedendo uma área de preservação ambiental estadual em troca da Flona do Bom Futuro, 140 mil hectares de terra, quando lá foi regularizada mais de 4 mil famílias, que hoje têm o direito de produzir e viver com dignidade.

Não é diferente com a área de Minas Novas, que era uma reserva estadual, que a Assembleia Legislativa comandava. Ontem, estive em meu gabinete o Deputado e Vice-Presidente da Assembleia Legislativa, o Maurão de Carvalho, acompanhado também do Arildo, Secretário-Geral da Assembleia Legislativa de Rondônia, e o Prefeito Zé Rover, de Vilhena, que, naquele dia, junto com o Deputado Luiz Cláudio, o Deputado Luizinho, parceiros nossos de todas as horas, já levaram a minuta do projeto de lei revertendo esse decreto do Executivo, com a lei, do Legislativo, voltando para a regularização fundiária de Minas Novas.

Então, quero parabenizar essa iniciativa da Assembleia Legislativa, sob o comando do Presidente Hermínio, e, ao mesmo tempo, o trabalho desses colegas e amigos que têm compromisso com o povo de Rondônia.

Eu só fico triste quando se cria uma expectativa, como foi criada uma expectativa em cima da BR-421, que é o trajeto que interliga Buritis ao Distrito de Rio Branco, Jacinópolis, Nova Dimensão e até o Município de Nova Mamoré.

Eu conversava com essa nossa grande liderança, que é e continua sendo – ele está se recuperando do transplante de fígado –, que é o Carlos Magno, parceiro e amigo de todas as horas, quando ele mesmo passava para mim, na segunda-feira à noite, em sua residência, a situação precária em que vivem os empresários do setor madeireiro de Nova Dimensão. Eles estão há 90 dias sem poder tirar madeira, porque, infelizmente, nem estrada tem para se descolar por Nova Mamoré, uma vez que a água, para a BR-425 e a BR-364, já baixou e pode-se trafegar normalmente, mas no trecho que compete ao DR, aquele trecho da 421, infelizmente, a situação está precária – as máquinas estão abandonadas e, ao mesmo tempo, há vários dias ou, digamos, há vários meses estão sem combustível. Infelizmente, isso nos entristece muito, porque é o momento de se começar a aproveitar a recuperação das nossas estradas, Sr. Presidente, e, muitas vezes, há a necessidade de combustível naquela região, não só na região de Buriti, mas em todo o Estado de Rondônia, principalmente na 421, uma vez que a própria Justiça Federal – e quero parabenizá-la – definiu liberar aquela área, não para podermos ter uma estrada parque, porque lá não tem mais parque. Quando eu assumi em 2003, nós e a Assembleia Legislativa diminuimos o tamanho da área. Com isso, ficou o trecho liberado para poder fazer essa obra tão importante para Guajará-Mirim, Nova Mamoré e a região de Buritis e de Ariquemes, diminuindo mais de 400km, dando a volta por Porto Velho.

Ao mesmo tempo, também é preocupante a atual situação que vivem as pessoas do Baixo Madeira, do Baixo Mamoré, de Guajará-Mirim e de Nova Mamoré, com a questão da baixa da água. Precisamos urgentemente da recuperação em razão dos danos que essa enchente acabou causando para essas famílias.

Nós temos acompanhado que há muitas promessas do Ministério da Integração Nacional. Algumas pessoas falam em milhões, outras falam em bilhões, mas, muitas vezes, não liberam nem cruzeiros, nem reais, porque o cruzeiro ficou no passado – o cruzeiro, que acabou lá atrás, virou cruzado, e o cruzado virou real. Esperamos que, com o real, seja possível atender à real necessidade que aquela população demanda em todos os momentos.

E a grande preocupação que temos ainda pela frente é em relação à situação de saúde que todo mundo sabe que ainda vai comprometer muito a nossa população em termos gerais.

Além disso tudo, eu quero aqui parabenizar o nosso ex-Diretor-Geral do Hospital de Base de Porto Velho, Dr. Amado, que, na semana passada, num debate na televisão com o Secretário Estadual de Saúde do nosso Estado de Rondônia, discutiu a situação das enchentes, as endemias e as epidemias que viriam e os problemas de doença que ficarão por causa das enchentes. Mais uma vez, um governo incompetente, um Secretário da Saúde desonesto simplesmente tentou acusar o governo passado, na época a nossa gestão, como se a culpa das enchentes, a culpa dos problemas fosse nossa.

Mas eu quero dizer que, em breve, na próxima semana, vou trazer dados oficiais sobre o que fizemos pela saúde do Estado de Rondônia.

Quando eu assumi o governo do Estado de Rondônia, nós tínhamos cinco leitos de UTI; quando entregamos, tínhamos 127 leitos de UTI. Foi inaugurada a policlínica infantil Cosme e Damião, que deixamos semi-pronta, com recursos alocados da compensação ambiental. Ao mesmo tempo, a Policlínica Oswaldo Cruz, com o projeto em andamento, a obra contratada, a construção em andamento, foi inaugurada na atual gestão, que deu continuidade ao trabalho.

Agora, não vou concordar com a incompetência de um Secretário que quer imputar à minha gestão passada ou à de João Cahulla a falta de criatividade e de iniciativa que tem comandado até hoje. Mas esse mesmo cidadão, esse mesmo Secretário foi diretor da Funasa do meu Estado e acabou sendo preso por falcatura que cometeram naquela unidade da Funasa, que eu também denunciei há pouco tempo.

Não é diferente de quando foi Secretário Municipal de Saúde, das besteiras que cometeu, porque devia ter feito uma saúde melhor e maior para atender à demanda da população de Porto Velho, e não o fez. E aí, quando vai uma equipe – médicos, diretores, o ex-Secretário e o atual Secretário – debater o assunto da necessidade e da magnitude que determina e que pede a solução hoje, vem tentar buscar e dizer que a questão do saneamento de Porto Velho é culpa do governo passado.

Conseguimos o dinheiro, Presidente, Senador Cidinho, conseguimos o recurso numa negociação da compensação das usinas, e nós a água tratada em Porto Velho falta 40% para concluir. Infelizmente eles não conseguem terminar, a atual gestão do Estado.

O saneamento básico, nós fizemos o procedimento licitatório. Por denúncias vazias, foi cancelada a licitação. O projeto executivo estava com mais da metade pronto. Desconsideraram tudo, as duas bacias. Passaram

para uma bacia só, encarecendo o projeto. E, com três anos e três meses, até hoje, infelizmente, não conseguiram terminar ainda o projeto executivo. Vão perder o recurso, e o Secretário ainda tem a cara de pau de dizer que o culpado é o ex-Governador Ivo Cassol, que o culpado da incompetência, da falta de gerência e da ação é o governo passado. Até quando vai alguém continuar com essa maneira de conduzir o trabalho à frente da saúde de um Estado?

Portanto, eu quero aqui parabenizar o Dr. Amado, diretor do hospital na minha gestão como Governador do Estado de Rondônia por dois mandatos, que imediatamente mostrou e demonstrou o que, na verdade, nós conseguimos. O Hospital Regional de Cacoal, fui eu que concluí com recurso da compensação. E me recordo de que o Ministro da época assumiu o compromisso de levar R\$35 milhões. Infelizmente, do compromisso assumido com o Presidente Lula na época, não levaram mais do que R\$12,5 milhões para comprar todos os equipamentos do Hospital Regional de Cacoal.

Nós começamos, aprontamos o hospital e começamos o hospital, e hoje está lá aquela unidade para atender àquela grande região, de vital importância para a zona da mata, para o Cone Sul, para o centro do Estado de Rondônia.

Portanto, eu quero deixar bem claro que, graças a todo esse trabalho em conjunto com a sociedade, com os sindicatos, com a associação de profissionais, nós conseguimos progredir e melhorar, mas quero dizer que há muito ainda para fazer, há muita coisa pela frente para nós atendermos. E muitas demandas que ainda virão, independentemente de governos que entrarão e de governos que passaram.

Mas três anos e três meses depois de passar pelo governo, e não deram conta de comprar de Dipirona para atender aos pacientes ou aos doentes, ou quando tem em um dia falta no outro mês, quando tem em uma semana falta depois, mais duas semanas, ou falta em três meses? Então é inadmissível. Muitas vezes é colocado que o que está faltando é gestão, ação, competência e necessidade de uma transformação daquilo que é fundamental.

Em todo esse tempo, o próprio Senador e ex-Governador do Estado de Rondônia, Senador Valdir Raupp, é testemunha, Presidente Cidinho, de que, aqui no Senado, nesses três anos e três meses, tudo aquilo sob a coordenação da Deputada Marinha ou do Deputado Nilton Capixaba, eu nunca atrapahei, eu nunca inviabilizei, eu nunca fui contra algo que fosse bom para o Estado de Rondônia. Foi o contrário: com a Bancada Federal, os três Senadores e os oito Deputados Federais, eu tentei atender às demandas necessárias da nossa população em termos gerais.

Mas se as coisas não andam e o Governo não tem uma equipe competente para solucionar os problemas de convênio, tirar as pendências que tem para contratar, para licitar e colocar para andar, então eu não posso ser culpado disso, de maneira nenhuma. Aqui eu sou parceiro. Não interessa a questão política nem em que palanque estivemos no passado. Nós temos um compromisso só e uma única obrigação: após eleito, trabalhar pela população.

(Soa a campanha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Assim, eu tenho trabalhado pela população de Rondônia e hoje, como Senador, também para a população do Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, amanhã... E eu vou pedir para o Presidente Cidinho, com a compreensão dos demais Senadores, porque aqui os outros falaram não por cinco minutos a mais, falaram por 40 minutos a mais, e nós ficamos ouvindo os velhos caciques da política aqui no Senado Federal, e não tínhamos como discutir. Também não vou me alongar muito, mais cinco minutos, pois é fundamental, porque amanhã é um dia especial.

Amanhã é o Dia do Trabalhador. E muitas pessoas, às vezes, pensam o seguinte: “Mas o Dia do Trabalhador é do trabalhador. E vocês, políticos?” Nós também somos trabalhadores, nós também levantamos cedo, nós também dormimos tarde.

Muitas vezes, a imprensa vem aqui, ao Senado, e olha nos gabinetes, olha aqui na tribuna, olha aqui nesta Casa, e acha que o trabalho do Senador é só aqui. Ao contrário, é o tempo todo andando no nosso Estado, fora de Brasília, percorrendo os quatro cantos das nossas regiões, atendendo às demandas em todas as áreas, com um só propósito. Então, amanhã é o Dia Nacional do Trabalhador, dos trabalhadores, de todos nós, de mamando a caducando, independentemente do credo a que pertencemos, independentemente da nossa cor ou da nossa raça...

(Soa a campanha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – ... com uma só proposição.

É o Dia Nacional do Trabalhador, em homenagem a todos trabalhadores do Brasil, do meu Estado do Rondônia. E quero deixar o meu abraço a cada uma dessas pessoas, aos nossos cidadãos que levantam cedo, à dona de casa, ao agricultor, ao funcionário público, ao morador, enfim, a todo mundo, cada fazendo a sua parte, cada um fazendo o seu papel, até a dona de casa. E alguém fala: “Mas a dona de casa não trabalha fora!” Mas trabalha dentro de casa para que o restante da família possa ter condições de trazer o sustento para dentro de casa. Portanto é um dia especial em que estaremos percorrendo os quatro cantos do Estado de Rondônia.

Estamos próximos da Copa do Mundo. Nem mais 60 dias praticamente nós temos pela frente. A nossa Copa do Mundo tão esperada. Muitas obras, infelizmente, no último momento vão ficar prontas.

(Soa a campanha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – É uma situação constrangedora, da mesma maneira que vimos nos Jogos Olímpicos, quando o Vice-Presidente falou, em nível mundial, que os Jogos Olímpicos do Brasil apresentavam uma das piores organizações, construções que estão sendo feitas.

Isso nos preocupa, porque, infelizmente, o mal do brasileiro é deixar quase tudo para a última hora, e acaba se atrapalhando. E uma preocupação que tenho, para poder encerrar, é que a maioria dessas obras estão acontecendo por causa da Copa do Mundo. E depois da Copa do Mundo?

Tenho uma preocupação. Nós vamos ter poucas obras e muitas paralisações. Após as eleições, muitos dos investimentos também vão ficar estagnados, porque vemos e percebemos pela frente a necessidade que há de se enxugar a máquina para mostrar um resultado positivo que há pela frente.

Para isso nós precisamos, neste ano especial de Copa do Mundo, neste ano especial de eleições, eleições para escolher Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Governador, Vice-Governador, Presidente da República e Vice-Presidente da República, para não precisarmos chorar futuramente, para que saibamos escolher com responsabilidade, escolher com determinação; não escolher os nossos representantes simplesmente para um cargo público ou uma portaria ou algo especial que vai beneficiar alguém. É o contrário. De que maneira nosso povo pode ser contemplado e beneficiado em todas as áreas, especialmente saúde, educação, segurança pública, na área social e na infraestrutura urbana e rural em todos os cantos que nós temos caminhado?

(Soa a campanha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com imensa alegria que termino aqui e deixo o meu abraço, desejando um bom feriado a todo mundo. E peço aos amigos e amigas que vão à igreja ou mesmo que estão em casa no feriado e que sempre estão orando pelas autoridades que continuem orando e coloquem nas suas orações o nome do Senador Ivo Cassol, da minha esposa Ivone, da minha família, mas coloquem de todas as autoridades, para que Deus possa abençoar, para que Deus possa iluminar e para que Deus possa dar saúde e paz, do restante nós corremos atrás.

Um abraço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco União e Força/PR – MT) – Parabéns, Senador Ivo Cassol, pelo pronunciamento. Com certeza nós, do Mato Grosso, vizinhos de Rondônia, somos testemunhas do trabalho inquestionável que o senhor fez como Governador daquele Estado. Se quiser assistir aos jogos da Copa do Mundo, Cuiabá o espera de braços abertos. Teremos quatro jogos lá.

Dando sequência, como orador inscrito, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoridade/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, divido hoje o meu pronunciamento em dois temas essenciais: segurança pública, que compete com saúde pública em matéria de desencanto da população diante da incompetência do Governo e da insuficiência das ações administrativas nessas duas áreas da administração pública, e desemprego, desemprego que sempre foi um dos gravíssimos problemas existentes no nosso País.

Início pela segurança pública exatamente porque, nos últimos dias, tive oportunidade de participar de eventos importantes: no Paraná, um fórum sobre a segurança pública e, no Rio de Janeiro, uma solenidade presidida pela Federação Nacional dos Policiais Federais, com homenagem a pessoas que se destacaram em várias áreas da atividade humana.

Lembro-me de que, na campanha eleitoral passada, num confronto com o ex-Governador José Serra, a Presidente Dilma fez promessas na direção de uma reforma no setor de segurança pública do País. Afirmou, por exemplo a candidata petista, abro aspas para a sua fala:

No caso da segurança pública, nós iremos apostar nisso que está dando muito certo, que são as Unidades de Polícia Pacificadora já implantadas no Rio de Janeiro.

Ou ainda:

[Para combater o tráfico de drogas] compramos veículos aéreos não tripulados, chamados de VANTs, que são aqueles que policiam as fronteiras e permitem que a gente localize o tráfico. Os VANTs chegaram em setembro, e até o final do ano mais dois vão chegar, e eu pretendo transformar esse policiamento das fronteiras num policiamento sistemático, com mais 14 VANTs.

Isso disse a Presidente Dilma na campanha eleitoral.

Como se sabe, as UPPs não foram implantadas Brasil afora e, em setembro de 2010, não havia nenhum VANT em funcionamento. Neste ano de 2014, só há dois voando, de fato, nas fronteiras do País, apesar dos 14 anunciados pela candidata. E mais: uma emenda da Bancada do Paraná – 30 Deputados e 3 Senadores – destinando cerca de R\$130 milhões para a segurança pública na área de fronteira, para equipamentos, para o aparelhamento da segurança pública na área de fronteira, foi simplesmente vetada pela Presidência da República, incluiu nos cortes oferecidos ao Orçamento recentemente.

Enfim, cito esse fato na abertura deste pronunciamento para demonstrar o descaso com que o Governo trata o setor de segurança pública no País.

Em relação a uma instituição exemplar como a Polícia Federal, esse descaso vai além dos limites, e é exatamente por isso que “mais de 250 policiais federais abandonam a profissão todos os anos, pois a carreira tem sido duramente sucateada pelo Governo”.

A Federação Nacional dos Policiais Federais representa mais de 20 mil policiais federais e reivindica uma segurança pública eficiente. A propósito, a entidade denuncia que “servidores burocratas, sem experiência operacional em campo, estão sendo indicados por critérios políticos para planejar e coordenar a segurança da Copa 2014”.

O sucateamento da Polícia Federal é um desserviço à sociedade brasileira, um prêmio à corrupção, é, sobretudo, a celebração da impunidade. Quando se defende uma segurança pública eficaz, e, sobretudo, uma instituição como essa, Polícia Federal, independente, valorizada, estimulada, qualificada, defende-se o interesse do País.

Não se trata de corporativismo. Nos últimos anos, os Sindicatos da Polícia Federal vêm denunciando o sucateamento do órgão e o congelamento salarial, que já se projeta por sete anos. São sete anos de congelamento salarial.

Sem correção inflacionária, o poder aquisitivo dos agentes federais foi reduzido quase à metade. A realidade é que, após a realização das grandes operações anticorrupção, os agentes, escrivães e papiloscopistas da Polícia Federal recebem a metade do salário dos auditores da Receita, oficiais da Agência Brasileira de Inteligência e servidores das agências reguladoras.

Todavia, ressalto, mais uma vez, que as reivindicações da Polícia Federal transcendem a mera recomposição salarial. A categoria exige que o Governo Federal regulamente as funções e as atividades dos agentes, crie um plano de carreira para os servidores e melhore a gestão da Polícia Federal.

Inúmeros indicadores demonstram que a Polícia Federal está sendo congelada. Vejamos, por exemplo, a estatística de indiciamentos nos últimos quatro anos em relação a todos os crimes.

Entre 2010 e 2013, o número de indiciados pela Polícia Federal no Estado do Paraná caiu de 6.114 para 2.983, uma expressiva diminuição de 51%, mais da metade do número total de pessoas que foram efetivamente investigadas pelas unidades da Polícia Federal no Estado do Paraná.

Infelizmente, a atual gestão do Governo da União tem medido a eficiência por intermédio dos inquéritos instaurados, uma forma de escamotear a queda de produtividade do órgão. Sabemos que a mera estatística dos inquéritos instaurados indica apenas a quantidade de crimes cometidos e não pode ser apontada como indicador de eficiência.

No âmbito nacional, a partir de 2010 e ao longo do Governo da Presidenta Dilma, houve uma queda superior a 60% do número de pessoas indiciadas pela Polícia Federal. É igualmente revelador observar que, entre os anos de 2010 e 2013, o número de indiciados em crimes de tráfico de drogas pela Polícia Federal, no Paraná, caiu de 781 para 548, uma queda superior a 17% no número total de pessoas que foram investigadas pelas unidades da Polícia Federal nessa modalidade de crime. Em termos nacionais, o declínio foi da ordem de 40%.

De acordo com uma pesquisa realizada pela Federação Nacional dos Policiais Federais, com base em dados oficiais do Ministério do Planejamento, como eu já disse, mais de 250 agentes federais deixam a polícia anualmente, buscando atividades em que possam ser mais valorizados.

Segundo outra pesquisa, realizada na base de servidores – e isso é muito grave –, mais de 85% dos policiais federais se sentem infelizes no trabalho e 30% já se submetem a algum tipo de tratamento psiquiátrico ou psicológico, por conta de um ambiente de trabalho com impactos negativos na saúde dos servidores – mais uma faceta alarmante da segurança pública em nosso País.

Prossigo, Sr^a Presidente Ana Amélia.

A segurança pública e a saúde são as áreas que abrigam os maiores problemas do País e que potencializam as percepções de vulnerabilidade da população brasileira.

A opinião dos melhores especialistas em matéria de segurança pública informa que esse é um tema ainda tabu no Brasil.

Avançamos na construção de discursos baseados em princípios de direitos humanos e de cidadania, mas ainda convivemos com um modelo em que a ausência de reformas estruturais obstrui, em termos práticos e políticos, a garantia da segurança pública verdadeiramente para todos.

Os dados publicados mostram a fotografia sem retoques da Segurança Pública: a sensação de que vivemos em uma sociedade fraturada e com medo; aflita diante da possibilidade cotidiana de ser vítima e refém do crime e da violência é a nossa realidade.

Não bastasse isso, os dados também indicam que o nosso sistema de segurança é ineficiente, paga mal aos policiais e convive com padrões operacionais inaceitáveis de letalidade e vitimização policial, com baixas taxas de esclarecimentos de delitos e precárias condições de encarceramento.

Não conseguimos oferecer serviços de qualidade, reduzir a insegurança e aumentar a confiança da população nas instituições.

Segundo Luiz Eduardo Soares, antropólogo, professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, entre 1980 a 2010, 1 milhão, 98 mil e 675 brasileiros foram assassinados. O País convive com cerca de 50 mil homicídios por ano.

Desse volume aterrador, apenas 8%, em média, são investigados com sucesso, segundo o *Mapa da Violência* publicado em 2012.

Todavia, não devemos tirar conclusões apressadas.

[...] temos a quarta população carcerária do mundo e, provavelmente, a taxa de crescimento mais veloz. Ou seja, além de não evitar as mortes violentas intencionais e de não as investigar; o Estado brasileiro prende muito e mal.

Hoje temos 550 mil presos.

Há uma nítida inversão de prioridades. Como destaca o professor Luiz Eduardo Soares: “[...] a vida não é valorizada e se abusa do encarceramento”.

Entre os presos, apenas cerca de 12% cumprem pena por crimes letais. Dois terços dessa população, aproximadamente 367 mil, foram presos sob acusação de tráfico de drogas ou crimes contra o patrimônio. Fica patente que os crimes contra a vida, assim como as armas, não constituem prioridade. Os focos são outros: patrimônio e drogas.

Importante ressaltar: há paralisia da agenda de reformas imposta pela Constituição de 1988, que até hoje possui artigos sem regulamentação, abrindo margem para zonas de insegurança jurídica.

Na esfera da Segurança Pública, verificamos a não regulamentação do art. 23 da Carta Magna, que trata das atribuições concorrentes entre os entes federados, ou do §7º do art. 144, que dispõe sobre as atribuições das instituições encarregadas em prover segurança e ordem pública.

Há uma enorme dificuldade de se assumir segurança pública como um tema prioritário. Ao contrário do jogo de empurra que tem sido travado, com União, Estados e Municípios, brigando para saber quem paga a conta [...] ou quem manda em quem, segurança pública exige superarmos antagonismos e corporativismos e pactuarmos um projeto de uma nova polícia.

Avaliação consensual dos mais qualificados especialistas da matéria.

Os resultados de longo prazo só poderão ser obtidos mediante:

reformas estruturais que enfrentem temas sensíveis como a distribuição e a articulação de competências e a criação de mecanismos efetivos de cooperação, a reforma do modelo policial determinado pela Constituição e o estabelecimento de requisitos mínimos para as instituições, no que diz respeito à formação dos profissionais, transparência e prestação de contas, uso da força e controle externo.

Estatuto da segurança pública. Devemos estudar o tema. Estamos buscando, com nossos assessores, levantar experiências internacionais no combate à violência, como a da Colômbia; instrumentos que possam contribuir para a melhoria do funcionamento do Sistema de Segurança Pública em seu conjunto.

Embora acredite que haja bastante espaço para que ocorram substanciais progressos na gestão do atual sistema de segurança pública, acredito, igualmente, que possamos aperfeiçoar pela via legislativa esse mesmo sistema.

A revolução tecnológica que impactou toda a sociedade faz com que tenhamos que repensar os instrumentos no combate mais eficaz à violência.

Entretanto, não se pode tentar avançar no tema da segurança da sociedade como um todo sem que sejam priorizados recursos que assegurem um investimento anual, sistemático e contínuo nas forças policiais.

Nesse contexto, analisando dados sobre os investimentos em segurança pública da União, constatamos que a realidade do atual Governo Federal é amarga.

Só para se ter uma ideia, basta observar que, de 2013 para 2014, o total de recursos alocados pelo Governo Federal na função segurança pública decaiu de R\$11,3 bilhões, no Orçamento de 2013, para R\$9,4 bilhões, em 2014. Isso, por si só, demonstra que segurança pública não é prioridade deste Governo.

Aumenta a população; a criminalidade cresce; a corrupção se alarga, e o Governo reduz os recursos destinados à segurança pública do País, uma inversão de prioridades.

Mas vamos além. Analisemos o que aconteceu com os R\$11,3 bilhões previstos no Orçamento de 2013. De fato, o efetivamente pago, ou seja, ações que ocorreram, correspondeu a somente R\$7,2 bilhões. Ou seja, do que estava autorizado no Orçamento, R\$4 bilhões não foram pagos, cerca de 35% do valor total.

Os valores ficaram reduzidos em relação ao ano anterior, e a execução orçamentária chega a 35% de contingenciamento ou de aplicação desses recursos.

Mas isso não é o pior. Detalhando um pouco mais o Orçamento de 2013, deparamos com algumas situações inadmissíveis quando se pretende priorizar a segurança pública.

Vejamos: para o Programa de Aprimoramento da Polícia Federal estavam previstos R\$89 milhões. Somente cerca da metade desse valor foi empenhado. E deste, menos de R\$14 milhões foram efetivamente pagos, isto é, somente cerca de 15%. De R\$89 milhões, apenas R\$14 milhões foram aplicados num setor essencial que é o programa de aprimoramento da Polícia Federal.

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoría/PSDB – PR) – Olhando outro programa, a situação é ainda mais dan-tesca.

Mais dois minutos, Sr. Presidente, e eu terminarei.

No programa Apoio à Estruturação Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública, observamos que dos R\$214 milhões previstos no Orçamento, menos de R\$100 milhões foram empenhados e somente de cerca de R\$40 milhões foram efetivamente pagos. Esses dois programas são estratégicos e simbolizam o desprezo com que é tratada a questão da segurança pública pelas autoridades governamentais.

Esse padrão de gastos não realizados que exemplifiquei tem se repetido sistematicamente nos últimos anos por parte do Governo Federal. É com esse tipo de padrão que temos de romper se quisermos dar um salto de qualidade na segurança pública no Brasil.

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoría/PSDB – PR) – Sou autor de um projeto, estou concluindo, que proíbe o contingenciamento de verbas orçamentárias referentes a programas de segurança pública e responsabiliza os Ministros da Fazenda e da Justiça pelo crime de responsabilidade em caso do não cumprimento. Esse projeto foi aprovado no Senado, por unanimidade, e tramita na Câmara dos Deputados. É o Projeto nº 134, de 2006.

Nós discutiremos, aliás, está em discussão na Câmara dos Deputados a PEC nº 51, que é um pleito também dos policiais federais e de outras forças policiais no País. Trata da chamada desmilitarização, e toda instituição policial passa a ordenar-se em carreira única.

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoría/PSDB – PR) – Toda polícia deve realizar o ciclo completo do trabalho policial – preventivo, ostensivo e investigativo; decisão do formato das polícias operando nos Estados e Municípios cabe aos Estados; propõe avanços no controle externo, etc. É o resumo de alguns pontos dessa proposta de emenda à Constituição.

Nós temos que debatê-la, sim, mas, muito mais do que isso, o País exige uma reforma ampla no setor de segurança pública. O Governo deve várias reformas. Essa é uma delas, e essa é também essencial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Cidinho Santos deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Ana Amélia.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, a Srª Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias, Líder do PSDB, do Paraná.

Agora tem a palavra o Senador Jorge Viana, do PT do Acre, nosso Vice-Presidente do Senado Federal, que vai falar pela Liderança do PT ou como orador inscrito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, com muita satisfação venho à tribuna nesta sessão diferente aqui no Senado, em que começamos às 11 horas da manhã e seguimos tarde adentro.

Quero, antes de tudo, dizer que minha intenção na tribuna é prestar uma homenagem a todos os que labutam, a todos os que procuram, trabalhando, vencer na vida. Mas, antes, porém, de fazer uma fala pela chegada de mais um dia do trabalho, um dia das trabalhadoras e dos trabalhadores, queria fazer alguns comentários ainda sobre a questão gravíssima dos haitianos no Acre, em São Paulo e no Brasil.

Eu e o Senador Suplicy acabamos de ter uma conversa com o Embaixador do Haiti no Brasil, o Sr. Madsen Cherubin. O Sr. Madsen Cherubin, Embaixador, conversava conosco sobre a busca que se está tendo de agilizar o processo de emissão de vistos em Porto Príncipe. Isso é importante, mas, como bem foi colocado hoje, independente de não concordar com a posição completa do jornal *Folha de S.Paulo*, queria cumprimentar a direção do jornal por ter feito um editorial, por ter tratado desse assunto dos haitianos. E, aqui, vou pedir a transcrição desse editorial, mesmo com algumas imperfeições nas informações, mas é importante que um jornal como a *Folha de S.Paulo* possa tratar desse tema com a dimensão, com a importância que ele tem, o drama dos haitianos.

Obviamente que o jornal apresenta uma posição, com que não concordo, mas respeito, de achar que a postura do Governado do Acre, do Governador Tião Viana, é pura e simplesmente de tentar se livrar dos haitianos – o que não é verdade. Mas, de qualquer sorte, penso que o jornal também dá a exata dimensão que a grande imprensa ainda não estava dando para o drama dos haitianos.

Primeiro o jornal fala que é muito difícil a solução, como o que concordo, mas certamente o jornal tem fontes equivocadas, e isso é parte do processo do próprio jornalismo.

Hoje mesmo saiu uma matéria no UOL, da Folha de São Paulo, falando sobre os haitianos. E nós sabemos quem escreve, com que intenção escreve, e lamentavelmente eu tenho que dizer aqui da tribuna que na hora de se tratar de um tema como esse ele tem que estar descontaminado das preferências partidárias eleitorais.

E eu sigo respeitando o conjunto dos jornalistas que atuam especialmente no Acre, que nos ajudaram inclusive a criar um espaço democrático no nosso Estado, mas, respeitando as opiniões, não posso esconder, e nem poderia agir de maneira diferente, a verdade. O fato concreto é que nessa questão dos haitianos o Governo do Acre tem feito um trabalho, na maioria das vezes, sozinho.

A primeira questão que se faz é achar que o problema são 400, 500 haitianos. Não! São 20 mil que passaram só pelo Acre. O Brasil não sabia disso ou, se sabia, não queria considerar isso.

E eu não estou aqui para fazer um jogo de empurra-empurra. Eu estou aqui para dizer que eu acho que a posição da Presidenta Dilma começou mudar um pouco quando determinou que o Ministro do Trabalho fosse a São Paulo. Mas o Ministro do Trabalho nunca foi ao Acre. A Presidenta Dilma pediu providências.

Nós já tivemos dezenas de reuniões no Ministério da Justiça, e o problema só se agrava. Estava nas costas do Secretário Nilson Mourão, dos direitos humanos, do Governo do Acre, nas costas do Governador Tião Viana. Mas agora o Brasil descobriu que, independentemente do terremoto no Haiti, independentemente da presença das Forças Armadas brasileiras numa missão de paz no Haiti, independentemente das visitas que o Presidente Lula fez, independentemente dos cuidados que a Presidenta Dilma tem, temos um problema grave: milhares de haitianos querem vir para o Brasil.

Uma parte vem – aí, pasmem – via São Paulo. Uma boa parte daqueles que estão na paróquia não veio pelo Acre, porque a maioria dos que saem do Acre sai com carteira do trabalho e com visto de entrada, porque isso foi um esforço humanitário do nosso Governo, não só dando comida, não só dando um abrigo, mesmo precário. Qual é o Estado brasileiro que está preparado para pôr o maior campo de refugiados da América Latina, onde passaram 20 mil refugiados? Que eu saiba, nenhum.

Eu acho que esse assunto tem de ser tratado na página principal dos jornais, na parte mais nobre dos noticiários e tem de estar na pauta de quem tem poder de decisão. É muito importante que as maiores auto-

ridades brasileiras e que o Governo Federal entendam que ou nós vamos estabelecer uma relação diferente para enfrentar esse problema complexo e de difícil solução ou ele vai seguir vindo de maneira surpreendente.

Se São Paulo está reclamando porque não se está telefonando para dizer que está indo mais um ônibus... Primeiro, são os haitianos que querem sair do Acre. Eles só querem passar pelo Acre, querem entrar no Brasil pelo Acre. Só 40 ficaram lá. Hoje, há quase 300 no abrigo, mas já houve 2.700. Sem pôr culpa em ninguém, dava-se comida às pessoas, com café da manhã, almoço e janta, dava-se um abrigo, dava-se uma assistência em saúde, fazia-se a parte documental dessas pessoas, fazia-se o contato com empresas para ver quem queria ter essa força de trabalho. Isso numa situação absolutamente precária, reconhecidamente precária. Pedimos socorro, pedimos ajuda; esse socorro não veio, essa ajuda não veio.

Agora, talvez, com o Brasil descobrindo esse problema que faz três anos e cinco meses que nós enfrentamos no Acre, quem sabe possa-se ter um encaminhamento adequado.

Então, em vez de conflito, Estado contra Estado, instituições contra instituições, nós temos de lidar com este problema. Ele não tem uma solução fácil. É um desafio enorme, é um descaso do mundo com o povo do Haiti e é uma questão humanitária, acima de tudo. Penso que o melhor que podemos fazer é dar mais atenção e, com as pessoas que conhecem o tema, que estudam o assunto, buscar a melhor solução.

Mas, Sr. Presidente, quero, então, entrar na fase final da minha fala e fazer, dentro do possível, uma homenagem pela chegada de mais um 1º de maio, Dia do Trabalho.

Ontem, estive com o Presidente Lula, por acaso, em São Bernardo, e ele me mostrava a Vila Euclides. Nós andamos no pátio da Volkswagen e eu vi a maneira como ele é tratado agora. Fico imaginando a maneira como ele era tratado naquela época, quando ele era o inimigo número um dos patrões e o defensor número um dos trabalhadores.

E o Presidente Lula tem uma história muito bonita. E ele conseguiu fazer duas grandes batalhas vitoriosas: uma como sindicalista, lutando, defendendo o trabalho, o emprego, o salário e as condições de trabalho dos trabalhadores.

Todos achavam que ele ficaria por ali mesmo, um grande líder de massa, o grande líder das greves do ABC paulista. Vai à Presidência e faz algo histórico: é o Presidente que mais criou emprego neste País, em toda a história do nosso País; é o Presidente que mais fez pela classe trabalhadora, é o Presidente que mais fez pelo social e, sinceramente, independentemente do Bolsa Família, da política social do nosso Governo, a melhor política social é a oportunidade do trabalho.

O 1º de maio tem uma história, e eu quero aqui, de maneira muito breve, fazer uma referência a ela. É uma história que começou em 1886, em Chicago, nos Estados Unidos.

No dia 1º de maio daquele ano, milhares de trabalhadores foram às ruas reivindicar melhores condições de trabalho. Eles queriam apenas algo que hoje assustaria qualquer um: deixar de trabalhar 13 horas por dia obrigatoriamente e poder trabalhar apenas 8.

Nesse mesmo dia, ocorreu, nos Estados Unidos, uma grande greve geral dos trabalhadores. Dois dias após os acontecimentos, um conflito envolvendo policiais e trabalhadores provocou a morte de alguns manifestantes. Esse fato gerou revolta nos trabalhadores, provocando outros enfrentamentos com a polícia. No dia 4 de maio, num conflito de rua, manifestantes atiraram uma bomba nos policiais, provocando a morte de sete deles. Foi o estopim para que os policiais comesçassem a atirar no grupo de manifestantes. O resultado foi a morte de 12 dos que protestavam, e dezenas de pessoas ficaram feridas.

Foram dias marcantes na história da luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho para homenagear aqueles que morreram nos conflitos.

A Segunda Internacional Socialista, ocorrida na capital francesa, em 20 de junho de 1889, criou o Dia Mundial do Trabalho. Daí a celebração dessa data. E ficou acertado que seria comemorado em 1º de maio de cada ano.

Aqui no Brasil existem relatos de que a data, o 1º de maio, é comemorada no nosso País desde 1895. Porém, somente em setembro de 1925, essa data passou a ser celebrada oficialmente, após a criação de um decreto do então Presidente Artur Bernardes.

Eu queria relembrar mais dois fatos importantes ligados a essa data.

Em 1º de maio de 1940, o então Presidente Getúlio Vargas instituiu o salário mínimo, que deveria suprir as necessidades básicas de uma família. Em 1º de maio de 1941, foi criada a Justiça do Trabalho.

Fazendo essas referências, Sr. Presidente, cumprimentando também a todos que nos assistem pela Rádio e TV Senado, eu queria perguntar: o que seria mais importante relevarmos no Dia do Trabalho? Para mim, além das conquistas dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, o emprego, a oportunidade do trabalho. E é sobre esse tema que eu quero falar.

Hoje, eu ouvi, desde a abertura dos trabalhos, muitas críticas, Senador Valdir Raupp, de colegas da oposição ao nosso Governo, à Presidenta Dilma, ao Presidente Lula.

Eu fico me perguntando sempre: “Puxa, como é fantástica essa democracia. Eu sento ali presidindo, um colega vem aqui, fala, critica, cobra, e eu tenho que ficar quietinho, não posso apartear-los, mas também posso me inscrever e ocupar a mesma tribuna e passar a mesma versão.”

Quando a gente ouve a oposição, parece que o Brasil está no fundo do poço. Quando a gente ouve a oposição, parece que o Brasil não tem jeito. Quando a gente ouve a oposição, parece que o Brasil vivia às mil maravilhas quando eles governavam e, agora, por conta dos desmandos do Governo do PT, o Brasil está caindo no abismo. Mas, gente, isso não é verdade. Qualquer dado socioeconômico, qualquer informação que se busque e que seja verdadeira vai mostrar que é uma contradição muito grande dos colegas da oposição, que se revezam na tribuna nos criticando. A grande contradição deles é que o Brasil estava muito pior quando eles governavam e que o Brasil está muito melhor quando o Presidente Lula e a Presidenta Dilma governaram e governam.

Mas nós estamos às vésperas do Dia do Trabalho e eu não tenho todo o tempo do mundo. Eu queria me prender a um paralelo: como era o emprego, o trabalho na época em que os que nos criticam hoje governavam? Quantos milhões de empregos eles criaram? Quanto fizeram para melhorar os direitos dos trabalhadores? No nosso caso, temos muito orgulho do líder que nós temos, o Presidente Lula. Ele trabalhou pela classe trabalhadora, conquistou, lutou, defendeu, uniu, quando estava fora do poder, quando era um sindicalista. E, chegando à Presidência da República, fez mais do que qualquer outro Presidente da História. Nem Getúlio Vargas fez mais pela classe trabalhadora do que o Presidente Lula. Aliás, em muitas ações, ele se inspirou no Presidente Getúlio Vargas. Ou não foi assim que nós criamos no nosso Governo uma política salarial de ganho real do salário mínimo? Como era a política salarial do salário mínimo na época do governo do PSDB? Como era a política salarial dos servidores públicos na época do governo do PSDB? Salário mínimo não tinha ganho real, tinha perda de compra mês a mês, ano a ano; a mesma coisa para a classe trabalhadora do servidor público.

Queria passar alguns dados. Criticam-nos, mas amanhã é o Dia do Trabalho. Amanhã é um dia de acerto de contas de quem faz política pela classe trabalhadora e quem faz contra.

Oito anos de Governo do PSDB – oito anos de Governo do PSDB! –, governando o mesmo Brasil, e foram criados, em oito anos, 5 milhões e 16 mil empregos: 5 milhões, em oito anos, Senador Eduardo Suplicy, média anual de 627 mil empregos. Vou ler um número: a Presidenta Dilma, a Presidenta Dilma, está governando este País há três anos, há três anos e 4 meses, e criou mais de 4 milhões de empregos – a Presidenta Dilma está governando este País, há três anos e 4 meses, e criou mais de 4 milhões de empregos! Para os que nos criticam, os que nos diminuem, os que tentam pôr o PT e o Governo na lona e no *corner*: o nosso Governo e o nosso Partido têm muitos defeitos, mas não esses defeitos que a oposição tenta nos impor. Esses, não!

Fica parecendo que não é, pois, no nosso período, o Ministério Público está fortalecido, porque fomos nós que o fortalecemos; a Polícia Federal triplicou o número de seus servidores, porque foi decisão do nosso Governo; as condições de trabalho foram modificadas, porque fomos nós que propusemos isso. E nós queremos, sim, que o Brasil fique melhor. É, por isso, que não dá para baixarmos a cabeça.

Durante o governo do presidente Lula, oito anos, foram gerados, foram gerados, 16 milhões de empregos – três vezes mais que durante os oito anos do governo Fernando Henrique. Mas, Senador Suplicy, parece que é fácil gerar emprego, basta querer.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Não, é muito difícil!

O mundo conta o desemprego. Sabe quantas pessoas há desempregadas no mundo, caro Presidente, Senador Suplicy? Agora, alcançou o número de 200 milhões de desempregados, Senador Suplicy.

A situação é gravíssima! É gravíssima!

O número de desempregados no mundo aumentou em cinco milhões só no ano passado. E nós geramos mais de um milhão de empregos só no ano passado, com a Presidenta Dilma, um milhão e meio.

Então, eu não tenho dúvida de que a classe trabalhadora tem muito o que reivindicar, tem muito o que conquistar. O mundo se transformou, nós estamos vivendo uma outra revolução tecnológica, que em muitos casos desemprega, mas poucos governos no mundo podem passar o Dia do Trabalho, 1º de maio, apresentando os números que a Presidenta Dilma pode apresentar amanhã na sua fala, fazendo o discurso que faz o Presidente Lula, fazendo discurso que quem faz parte do PT e da Base Aliada pode fazer.

O mundo, com os cinco milhões de desempregados do ano passado, alcançou 202 milhões de pessoas desempregadas! Uma taxa de desemprego mundial de 6%. Cerca de 23 milhões de trabalhadores abandonaram o mercado em 2013.

Então, Sr. Presidente, não preciso me alongar. Não quero me alongar. Nós, segundo a própria Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que trabalha dados muito precisos, no Governo da Presidenta Dilma já foram gerados quatro milhões e oitocentos mil empregos. Quatro milhões e oitocentos mil empregos! Uma diferença de 200 mil empregos, para ser mais do que o PSDB gerou durante oito anos, só a Presidenta Dilma. No Brasil, nos últimos onze anos, foram gerados 20 milhões de empregos. Esses dados nos deixam satisfeitos, por saber que a situação no Brasil, apesar dos desafios que temos, há muitas conquistas a celebrar.

Alguns que ficam torcendo contra o País, apostando no quanto pior melhor, estão sendo desmoralizados de vez em quando. A média dos palpites dos sábios do mercado era que 16 mil empregos seriam gerados no nosso País.

Agora, nesse período de começo do ano, foram gerados 260 mil empregos. Dessa maneira, vamos desfazendo aquilo que alguns ficam vendendo como possibilidades.

Vejam bem, os analistas, os que dão entrevistas diariamente nas rádios, apontam um horizonte sinistro, um abismo. Seriam gerados, no começo do ano, em março, 116 mil empregos e foram gerados 260 mil empregos. E um dado interessante que nos nossos opositores podiam ver: os Estados Unidos geraram, no mesmo período, 175 mil empregos e celebraram dizendo que a economia está voltando a ter força.

Veja que a maior economia do mundo...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ...gera 175mil empregos e celebra como o maior feito. O Brasil gera, no mesmo período, 260 mil e parece que está tudo errado.

Ouçõ o Senador Aníbal, para poder concluir, Sr. Presidente, com a sua compreensão.

O Sr. Anibal Diniz (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Jorge Viana, V. Exª faz um pronunciamento da máxima importância para o Brasil. Seria muito importante que os grandes jornais do Brasil dedicassem o mesmo espaço que requer um pronunciamento da qualidade deste pronunciamento feito por V. Exª ao espaço que, normalmente, eles concedem àqueles que atacam com veemência o Governo da Presidenta Dilma, o ex-Presidente Lula, o Partido dos Trabalhadores e os partidos aliados. Não só eles tentam passar a ideia de que o Brasil está à beira do abismo como apostam numa briga entre o ex-Presidente Lula e a Presidenta Dilma. Mesmo o ex-Presidente Lula tendo sido o primeiro a se lançar ao desafio de fazer da reeleição da Presidenta Dilma uma realidade, mesmo tendo sido ele, no encontro do PT, a dizer que não tem conversa, que a nossa candidata é a Presidenta Dilma, há o esforço da grande imprensa, a serviço completamente da oposição neste País, a serviço do PSDB, a serviço do PSB, no sentido de querer passar um desentendimento. O que nós podemos dizer é que nós somos felizes, porque temos a Presidenta Dilma dando continuidade ao governo iniciado pelo ex-Presidente Lula, com boas condições de construir sua reeleição, ainda que tenha uma intempérie num período e outro em relação à avaliação eleitoral, mas, certamente, com o iniciar da campanha, essa situação se reverte. E temos também o Presidente Lula, que é o grande presidente que o povo brasileiro reconhece, o pai dos pobres, que conseguiu realizar grandes feitos em benefício dos mais pobres deste País. Portanto, Senador Jorge Viana, eu o cumprimento pela qualidade deste seu pronunciamento. Gostaria muito que os números apresentados por V. Exª neste pronunciamento fossem reproduzidos com a mesma fatura de espaço dos grandes jornais em que são publicadas as denúncias da oposição. Era isso, Senador.

O Sr. Anibal Diniz (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O Senador Suplicy hoje está muito econômico no tempo, numa tarde tão...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Não, o Senador já me deu tempo suficiente.

O Sr. Anibal Diniz (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ...tão à vontade, quanto estamos aqui. Então, fica aí o meu cumprimento ao Senador Jorge Viana pela qualidade do pronunciamento que V. Exª faz neste momento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito obrigado, caro colega, Senador Anibal Diniz. Eu concluo, Sr. Presidente, só deixando aqui alguns questionamentos.

Por que será que, na véspera do Dia do Trabalho, o emprego não é um tema recorrente nos veículos de comunicação? Por que ele não é assunto? Porque, quando eu vou olhar como está o desemprego no mundo, com mais de 200 milhões de desempregados, eu acho que é assunto, sim, ter um país que está gerando emprego em vez de estar gerando desempregados.

Amanhã será o Dia do Trabalho. Provavelmente, não vamos ver os analistas falando que, depois, na era Lula e Dilma, nós trocamos a nossa agenda do desemprego pelo emprego.

Senador Anibal, eu tenho aqui um gráfico dos países que têm o maior número de desempregados no mundo. Na Espanha, 26% da população desempregada. A Espanha, um país da Europa, um país em que se apostava nas últimas décadas, está com mais de 40% da juventude espanhola desempregada. África do Sul,

25%; Portugal, 17%; Itália, 12% de desemprego; o conjunto, a média de desemprego na zona do euro, 12%; França, 11%; Turquia: 8% de desempregados. Reino Unido, o império, 7% de desempregados. Estados Unidos, quase 8% de desempregados; G7, os poderosos do mundo, mais de 7% de desempregados; Argentina, 7% de desempregados; Canadá, 7% de desempregados; Arábia Saudita, quase 6% de desempregados. E o Brasil, perto de 5%, que é a área perto do pleno emprego.

Eu queria sugerir aos analistas econômicos e políticos que falassem do desemprego amanhã, no Dia do Trabalho, que tratassem do emprego e do desemprego e que considerassem o nosso País. Se fizerem isso, nós vamos ver uma crítica verdadeira, sincera que a população precisa ter aos que governaram este País antes do PT – ao PSDB –, e iríamos ver, pelo menos uma vez, algum elogio ao Presidente Lula e à Presidenta Dilma.

Sr. Presidente, eu quero encerrar cumprimentando todos que vencem na vida trabalhando. Todos que constituem sua família trabalhando. Todos que se organizam para ter oportunidade de trabalho.

Mas queria cumprimentar o Presidente Lula e a Presidenta Dilma pelo legado fantástico que empodera o Brasil diante do mundo, que faz o País ter autoridade. Quando o mundo enfrenta uma grande crise econômica, o Brasil supera essa crise econômica, com algumas dificuldades, mas com um feito invejável, que é seguir em frente gerando emprego para quem precisa trabalhar.

Mais de 20 milhões de pessoas começaram a trabalhar com carteira assinada depois que o PT chegou ao Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR JORGE VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– “Editorial: O drama dos haitianos”, *Folha de S. Paulo*.

O drama dos haitianos

Vítimas pela pobreza crônica, por um conflito civil em 2004 e por um terremoto que devastou a região em 2010, legiões de haitianos têm buscado refúgio no Brasil. Conta-se em 20 mil o número de habitantes do país centro-americano que aportaram no Acre, drama humanitário de difícil solução.

O drama ganhou toques de farsa política com as recentes polêmicas que opuseram o governador do Acre, Tião Viana (PT), às autoridades tucanas de São Paulo. Num segundo ato, vêm agora de seu próprio campo político, por meio da prefeitura do petista Fernando Haddad, algumas réplicas às acusações de Tião Viana.

O governo do Acre tem facilitado o transporte de haitianos para longe, usando com essa finalidade até mesmo a viagem de volta de aviões enviados de outros Estados para levar alimentos a áreas amazônicas inundadas. Cerca de 500 refugiados vieram parar na capital paulista, sem aviso prévio por parte das autoridades.

Entendem-se as dificuldades do governador acriano em dar colocação, alimento e moradia para tantas pessoas, há anos. Mas é razoável esperar, e nisso insistiram tanto representantes do governo Geraldo Alckmin como da gestão Haddad, um mínimo de coordenação na busca de soluções comuns.

Diante das críticas, Tião Viana passou a acusar de racismo as “elites paulistas”. Por extensão, o insulto se aplica a todos que considerem inadequada sua atitude.

Ademais, ela é ilógica: se ele envia haitianos a São Paulo, por que não dizer que, nesse caso, tampouco os quer por perto?

O secretário de Direitos Humanos da prefeitura paulista, Rogério Sottili, reitera a visão de que não se pode admitir que haitianos sejam simplesmente “despejados” aqui. Seu equivalente no Acre, Nilson Mourão, apoia-se na tese de que o processo é “irreversível” e acusa São Paulo de preconceito.

Enquanto isso, sem alegar falta de recursos, o governo de Tião Viana recentemente aprovou a compra de 5.000 bicicletas elétricas, a pretexto de facilitar a locomoção de escolares em áreas rurais. A empresa fornecedora desse tipo de veículos é representada pelo ex-secretário de Saúde e Turismo em duas gestões petistas.

Teriam as bicicletas sua utilidade para o deslocamento de haitianos também? Provavelmente, a compra será considerada “irreversível” nos gabinetes de Tião Viana. Irreversível, na verdade, parece ser sua disposição para distribuir insultos em face de um drama humano de proporções que tais atos não ajudam a mitigar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Meus cumprimentos, Senador Jorge Viana, por, primeiro, fazer uma análise da situação dos haitianos no Acre, no Brasil.

Acabamos de receber a visita do Embaixador Madsen Cherubin, que deu uma boa nova, anunciando que uma nova máquina para a emissão de passaportes vai chegar. É nos Estados Unidos que se elaboram os passaportes haitianos, mas vão ser acelerados. Era um dos problemas que estava sendo enfrentado. Ele nos falou aqui da importância de investidores brasileiros se interessarem de realizar investimentos no Haiti, para que surjam mais oportunidades de trabalho no próprio Haiti e as pessoas não precisarem, por falta de condições socioeconômicas, vir ao Brasil.

Eu, inclusive, falarei, mas também quero enaltecer V. Exª pelo destaque que dá ao Dia do Trabalho e aos avanços obtidos pelo presidente Lula e pela Presidenta Dilma. Parabéns.

O Senador Valdir Raupp, Presidente do PMDB, tem a palavra, num intercâmbio com o Senador Anibal Diniz. Tem a palavra V. Exª.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, minhas senhoras e meus senhores, todos sabem que o Estado de Rondônia vive um momento difícil.

Rondônia é um Estado, podemos até dizer, rico, promissor, um Estado que tem uma população emergente, sobretudo na maioria das cidades do interior, mas, nos últimos dias, Porto Velho, Guajará-Mirim, Nova Mamoré, Rolim de Moura, Pimenta Bueno, Ji-Paraná, Rio Crespo, Santa Luzia, Chupinguaia, todos vivem momentos difíceis, devido às fortes chuvas e às enchentes que assolaram o Estado – enchente histórica, nunca registrada na história do Estado de Rondônia. Milhares de pessoas, em torno de 20 mil, ficaram desabrigadas. Isso forçou os Municípios e o Estado a pedirem, num primeiro momento, estado de emergência e, num segundo momento, estado de calamidade pública.

Quero aqui agradecer ao Governo Federal, ao Ministério da Integração Nacional, à Defesa Civil, ao Ministério das Cidades, à Casa Civil, ao Ministério da Defesa, ao Ministério da Agricultura, ao Ministério da Saúde e a tantos outros que se envolveram, de corpo e alma, para ajudar, nesse momento difícil de Rondônia, na área do socorro e da assistência.

Agora, as enchentes começaram a baixar, e vem, talvez, a parte mais pesada, vêm os investimentos mais pesados...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita-me, Senador Valdir Raupp. Eu quero assinalar a presença da Senadora Serys Slhessarenko, que veio ouvi-lo. Permita-me só essa interrupção, porque é uma boa nova.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Mas é com muita alegria, nobre Senador Presidente Eduardo Suplicy, que estamos recebendo nesta tarde a Senadora Serys Slhessarenko, do Estado do Mato Grosso, que presidiu, como Vice-Presidente do Senado Federal, dezenas ou centenas de sessões aqui no Senado e que nos dá a honra de sua visita no dia de hoje, às vésperas do Dia do Trabalhador. Serys é uma grande trabalhadora e, em nome dela, quero homenagear as trabalhadoras do Mato Grosso e de todo o Brasil, assim como homenageio também o bravo povo trabalhador do Estado de Rondônia e de todo o Brasil pela passagem do Dia do Trabalho, o dia de todos os trabalhadores, que comemoraremos amanhã.

Eu falava, Sr. Presidente, dos momentos difíceis que Rondônia estava vivendo. Houve alguns investimentos na área de socorro e assistência, se bem que algumas cidades nem receberam ainda. A cidade de Nova Mamoré, me dão conta de que até a semana passada não havia recebido ainda um único centavo para fazer frente às despesas de combustíveis, de transporte, de alimentação, de uma série de coisas que o Município gastou para socorrer as vítimas das enchentes. E não diferentemente Guajará-Mirim – se recebeu, foi muito pouco até agora –, para fazer frente a todas as despesas que a prefeitura teve, e assim Porto Velho e demais cidades do Estado de Rondônia.

O Governo está, neste momento, se preparando para receber do Governo do Estado, que decreta agora estado de calamidade pública, reconhecido pelo Governo Federal. O Governador Confúcio Moura decretou estado de calamidade pública no dia 4 de abril, através do Decreto nº 18.749. E foi publicada hoje, no *Diário Oficial da União*, a Portaria 124, pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, reconhecendo o estado de calamidade pública em todo o Estado de Rondônia.

Da mesma forma, os Municípios de Porto Velho, Guajará-Mirim, Nova Mamoré e Rolim de Moura também decretaram estado de calamidade pública, aguardando o reconhecimento.

Também decretaram estado de emergência os Municípios de Santa Luzia, Rio Crespo, Ji-Paraná, Cacoal e Pimenta Bueno. Eu não sei, pode até haver outros Municípios que também decretaram estado de emergência, mas eu não tenho, neste momento, essas informações.

Mas fato é, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que agora o Governo Federal vai ter que aportar uma soma de recursos maior para tirar da situação em que se encontram essas cidades completamente arrasadas pelas chuvas e pelas cheias.

Está aqui no plenário o Senador Anibal Diniz, do Estado do Acre, que também tem com frequência usado a tribuna do Senado, o Senador Jorge Viana também, o Senador Petecão, os Senadores de Rondônia Ivo Cassol e Acir Gurgacz, assim como os Deputados Federais, lá na Câmara, a Deputada Marinha Raupp e outros, que têm cobrado, com muita frequência, com muita insistência, os investimentos.

Então, o Governo Federal precisa acolher todas essas reivindicações, todos esses projetos, esses levantamentos dos prejuízos que, segundo análises preliminares, poderão chegar a R\$5 bilhões em todo o Estado de Rondônia. Então, o Governo do Estado precisa de suporte financeiro, de perdão de dívida, de rolagem de dívida, assim como os Municípios atingidos, para poder melhorar a vida dessas pessoas que estão hoje enfrentando todas essas dificuldades.

Faço aqui este apelo ao Governo Federal, que não tem faltado. A Presidente Dilma nos recebeu. A Presidente Dilma esteve em Rondônia, esteve no Acre, visitou os nossos Estados, sobrevoou, viu as enchentes, viu cidades, pequenos distritos, bairros completamente embaixo d'água, e está sensível a todo esse problema. E espero que os recursos liberados, através de uma medida provisória, da forma mais rápida possível, para reconstruir essas cidades e o Estado sejam a contento, sejam recursos satisfatórios.

Espero, Sr. Presidente, que, através deste apelo que estou fazendo aqui neste momento, através do estado de calamidade pública que o Governo do Estado decretou e já teve o reconhecimento pelo Governo Federal, as coisas comecem a fluir com mais celeridade, com mais velocidade para o Estado de Rondônia.

Por último, eu queria, na linha do Senador Jorge Viana, dizer que, em que pesem essas dificuldades que aqui estamos falando, estamos citando, o Estado de Rondônia teve um desenvolvimento extraordinário nos últimos anos, no período do governo do Presidente Lula e, agora, da Presidente Dilma Rousseff.

Nunca – sei que essa era uma frase muito proferida, muito falada, muito citada pelo Presidente Lula –, nunca, na história do Estado de Rondônia, houve tantos investimentos como estão ocorrendo agora. A Presidente Dilma tem uma avaliação de mais de 47% no Estado de Rondônia.

Na última pesquisa também de intenção de voto, se fosse candidata hoje – como há pesquisa aí para todo lado, ninguém é candidato ainda, são apenas pré-candidatos –, ela teria também na faixa de 47% das intenções de votos no Estado de Rondônia, porque tem realmente dado uma atenção especial, tem dado um carinho especial para o Estado de Rondônia. Eu acredito também que não está sendo diferente nos demais Estados da Federação brasileira. A começar pela geração de emprego – o Jorge Viana falou aqui dos números, não os tenho aqui agora, mas são números extraordinários de geração de emprego. Nunca também na história vivemos um período tão promissor, tão importante, como este, agora, na geração de emprego. E olha que não estamos falando de um país pequeno, estamos falando de um País de dimensões continentais; não estamos falando de um país com população pequena, estamos falando de um país de mais de 200 milhões de brasileiros. E olha que gerar emprego para toda essa massa não é fácil. Claro que gostaríamos que o desemprego fosse zero, gostaríamos que os salários fossem os melhores do mundo, mas é uma coisa que nenhum país do mundo consegue fazer.

De forma que parabeno o Governo Federal e até também recrimino as críticas pesadas que têm ocorrido contra o Governo da Presidente Dilma. O meu partido, ao longo do tempo, tem também se dedicado no apoio, na governabilidade, com o Vice-Presidente da República Michel Temer, com o Presidente do Senado Federal, Presidente da Câmara dos Deputados, Bancadas grandes no Senado e na Câmara; tem correspondido, dando apoio à governabilidade para a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro. Mais de 40 milhões de brasileiros saíram da linha de pobreza para ascender à classe média.

Claro que o ser humano está sempre querendo mais, e é justo. É justo que as reivindicações ocorram, que as manifestações aconteçam, que estejamos sempre cobrando mais para o povo brasileiro.

Encerro aqui, Sr. Presidente, minha fala, agradecendo ao Senador Anibal Diniz pela permuta do tempo, porque tenho alguns compromissos agora, de imediato. Mas me despeço aqui desejando, mais uma vez, aos trabalhadores de todo o Brasil, em especial às trabalhadoras e aos trabalhadores de Rondônia, que possam continuar tendo emprego, que possam continuar lutando aqueles que têm emprego, por melhores salários e aqueles que não têm que lutem pelo seu emprego; e o nosso dever, a nossa obrigação aqui no Congresso Nacional é fazer com que o País avance, com que o País prospere, com que o País melhore, com que meu Estado de Rondônia também cresça, gere emprego, gere renda e melhore a qualidade de vida das pessoas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Meus cumprimentos ao Senador Valdir Raupp, do PMDB do Estado de Rondônia, por seu pronunciamento, destacando as realizações do Governo da Presidenta Dilma.

Há uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – A Presidência comunica às Sras e aos Srs. Parlamentares que está convocada sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 6 de maio do corrente, terça-feira, às 12 horas, no plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 70 anos de vida artística do pintor brasileiro Glênio Bianchetti.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Tem a palavra, agora, o Senador Anibal Diniz, do Partido dos Trabalhadores do Acre.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, telespectadores da TV, ouvintes da Rádio Senado, eu volto a esta tribuna hoje para reforçar o nosso entendimento sobre a importância da aprovação, por este Senado, do Projeto de Lei nº 132, de 2014, que apresentei ao Senado Federal com o objetivo de contribuir para aumentar a representação feminina no Senado Federal.

O projeto prevê alteração na Lei nº 4.737, de julho de 1965, o Código Eleitoral, para reservar, quando houver a renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para candidatos homens e outra vaga para candidatas mulheres.

A necessidade de ampliação da participação das mulheres na política permanece um desafio em nosso País.

Dados do Tribunal Superior Eleitoral, por exemplo, apontam que a participação das mulheres nas diferentes Casas Legislativas do País não ultrapassa os 14% do total de cadeiras, Senador Suplicy.

Para mudar esse quadro injusto e desfavorável à democracia, pretendemos obter dos Srs. Senadores, das Sras Senadoras, do Governo e, principalmente, da sociedade civil o apoio necessário para que essa proposta possa avançar e produzir os resultados esperados.

Tenho conversado com os Senadores desta Casa e obtido um retorno positivo, o que me dá a certeza de que estamos no caminho correto.

Tenho também mantido reuniões com representantes do Governo Federal, a exemplo da Ministra da Secretaria de Política para as Mulheres, Eleonora Menicucci; da Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil, Luiza Bairros, e da própria Ministra do Turismo, a nossa Senadora Marta Suplicy.

Agendamos ainda visita ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Marco Aurélio Mello, que inclusive já chegou a destacar aqui, em cerimônia neste Senado, a sua convicção da importância de nós termos de contribuir para aumentar a representação feminina no Parlamento brasileiro.

Ele disse – abro aspas –: “Todo poder à mulher é a esperança de um Brasil mais equilibrado” – fecho aspas.

Esse equilíbrio, entretanto, não será possível se não alterarmos o nosso modo de ação e adotarmos uma estratégia de reserva de cadeiras, e não de candidaturas.

Em 1997, a Lei das Eleições nº 9.504 passou a prever a reserva de vagas para a participação feminina nos cargos proporcionais: Deputado Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital e Vereador.

Em 2009, com a sanção da Lei nº 12.034, a primeira minirreforma eleitoral, essa participação passou a ser obrigatória. O novo texto, que consta do §3º, do art. 10, da Lei nº 9.504, estipula que sejam preenchidas e não apenas reservadas as candidaturas proporcionais, com o mínimo de 30% e o máximo de 70% de cada gênero; ou seja, na legislação eleitoral está previsto, está assegurado que as chapas proporcionais à Câmara dos Deputados, à Câmara de Vereadores, às Assembleias Legislativas e também à Assembleia Distrital, que essas chapas proporcionais sejam preenchidas com no mínimo 30% e no máximo 70% de cada gênero. Ocorre, Senador Suplicy, que essa lei não é levada a sério nem pelos partidos. Eu tenho de fazer uma confissão aqui: nem pelo Partido dos Trabalhadores, o Partido ao qual eu pertenço.

Agora mesmo nós temos cinco candidaturas prioritárias para a Câmara Federal no Estado do Acre: nenhuma mulher. Mas vai ser obedecida a exigência legal. Por quê? Porque na última hora convocam, rapidamente, um conjunto de mulheres para preencher, para entrar apenas como figurantes nessa encenação.

O que estamos propondo, Senador Suplicy? Que nós façamos uma modificação: o que hoje está sendo garantido pela lei, em termos percentuais, para as candidaturas, eu acho que nós temos de fazer avançar para que sejam asseguradas em vagas. Nós temos de assegurar que, se hoje nós temos 30% das vagas de candidatos asseguradas para cada gênero, no mínimo, nós temos de fazer com que isso se transforme em vagas efetivas à Câmara Federal, às Assembleias Legislativas e também às Câmaras de Vereadores. No entanto, sabemos que, infelizmente, ainda está ativo o artifício utilizado pelos partidos de lançarem candidaturas femininas fictícias apenas para cumprir a cota obrigatória dos 30%. O que queremos, com o projeto apresentado, é o oposto: candidaturas sólidas, reais, que verdadeiramente permitam às mulheres condições de se elegerem.

A radiografia da participação feminina na política, hoje, não faz justiça ao real protagonismo de participação das mulheres na sociedade – são mais da metade da população e do eleitorado e representam mais de 40% da força de trabalho ativa no Brasil.

No entanto, atualmente, menos de 9% dos Parlamentares eleitos para o Congresso Nacional são mulheres: dos 513 Deputados Federais, apenas 45 mulheres foram eleitas nas últimas eleições de 2010.

O Brasil ocupa, hoje, a vergonhosa posição de 156ª, num total de 188 países, em relação à representação da mulher no Poder Legislativo. Nós podemos – e devemos – mudar isso. Nós temos a obrigação de mudar esse quadro. O Brasil, sendo o País com a visibilidade que tem, com a representatividade que tem, com a importância que tem, seja do ponto de vista da política, da cultura e da economia, não pode ficar na 156ª posição no que diz respeito à representação feminina no seu Parlamento. É uma realidade que pode – e deve – ser mudada.

No Uruguai, por exemplo, o princípio da reserva por sexo é utilizado em toda eleição na qual mais de um mandato se encontre em disputa.

Temos, hoje, a primeira Presidenta da República, a Presidenta Dilma Rousseff, duas governadoras e 134 deputadas estaduais. Nas eleições municipais de 2012, foram eleitas 657 prefeitas, isso representa 11,84% das prefeituras no Brasil; e foram eleitas também 7.630 vereadoras, o que representa 13,32%.

Em síntese, Senador Suplicy, hoje o Brasil não tem mais que 14% dos mandatos parlamentares preenchidos por pessoas do sexo feminino.

Nós precisamos mudar essa realidade. O projeto que apresentei, Senador Suplicy, e tenho certeza de que contarei com seu apoio e vamos fazer esse debate da maneira mais ampla possível, chamando todos os conselhos, todas as organizações da sociedade civil voltadas para a defesa dos direitos das mulheres, voltadas para a defesa do empoderamento das mulheres, para que nos ajudem a fazer esse debate...

Nós podemos, se aprovado esse projeto nas eleições em que duas vagas estiverem em disputa para o Senado, ter uma vaga para mulher e outra vaga o homem. Assim nós estaremos contribuindo decisivamente para, já a partir de 2018, se tivéssemos a oportunidade de aprovar essa matéria neste ano de 2014, ter o percentual de representação feminina no Senado elevado dos 13% a 14%, que é hoje, para no mínimo 33%. Isso seria algo fenomenal, isso seria paradigmático, isso colocaria o Brasil numa posição de destaque positivo no plano internacional.

Podemos melhorar e muito esse quadro. Temos confiança no apoio dos nobres pares e na mobilização popular para rompermos o atual modelo de mudança que ocorre, mas apenas a passos muito lentos.

E, para concluir, Sr. Presidente, este assunto, gostaria de voltar a citar uma frase da Presidente do Chile, Michele Bachelet. Ela diz: “Quando uma mulher entra na política, muda a mulher, mas quando muitas mulheres entram na política muda a política”. Então nós temos possibilidade de ajudar a mudar a política para melhor, contribuindo para que este espaço seja mais ocupado, estrategicamente ocupado por mulheres. E aí, Senador Suplicy, não tem outro caminho.

Nós não podemos esperar que as mulheres lutem sozinhas por isso, porque nós somos maioria aqui nesta Casa e somos maioria também na Câmara. Se não houver a sensibilização dos homens do Parlamento para aprovar uma matéria que permita maior participação das mulheres, as mulheres ficarão sempre subjugadas a uma posição inferior em termos numéricos. E nós temos a obrigação por uma questão de justiça social, por uma questão de democracia, por uma questão de equilíbrio de gênero, por uma questão de reconhecimento do papel da mulher na sociedade, em todas as dimensões que a gente possa refletir.

Não é a toa que as mulheres têm esse potencial especial de, inclusive, fazer dupla, tripla jornada de trabalho, enquanto os homens, ao término das suas atribuições economicamente ativas, digamos assim, quando voltam para as suas casas, normalmente vão cuidar dos seus afazeres mais lúdicos ou assistir televisão, ou ler ou fazer outras atividades. As mulheres, não. Quando voltam para casa, elas precisam cuidar da administração domiciliar, precisam cuidar da tarefa escolar dos filhos, precisam cuidar da organização da participação dos filhos no dia seguinte da aula. Então existe tudo isso. As mulheres dão conta de todas essas tarefas porque têm uma capacidade de se multiplicar e fazer muitas outras atividades.

Então, nós, homens, temos a responsabilidade de contribuir para que a mulher tenha um espaço de mais protagonismo na política.

Por isso, esse meu projeto prevê. E vale ressaltar que não se trata de nenhuma exceção, é algo inteiramente possível. Por quê? Porque o mandato de Senador da República é o único mandato majoritário que a cada oito anos tem uma disputa com duas vagas. Nessas situações, nós podemos, a partir do projeto que apresentei, ter uma vaga para homem e uma vaga para mulher. E tenho certeza de que nós vamos conseguir isso com o apoio dos Srs. Senadores e das Sras Senadoras desta Casa.

Muito obrigado pela oportunidade, Senador Eduardo Suplicy. E aproveito para um cumprimento especial a todos os trabalhadores brasileiros e trabalhadoras brasileiras, aos trabalhadores do Acre, às trabalhadoras

do Acre, porque amanhã é o Dia Internacional do Trabalho e todos merecem um cumprimento por essa data tão especial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senador Anibal Diniz, agradeço se V. Exª puder presidir a sessão para que eu possa fazer uma breve fala. Vou falar justamente sobre a questão dos haitianos no Brasil.

Eu pediria apenas que, se V. Exª puder, que leia essa comunicação.

O Sr. Eduardo Suplicy deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência designa para integrar a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, na condição de suplente, a Deputada Janete Pietá, em vaga destinada ao Partido dos Trabalhadores, na Câmara dos Deputados, nos termos do **Ofício nº 454/GAB-LidPT**, da Liderança do Partido dos Trabalhadores naquela Casa do Congresso Nacional.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 454/GAB-LidPT

Brasília – DF, 23 de abril de 2014

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar como membro suplente à deputada Janete Pietá-PT/SP, na Comissão da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Atenciosamente, – Dep. **Vicentinho** – PT/SP, Líder da Bancada na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O Presidente da Mesa do Congresso Nacional publica o respectivo Ato. (*)

(*) O Ato nº 17, de 2014, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional encontra-se publicado ao presente Diário (Vide Item 1.1 do Sumário).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Lido o expediente, que vai para a publicação, aproveito também para levar ao conhecimento dos telespectadores da TV Senado a carta que recebemos, nesta semana, do Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Acre, o Secretário Nilson Mourão, que diz:

Sr. Senador,

tenho a honra de cumprimentá-lo para, na oportunidade, informar que, nos últimos dias, muito se tem falado sobre a situação dos imigrantes que têm o Acre como porta de entrada para o Brasil, situação já conhecida de V. Exª.

O fato novo é que um pequeno número de imigrantes tem se concentrado numa paróquia na cidade de São Paulo, chamando atenção da mídia e da Prefeitura de São Paulo, e que tende ainda mais a se tornar notícia.

Quanto a esse fato, tenho a esclarecer:

1 – Algumas matérias dão a entender que o Governo do Acre fechou o abrigo de Brasileia e, de certo modo, quer se livrar dos imigrantes de forma irresponsável, enviando-os para São Paulo, sem que as autoridades do Município e do Estado tenham sido devidamente informadas.

2 – Definitivamente não se trata disso. Como é do seu conhecimento, os problemas decorrentes da cheia do Rio Madeira são inúmeros, a ponto de estarmos em estado de calamidade pública. Esse fato afetou também os imigrantes que, por não poderem seguir viagem pela rodovia rumo ao seu destino, ficaram retidos em Brasileia. Todos os dias, chegavam em média 40 e não saíam do Município, mesmo documentados. Chegamos a uma situação de descontrole total, com um número de aproximadamente 2.500 imigrantes em Brasília. Isso significa 20% da população urbana do Município.

Como administrar isso? Evidentemente que estávamos à beira de uma tragédia. Antes que acontecesse, tomamos a decisão de fechar o abrigo de Brasileia por absoluta falta de condições e, ao mesmo tempo, instalar um abrigo em Rio Branco. Vendo o elevado número de imigrantes já documentados, decidimos facilitar sua viagem ao seu destino final. Como? Creio que sabiamente aproveitamos a vinda de aviões cargueiros que estavam abastecendo o Estado e embarcamos os imigrantes até Porto Velho. De lá, em ônibus, eles seguem ao seu destino. Os custos dessa operação são de responsabilidade do Governo do Acre, que busca apoio do Governo Federal. Todos os imigrantes

documentados, em torno de 2.200, seguiram viagem. Permanecem no abrigo em Rio Branco aproximadamente 240, em fase de documentação.

Como nossa política imigratória, definida pelo Governo Federal, é de fronteira aberta, creio que novos imigrantes chegarão. Continuarão recebendo nosso atendimento, como já estamos fazendo há três anos e cinco meses. Nesse período, já passaram pelo Acre mais de vinte mil imigrantes, todos documentados e encaminhados ao seu destino. Permanecem no Acre, no máximo, 40 imigrantes.

3– Quanto ao roteiro, os imigrantes seguem no trajeto já conhecido: tomam o ônibus de Brasília até o aeroporto de Rio Branco e são transferidos para Porto Velho por via aérea, nos aviões que vêm abastecer a cidade em consequência da interrupção da BR-364. De Porto Velho, tomam ônibus até São Paulo ou para outros Estados do Sul do País.

Esclareço que esse roteiro os imigrantes já fazem há mais de três anos. Um grupo sempre segue para Rondônia, outros para Cuiabá, outros para São Paulo e outros ainda, a grande maioria segue de São Paulo e para os Estados do Sul do País: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A diferença em relação ao que fazemos agora é que eles fazem este trajeto por conta própria ou contratados por empresas, e agora estão realizando em ônibus fretados até São Paulo.

Esses imigrantes que chegam a São Paulo, uma parte deles permanece naquele Estado, pois têm parentes e é para lá o seu destino. Os demais, por conta própria, seguem para os Estados do Sul.

Como já dissemos, ocorre que algumas pessoas podem estar interpretando a ação que estamos realizando agora como se estivéssemos nos “desfazendo” irresponsavelmente dos imigrantes, ou até gerando confronto com o Governo Federal. Como já disse, nada disso procede. Estamos apenas acelerando o processo que os imigrantes normalmente fazem, mas que, no geral, é mais demorado. Quanto mais rápido saírem do Acre, melhor para os imigrantes, pois mais cedo se encontrarão com seus parentes e ingressarão no mercado de trabalho.

Sem mais para o momento, apresento-lhes voto de distinta consideração e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente, – **Nilson Moura Leite Mourão**, Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Acre.

Esta carta foi encaminhada pelo nosso Secretário de Justiça e Direitos Humanos. Foi encaminhada uma cópia para o Senador Jorge Viana, que é Vice-Presidente do Senado, e outra cópia para mim, que também sou Senador pelo Acre. E acredito que também deva ter sido encaminhada cópia ao Senador Jorge Petecão, justamente para mostrar que o Acre, há três anos e cinco meses, tem feito um trabalho exemplar de recepção e de atenção humanitária aos haitianos que têm adentrado o Brasil através do Acre.

Agora, essa situação chegou também ao Estado de São Paulo, onde se encontra um grupo de haitianos numa paróquia, porque ainda não conseguiu receber a atenção devida do Estado de São Paulo. Mas, no Estado do Acre, eles têm recebido toda a atenção devida.

Então, fica esse esclarecimento feito pelo Secretário de Justiça e Direitos Humanos.

Passo a palavra...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria apenas pedir licença, Sr. Presidente... Pela ordem, Presidente Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Por favor.

O Senador Eduardo Suplicy está na tribuna, mas V. Exª tem a palavra pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Querido Senador Eduardo Suplicy, eu queria pedir licença, porque V. Exª é sempre extremamente atencioso com as delegações estrangeiras.

Eu havia mencionado, quando o Senador Anibal Diniz estava fazendo a leitura da correspondência do Governo do Acre para explicar essa situação, que preocupa a todos nós, que entendemos ser um problema de solidariedade, um gesto humanitário em relação aos refugiados, eu diria, que estão vindo do Haiti... O país ainda está convulsionado, com problemas sociais graves, não conseguiu se reconstruir depois do terremoto gravíssimo que abalou o seu território. As Forças das Nações Unidas estão lá, o Brasil está lá. Realmente é uma situação extremamente delicada.

Aqui estão Deputados e Deputadas da República de Moçambique. É uma delegação parlamentar da Assembleia da República de Moçambique, Senador Suplicy e Senador Anibal Diniz. Essa delegação é composta por membros da Comissão de Assuntos Sociais, exatamente no âmbito do que estamos conversando, de Gênero – questão da mulher e do homem –, de Tecnologias e Comunicação Social.

Após esta visita breve ao plenário, pois estão conhecendo as instalações do Senado Federal, eles farão uma visita à Secretaria de Comunicação Social do Senado, serão recebidos pelo jornalista Davi Emerich, no 20º andar do Anexo I, e, em seguida, farão visitas à redação do Jornal, da Agência, da Rádio e da TV Senado.

E eu, com muita honra, com muito prazer, em nome do Senador Ricardo Ferraço, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, recebi essa delegação de Moçambique e queria fazer a leitura de todos os membros que estão aqui, acompanhando a Chefe da Delegação, que é Vice-Presidente da Assembleia da República de Moçambique, a Deputada Antonia Paulo Charre.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senadora Ana Amélia, pelo contraste visual, eu já percebo que na Assembleia da República de Moçambique há...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Mais mulheres. V. Exª já fez o registro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ... uma representação feminina bem maior do que aqui no Brasil.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Portanto, já estão de parabéns.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Esta foi uma das coisas que eu disse que seria um intercâmbio, porque Moçambique iria ensinar ao Brasil a ter mais mulheres na Câmara dos Deputados, onde não chega a 8% o percentual. No Senado, estamos um pouco melhor. Eu fiz a mesma observação, Senador Anibal Diniz. Aí está a nossa vocação de repórter, que tem sempre a percepção para notar coisas comuns.

Então eu queria saudar a Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, de Gênero, Tecnologias e Comunicação Social da Assembleia da República de Moçambique, a Antónia Paulo Charre; Fernando Jossias Matoussanga, que é Vice-Relator; Lucinda Bela das Dores Impitule Malema; Ermelinda Micaela Rodolfo; Arminda Vombe; Jerónima Agostinho; Domingos Gabriel Tavira; Lúcia Xavier Afate; Alcinda da Conceição e Ofélia Maria Ramos, assistente da Comissão, além de Geraldo, que representa a Embaixada de Moçambique, que deu todo apoio a eles.

Estiveram reunidos hoje com a Ministra de gênero, nossa Ministra da condição da mulher, uma agenda muito robusta, uma agenda bastante produtiva, na visão da Antónia, que é a nossa colega Deputada, simpática, como toda a delegação de Moçambique.

Então, é com muito prazer, agradeço ao Senador Suplicy, especialmente o Senador Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, sejam todos muito bem-vindos ao Senado Federal.

Passo, agora, a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que vai ter oportunidade, também, de fazer a sua saudação à Delegação do Parlamento moçambicano aqui no Senado Federal.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Anibal Diniz, Senadora Ana Amélia, eu quero dar as boas-vindas à delegação moçambicana. Estou solicitando à Rosa Wazem para entregar a cada um dos delegados, Parlamentares de Moçambique, para Antónia, e se puder compartilhar com todos, o meu livro *Renda de Cidadania: A Saída é Pela Porta* e a cartilha que o Ziraldo fez.

Acho que ele é muito conhecido lá, um dos maiores cartunistas brasileiros, que fez essa história feliz para explicar ao povo o que é o direito de toda e qualquer pessoa, não importa a origem, raça, sexo e idade, condição civil ou mesmo socioeconômica de participarmos igualmente da riqueza da Nação, através de uma renda que, na medida do possível, será suficiente para atender às necessidades vitais de cada um.

Eu sei que, em Moçambique, há um interesse muito grande nesse tema. Gostaria de informar, V. Exª poderá ver no livro que o Brasil aprovou lei nesse sentido para ser instituída por etapas, a critério do Poder Executivo, iniciando-se pelos mais necessitados, como o faz o Programa Bolsa Família.

Eu poderia, inclusive, depois, encaminhar a toda a delegação, um a um, se me derem a relação dos e-mails de cada Parlamentar, uma palestra que fiz, recentemente, sobre o tema, explicando em que estágio estamos. Então, em instantes, poderei conversar; logo mais. Mas preciso, Senador Anibal Diniz, relatar também a respeito da presença de haitianos no Brasil, o que é muito importante.

Acabo de conversar com o Secretário de Direitos Humanos em São Paulo, Rogério Sottili, no sentido de que ele, de São Paulo, possa ver uma melhor coordenação do Governo Federal, seja com a participação do Ministério da Justiça, da Secretaria de Direitos Humanos, do Ministério das Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Casa Civil, para que haja uma melhor coordenação entre os Governos do Acre, de São Paulo, o Governo estadual, o Governo municipal, tanto de Geraldo Alckmin, como de Fernando Haddad, inclusive, uma boa coordenação com o Governador Tião Viana, o Secretário de Justiça e Direitos Humanos, Nilson Mourão, e com todos nós, para bem recebermos e mostrarmos a solidariedade devida aos milhares de haitianos que estão chegando ao Brasil.

Nesses últimos dias, depois de alguns desencontros, percebo que está havendo uma coordenação melhor, inclusive da Secretária Eloisa Arruda com o Secretário Rogério Sottili; e do Governador Geraldo Alckmin com o Prefeito Fernando Haddad. Inclusive, quero ressaltar o trabalho tão importante do Padre Paolo Parisi, da Igreja Nossa Senhora da Paz, em que pude assistir à missa com muitos dos haitianos, no último domingo. Lá, ouvi o apelo do Padre Paolo Parisi, e dos haitianos, para que pudesse a Embaixada do Haiti providenciar, mais rapidamente, os passaportes devidos aos haitianos que ainda não os têm.

E, felizmente, o Embaixador Madsen Chérubin, do Haiti, visitou-nos há pouco. Ele quer informar da importância de empresários brasileiros terem os seus olhos voltados para oportunidades de investimento no Haiti. A Apex esteve visitando em agosto o Haiti e fez um relatório bastante positivo das oportunidades de investimento no Haiti.

O Embaixador Madsen Chérubin informou que o governo norte-americano está fornecendo a matéria-prima, como tecidos e outros produtos, para que os haitianos os transformem em roupas, calçados, que, por sua vez, poderão ser vendidos sem pagar tarifa alfandegária no Haiti, e isso poderia ser de grande interesse para empresários brasileiros que queiram realizar investimentos no Haiti.

Também quero aqui dizer que o próprio Presidente da Fiesp Paulo Skaf ressaltou que se faz necessário o apoio do Governo brasileiro. O BNDES está disposto a ajudar e tenho a certeza de que o apoio do Governo brasileiro, da Presidenta Dilma Rousseff e de todos os seus ministros será muito positivo, inclusive numa possível viagem de delegados ou de empresários brasileiros ao Haiti para estudar as possibilidades de investimento lá. Porque na medida em que mais oportunidades de investimento sejam aproveitadas, empresários realizando investimentos produtivos no Haiti, significará maior oportunidade de trabalho aos haitianos.

É importante que agora se vê em São Paulo um melhor entrosamento da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e a Secretária de Justiça Srª Eloisa. O próprio Embaixador Madsen Chérubin, na próxima segunda-feira, estará visitando tanto a Secretária Eloisa Arruda quanto, se possível, o Prefeito Fernando Haddad e o Secretário de Direitos Humanos Rogério Sottili.

Informou-me, ainda mais, o Embaixador Madsen Chérubin que a Câmara dos Deputados no Haiti votou e o Senado está para votar a convocação de eleições para renovação de parte do Congresso haitiano e que as eleições presidenciais do Haiti, uma vez que o mandato presidencial é de cinco anos, se darão em 2016.

Então, quero inclusive ressaltar que o Governo do Estado de São Paulo está providenciando almoço aos haitianos com dificuldades ali, no restaurante Bom Prato, do Governo do Estado, o jantar tem sido, diariamente, fornecido pela Prefeitura Municipal de São Paulo, e o café da manhã tem sido doado por donos de alguns dos melhores restaurantes de São Paulo, que até, sem divulgação ou propaganda, estão fazendo esse trabalho solidário que quero aqui assinalar e elogiar.

Então, tenhamos, sim, toda a solidariedade aos haitianos e vamos coordenar melhor os esforços dos três níveis de Governo para bem recebê-los.

Muito obrigado, Senador Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Perfeito, só um minuto.

Encerrado o pronunciamento do Senador Suplicy, eu pergunto à Senadora Ana Amélia se ainda vai usar a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. *Fora do microfone.*) – Não, obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência designa os Senadores Sérgio Petecão e José Sarney para integrarem, como suplente e titular, respectivamente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, conforme **Ofícios nºs 94 e 95, de 2014**, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

São os seguintes os Ofícios:

Of..GLPMDB nº 94/2014

Brasília, 29 de abril de 2014

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente, nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Sérgio Petecão — PSD/AC como membro suplente do Bloco da Maioria na composição da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

Of. GLPMDB nº 95/2014

Brasília, 30 de abril de 2014

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente, nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador José Sarney — PMDB/AP como membro titular do Bloco da Maioria na composição da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência designa, como membro titular, o Deputado Arnaldo Jardim, em substituição ao Deputado Sarney Filho, que passa à condição de suplente, em substituição ao Deputado Rubens Bueno, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 643, de 2014**, conforme o **Ofício nº 87, de 2014**, das Lideranças do PPS e do PV na Câmara dos Deputados.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

Of/LID/nº 87/2014

Brasília, 29 de abril de 2014

Assunto: **Indicação de membros para Comissão Mista.**

Senhor Presidente,

Indicamos a Vossa Excelência os deputados Arnaldo Jardim – PPS/SP e Sarney Filho – PPS/MA para integrar como titular e suplente, respectivamente, a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP nº 643/13, que “Altera a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para dispor sobre o mandato de Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.”

Atenciosamente, - Deputado **Rubens Bueno**, Líder do PPS – Deputado **Sarney Filho**, Líder do PV.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – A Presidência designa o Deputado Cesar Colnago, como suplente, para integrar, em vaga existente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, conforme o **Ofício nº 492, de 2014**, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 492/2014/PSDB

Brasília, 30 de abril de 2014

Assunto: Indicação de Membro de Comissão.

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Cesar Colnago, como membro suplente, para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização.

Respeitosamente, – Deputado **Antonio Imbassahy**, Líder do PSDB.

DISCURSOS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o Senado aprovou e o governo federal já sancionou o Marco Civil da Internet, iniciativa de grande importância que colocou o Brasil na dianteira mundial do debate em torno de direitos e deveres no ambiente digital. A aprovação do marco civil mereceu o apoio da imprensa brasileira e também repercutiu na mídia internacional, que convergiram na percepção de que o Brasil deu um passo importante, cujos reflexos serão percebidos no mundo todo. O mais importante aspecto da nova legislação é, sem dúvida, a imposição de garantia aos direitos do cidadão e o estabelecimento de regras claras para fornecedores e usuários da rede.

O marco civil fortalece nossa democracia e protege a população. Entre seus principais pontos destaco aquele que garante a neutralidade de rede, estabelecendo um tratamento isonômico aos pacotes de dados, sem distinção de preços para a oferta de conteúdo. A regra determina tratamento igual para todos os conte-

údos que trafegam na internet. Assim, os provedores ficam proibidos de discriminarem usuários conforme os serviços ou conteúdos que eles acessam – cobrando mais, por exemplo, de quem acessa vídeos ou aplicações de compartilhamento de arquivos (que exigem maior utilização de banda), distorção que prejudicava o usuário. Com o objetivo de proteger os próprios interesses econômicos, muitos provedores de acesso (ISPs) introduziram práticas ilegais ou prejudiciais ao uso da Internet, como evitar que usuários usem roteadores sem fio, programas de compartilhamento de arquivos, diminuem a velocidade em sítios de vídeo e TV, compartilhamento de arquivos, etc.

Outro ponto interessante é o que obriga os provedores a guardarem os registros de conexão dos usuários pelo período de um ano, sob total sigilo e em ambiente seguro. Essas informações dizem respeito apenas ao IP, data e horas inicial e final da conexão. A garantia do direito à privacidade dos usuários, especialmente à inviolabilidade e ao sigilo de suas comunicações pela internet, também é um ganho relevante para todos. O texto determina que as empresas desenvolvam mecanismos para garantir, por exemplo, que os e-mails somente serão lidos pelos emissores e pelos destinatários da mensagem. Com isso ficam protegidos a intimidade, a inviolabilidade do sigilo e a segurança dos usuários.

Apesar de representar um avanço, o Marco Civil não soluciona todos os problemas e caberá a nós, parlamentares, acompanhar sua implantação, fiscalizar o respeito às regras e adequar a lei sempre que necessário, de modo a garantir seu aperfeiçoamento. Em um mundo cada vez mais dinâmico e digital, o marco civil só fará sentido se conseguir acompanhar as mudanças e antever brechas que tragam prejuízo aos usuários da rede.

Era isso que tinha a dizer, obrigado.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Maioria/PP – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, nos tempos da Ágora, em Atenas, a liberdade de expressão era um direito sagrado de todo cidadão. Todos podiam se manifestar livremente no debate em torno da vida política da cidade grega, onde se forjou a melhor forma de governo conhecida até os dias de hoje, a democracia.

Na verdade, democracia e liberdade de expressão não existem separadamente. São irmãs siamesas de corpo e alma, ligadas num processo simbiótico, em que não se sabe exatamente onde termina uma e onde começa a outra.

Nos dias da Ágora ainda era possível praticar a democracia direta. Depois a população aumentou, a vida nas cidades tornou-se muito mais complexa, veio a globalização dos dias atuais. Com isso, a liberdade de imprensa passou a ser sinônimo e representação moderna da liberdade de expressão, um sucedâneo indispensável à vida democrática contemporânea.

Sua importância é tal que Thomas Jefferson, um dos fundadores da democracia mais radical que se conhece – segundo Alexis de Tocqueville –, disse, certa vez, que se tivesse que decidir entre ter governo sem jornais ou jornais sem governo, não vacilaria um instante em prescindir do governo.

Não foi por outra razão que a Assembleia Geral da ONU decidiu, 20 anos atrás, criar o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, a ser celebrado em 3 de maio. A data foi escolhida por ser o dia da Declaração de Windhoek, feita no ano de 1991. A Declaração foi o documento final de um seminário realizado pela UNESCO, naquele ano, na Namíbia, com o objetivo principal de defesa da liberdade de imprensa, em particular na África.

Este ano, o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa tem três temas inter-relacionados: a importância da mídia no desenvolvimento; a segurança dos jornalistas e o império da lei; e a sustentabilidade e a integridade do jornalismo.

O primeiro desses temas está relacionado aos doze objetivos universais sugeridos por um Painel de Personalidades de Alto Nível, encarregado pela ONU de fazer recomendações para uma Agenda de Desenvolvimento Pós-2015. Essa Agenda virá em substituição aos Objetivos do Milênio, fixados em 2000 e que deverão ser alcançados até o ano que vem.

Trata-se de um tema novo, incluído pelo Painel co-dirigido pelos Presidentes da Libéria e da Indonésia e pelo Primeiro-Ministro do Reino Unido. Refere-se à garantia de boa governança e de instituições efetivas, o que não poderá ser alcançado sem liberdade de expressão e de imprensa, abertura, transparência e acesso à informação.

Uma imprensa livre, pluralista e independente, como propõe a UNESCO, depende, evidentemente, da segurança dos jornalistas. Ela, por sua vez, é, segundo aquele organismo internacional, um sintoma da força do império da lei, o que é vital para qualquer governo comprometido com o avanço do desenvolvimento. Em consequência, a segurança para o exercício da profissão se constitui em barômetro da fragilidade do estado, um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento.

Nesse quesito, aliás, o Brasil não vai bem. O grau de liberdade de imprensa piorou no País em 2013, segundo a organização Repórteres Sem Fronteiras. Somos, hoje, o pior colocado das Américas em número de jornalistas mortos.

Segundo a organização, o Brasil despencou doze posições na classificação internacional, ocupando o centésimo décimo primeiro lugar, por causa dos riscos das coberturas do crime organizado e da corrupção. Estamos atrás de países como a República Centro-Africana, país em guerra e sob intervenção internacional, que está no centésimo nono lugar, e Uganda, em centésimo décimo. A Argentina, com todos os problemas que vive, está no quinquagésimo quinto lugar nesse ranking.

Mas voltemos aos temas do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa. A UNESCO afirma que o desenvolvimento não requer que os jornalistas sejam somente livres, pluralistas e independentes e que estejam seguros no exercício da profissão. O desenvolvimento depende também da sustentabilidade e do profissionalismo da atividade jornalística.

Sustentabilidade para a UNESCO significa a existência de bases institucionais que ensejem e protejam a independência do jornalismo. Profissionalismo, por sua vez, se refere à adoção de padrões de comportamento e de qualidade, tais como checagem de informações e subordinação ao interesse público.

Nota-se, claramente – pelo papel de destaque que ONU e UNESCO atribuem à liberdade de imprensa –, como a atividade jornalística livre, plural e independente é fundamental para o desenvolvimento das nações e para o interminável exercício do aperfeiçoamento da democracia.

Saibamos, pois, preservar a liberdade, sobretudo a de expressão, cultuando a liberdade de imprensa, e lutar por ela a cada dia. A manutenção e o aperfeiçoamento da democracia são frutos de luta cotidiana, nas pequenas ações do dia-a-dia. E se a liberdade de imprensa é, como disse no início, a sua irmã siamesa, temos que lutar por ela também!

Antes de encerrar, Senhor Presidente, quero registrar minha homenagem a todos os profissionais da área de imprensa e comunicação, especialmente aqueles que atuam no meu Piauí, e também aos jornalistas que trabalham no Congresso Nacional, pelo Dia Mundial da Liberdade de Imprensa. Era o que tinha a dizer.

Por último, trago a esta tribuna um assunto recorrente aqui neste Parlamento, mas que devemos sempre discutir e, principalmente, propor soluções. Falo do consumo do crack no País, um mal que assombra as famílias, cujo avanço tem que ser contido urgentemente. É isso que pretendo com o Projeto de Lei que acabo de apresentar e que, certamente, poderá fazer frente ao avanço dessa droga em nossa sociedade.

No Piauí, como no resto do País, o crack está devastando famílias inteiras. Essa droga está entre as que possuem efeitos dos mais destruidores. Debatendo o assunto com o ex-secretário de segurança pública do Piauí, Robert Rios, que também foi superintendente da Polícia Federal no estado, ele chegou à conclusão de que é preciso endurecer a legislação no que se refere à punição dos traficantes de crack. Especificamente de crack, senhoras e senhores Senadores. E daí, dessa conversa com Robert Rios, nasceu o Projeto de Lei que acabo de apresentar.

O crack é uma das substâncias mais viciantes que existem. Ela causa dependência já no primeiro uso e resulta em estragos físicos e mentais iguais ou piores do que os produzidos pela cocaína. Quem fuma crack não consegue fazer nada além de consumir a droga. O efeito é tão grave, que, muitas vezes, o dependente passa dias e dias fumando e só para quando o corpo não suporta mais os efeitos da substância.

Sr. Presidente, existem atualmente cerca de 370 mil usuários regulares de crack nas capitais brasileiras, de acordo com recente levantamento da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Estima-se que, em todo o País, o número de dependentes chegue a mais de um milhão. Por ser barato, o crack torna-se mais acessível do que outras drogas e por essa razão atrai cada vez mais usuários. Em 2012, o Brasil já ocupava a segunda posição entre os países que mais consumiam derivados da cocaína, que é o caso do crack.

O consumo dessa droga também explica o aumento de homicídios, roubos e sequestros nas grandes cidades. Em busca de dinheiro para sustentar o vício, o usuário furta, rouba e até mata.

Por isso mesmo, a situação exige um tratamento mais rigoroso com os traficantes dessa substância tão maléfica, tão fatal.

Temos o exemplo de países, como os Estados Unidos, que endureceram as leis contra o tráfico de crack estabelecendo penas muito mais duras do que para outras drogas. Esse país conseguiu reverter a explosão de violência que marcou a epidemia de crack, ocorrida no período de 1984 até o início da década de 90.

Nesse sentido, nossa proposta pretende aumentar em um terço (1/3) as penas impostas ao tráfico de drogas, quando se tratar de difusão de crack.

Acreditamos que somente com uma punição mais rigorosa é que a lei poderá, efetivamente, exercer a prevenção geral do delito, o que certamente terá como reflexo a diminuição dos crimes patrimoniais e contra as pessoas, praticados pelos dependentes dessa droga.

Não restam dúvidas de que a resposta penal aos traficantes de crack é iniciativa fundamental para inibir a comercialização e o uso dessa droga.

Por último, Sr. Presidente, o combate à criminalidade deve ser uma teia, a ser tecida pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Portanto, ao ser aprovado, este projeto será uma contribuição importante do Parlamento, não só no sentido de punir com mais rigor, mas para preservar vidas e agir em favor da segurança pública em todo o País – uma das grandes preocupações do meu mandato. E vidas, Sr. Presidente, não têm preço.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, volto a esta tribuna, ainda sob os efeitos positivos da vitória dos servidores públicos federais dos Estados de Roraima e do Amapá, com a aprovação da PEC 111, em segundo turno, na Câmara dos Deputados, ocorrida na semana passada.

Quero falar do contentamento dos servidores e sindicalistas que tanto têm lutado por esta PEC. No final de semana, estive na sede da Associação dos Antigos Policiais Cíveis e Servidores do Ex-Território Federal de Roraima. Lá, os servidores celebraram a vitória na Câmara dos Deputados e se mostraram dispostos a lutar ainda mais para que sejam presenteados nesta Casa, com a ratificação à aprovação da PEC 111 na Câmara dos Deputados.

Fruto de uma intensa articulação política, a PEC 111, de autoria da deputada federal Dalva Figueiredo (PT/AP), propõe a alteração no artigo 31, da Emenda Constitucional nº 19/98. Esta alteração, senhores senadores e senadoras, tem o objetivo claro, de incluir no quadro em extinção do governo federal, os servidores que trabalhavam nos estados do Amapá e de Roraima, no período compreendido entre outubro de 1988 e outubro de 1993, quando da transformação dos territórios em estados.

Articulei o tempo todo junto à Presidência da Câmara dos Deputados e com os líderes de partidos políticos, para garantir o acordo firmado por eles para a votação, em sessão extraordinária, da PEC 111. Aliás, quero dizer que tenho acompanhado assiduamente, todas as reuniões de líderes, que ocorreram na Câmara, para tratar deste assunto. Isto porque, entendendo a necessidade de fortalecer esta luta e esclarecer a importância da votação desta proposição para os estados do Amapá e de Roraima.

Apelo desta tribuna, a todos os colegas senadores, para que sejam sensíveis à esta demanda, que é de grande importância para os servidores dos dois Estados. Trata-se da demanda de um grupo de servidores públicos federais que serviram ao Estado Brasileiro, sem medir esforços e imbuídos do sentimento de dedicação, compromisso e fidelidade aos interesses da União.

Há muito tempo organizados pela aprovação desta PEC, os servidores envolvidos na PEC 111, se reuniram, na semana passada, com sindicalistas e líderes políticos de Roraima, e firmaram o compromisso de fortalecer o acordo feito pelos parlamentares dos dois Estados, para garantir a votação desta matéria, agora, em segundo turno.

Aliás, aproveito para agradecer a todos os parlamentares que, aprovaram a PEC 111, em março de 2013, quando de sua primeira votação, naquela casa Política. Naquela ocasião, nada menos que 388 parlamentares foram favoráveis ao pleito constante nesta PEC. Apenas três votos foram contrários e uma única abstenção foi registrada.

Esta, senhores parlamentares, é uma luta nobre. Permitam-me fazer uma breve retrospectiva, para lembrar a todos os senhores que, desde 2011, atuando ao lado da deputada Dalva Figueiredo, e em conjunto com as bancadas de Roraima e do Amapá, levamos ao conhecimento de líderes de bancadas e de partidos políticos, representados neste Congresso Nacional, os argumentos necessários à aprovação desta PEC. O mesmo pedi aos presidentes da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN) e do Senado Federal, senador Renan Calheiros (PMDB/AL).

Tanto que o resultado da votação do primeiro turno foi uma grande vitória, que se traduziu na aprovação a nossa movimentação política, pois revelou a compreensão que os líderes políticos que tomam decisões passaram a ter sobre a demanda de um pequeno grupo de servidores, que por várias vezes, defendi nesta mesma tribuna. Como todos sabem, após a votação em primeiro turno, previsões orçamentárias, feitas pela área técnica do governo federal, geraram uma onda de medo, receio.

Os cálculos federais estimavam que, uma vez sendo aprovada, esta PEC iria onerar os cofres públicos, pois o número de servidores a serem beneficiados superaria à casa dos 8.434, e geraria um impacto financeiro de mais de R\$ 1,2, ao ano.

Rapidamente fizemos os devidos esclarecimentos aos técnicos do governo federal. Eu mesma enviei ofício à ministra do Planejamento, Miriam Belchior, mostrando os equívocos de técnicos do ministério, acerca do número de servidores a serem beneficiados, e sobre o impacto financeiro estimado.

Este equívoco estava expresso na Nota Informativa da Secretaria Executiva publicada pelo Ministério do Planejamento. Também, recebi em meu gabinete, o assessor Parlamentar do Ministério do Planejamento, Luiz Baião, a quem demonstrei, mais uma vez, os equívocos detectados nos cálculos apresentados pelo Ministério.

O representante do governo reconheceu os números superestimados, admitiu que o valor que apresentamos está dentro de patamar aceitável e concluiu pela aceitação dos cálculos apresentados pela autora e pelo relator, deputado Luciano Castro.

A Constituição de 1988 determina no artigo 14, de suas Disposições Transitórias que:

“Os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados Federados, mantidos seus atuais limites geográficos.”

O parágrafo segundo deste artigo, não deixa dúvidas acerca deste direito, quando estabelece que:

“Aplicam-se à transformação e instalação dos Estados de Roraima e Amapá as normas e critérios seguidos na criação do Estado de Rondônia, respeitado o disposto na Constituição e neste ato”.

Pois bem, foram justamente este artigo e seu respectivo parágrafo, que fundamentaram a edição da PEC nº 111/2011, para garantir aos servidores do Amapá e de Roraima, tratamento isonômico, ou seja, com as mesmas regras aplicadas aos servidores do Estado de Rondônia. Afinal, também foram custeados pela União e contratados com autorização do Governo Federal.

Em reuniões e em documentos que encaminhei, tanto ao Ministério do Planejamento quanto ao de Relações Institucionais, deixei claro, que o enquadramento dos servidores que trabalharam no período de instalação dos estados do Amapá e de Roraima, além de fazer uma isonomia com o estado de Rondônia, representa um investimento do governo federal naqueles estados.

São estados que, por serem localizados em fronteiras com outros países, por estarem distantes dos grandes centros, por não disporem de indústrias nem comércio desenvolvidos e por sofrerem com a dificuldade de acesso, têm a economia movimentada, em grande parte, por força do contracheque dos servidores públicos.

Mas que, nem por isso, estão isentos de contribuir com seu percentual para o desenvolvimento econômico e social do nosso País.

Quanto aos artigos desta PEC, que tratam dos fiscais de tributos e policiais civis, também esclareci que estes já estão no quadro em extinção dos ex-territórios e que recebem pela folha da União; não havendo, desta forma, impacto financeiro algum, com eles. Haverá, apenas a regularização de situações funcionais que há muito tempo carece de solução definitiva.

Os artigos que resolvem a questão dos fiscais e dos policiais civis foram compreendidos. Afinal, essa é uma demanda histórica, do Estado brasileiro com um pequeno grupo de 65 servidores fiscais e 154 policiais remanescentes dos ex-territórios. Os artigos que tratam desses servidores são bem claros quanto à aplicação apenas a esses dois segmentos dos estados do Amapá e de Roraima, desfazendo qualquer argumento quanto à aplicação extensiva a outros servidores.

Compreendo, portanto ser uma demanda que diz respeito apenas aos estados do Amapá e de Roraima sobre a qual, há, de fato, a necessidade de aprovação.

Feitos todos os esclarecimentos sobre as dúvidas e equívocos que apareceram desde 2011, até agora, pedi à ministra Mirian Belchior, e peço aos parlamentares, o apoio à votação do texto da PEC 111, que, a meu ver, reflete o desejo que os servidores de Roraima e do Amapá têm de desfrutar de isonomia com o Estado de Rondônia, que já deu início ao processo de transposição dos servidores.

Ressalto, mais uma vez, a importância de que no texto da PEC 111, sejam preservados os artigos que tratam dos fiscais de tributos e dos policiais civis. Se aprovada na sua integralidade, a PEC 111 irá regularizar, de forma definitiva, uma pendência que o governo federal tem com os servidores estaduais e municipais de Roraima e do Amapá, admitidos, à época, com autorização oficial, e que há muito tempo lutam pelo direito de permanecerem vinculados à União.

Portanto, neste momento, peço aos nobres Deputados que logo mais aprovem esta PEC, primordialmente, na sua íntegra, e contribuam para o reconhecimento que estes servidores merecem. No sentido de fazer justiça com estes servidores que lutam para serem incluídos no quadro da União, meu empenho é total.

Quero reafirmar meu compromisso em apoiar os servidores do Amapá e de Roraima na luta pela aprovação definitiva da PEC 111. Enfim, há pessoas que resistem a encarar desafios. Sou daquelas pessoas que os enfrenta. Espero a discussão desta PEC, aqui em nossa Casa Política, e quero falar com cada um de meus colegas senadores sobre a importância para os servidores que serão beneficiados.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu, então, encerro os trabalhos de hoje aqui, nesta sessão, avisando que nós teremos a volta dos trabalhos na segunda-feira e desejando a todos

os trabalhadores brasileiros um feliz Dia dos Trabalhadores, aos trabalhadores e às trabalhadoras, e que possamos retomar as atividades na próxima semana, com toda a energia e toda a força para fazer um Brasil cada vez melhor para os seus brasileiros.

Muito obrigado e até a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 11 minutos.)

Requerimentos de Licença sem ônus

Artigos 13 e 43, I do Regimento Interno do Senado Federal (sem ônus)

REQUERIMENTO	SENADOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
231, de 2014 - M	Vicentinho Alves	43, I	De 14/04/2014 a 16/04/2014	Licença Saúde
232, de 2014 - M	Cristovam Buarque	13	29/04/2014 e 30/04/2014	Atividade Parlamentar
233, de 2014 - M	Marcelo Crivella	13	24/04/2014	Atividade Parlamentar
234, de 2014 - M	Eduardo Amorim	13	24/04/2014	Atividade Parlamentar
235, de 2014 - M	Francisco Dornelles	13	24/04/2014	Atividade Parlamentar
236, de 2014 - M	Armando Monteiro	13	24/04/2014	Atividade Parlamentar
237, de 2014 - M	Pedro Taques	13	24/04/2014	Atividade Parlamentar
238, de 2014 - M	Acir Gurgacz	13	29/04/2014 e 30/04/2014	Atividade Parlamentar
239, de 2014 - M	Luiz Henrique	13	24/04/2014	Atividade Parlamentar
240, de 2014 - M	Cícero Lucena	13	24/04/2014	Atividade Parlamentar
241, de 2014 - M	Clésio Andrade	13	24/04/2014	Atividade Parlamentar
242, de 2014 - M	Ataides Oliveira	13	24/04/2014	Atividade Parlamentar
243, de 2014 - M	Jorge Viana	13	24/04/2014	Atividade Parlamentar
244, de 2014 - M	Clésio Andrade	13	30/04/2014	Atividade Parlamentar
245, de 2014 - M	Lúcia Vânia	43, I	09/04/2014 e 10/04/2014	Licença Saúde
246, de 2014 - M	João Durval	13	29/04/2014 e 30/04/2014	Atividade Parlamentar
247, de 2014 - M	Paulo Palm	13	29/04/2014 e 30/04/2014	Atividade Parlamentar
248, de 2014 - M	Mário Couto	13	29/04/2014 e 30/04/2014	Atividade Parlamentar
249, de 2014 - M	João Vicente Claudino	13	29/04/2014 e 30/04/2014	Atividade Parlamentar
250, de 2014 - M	Valdir Raupp	13	29/04/2014	Atividade Parlamentar
251, de 2014 - M	Marcelo Crivella	13	29/04/2014	Atividade Parlamentar
252, de 2014 - M	Marcelo Crivella	13	30/04/2014	Atividade Parlamentar
253, de 2014 - M	Magno Malta	13	29/04/2014	Atividade Parlamentar
254, de 2014 - M	Benedito de Ura	13	29/04/2014 e 30/04/2014	Atividade Parlamentar
255, de 2014 - M	Jorge Viana	13	29/04/2014	Atividade Parlamentar
256, de 2014 - M	Ciro Nogueira	43, II	De 06/05/2014 a 08/05/2014	Licença Particular
257, de 2014 - M	Cícero Lucena	13	29/04/2014	Atividade Parlamentar
258, de 2014 - M	Ricardo Ferraço	13	30/04/2014	Atividade Parlamentar
259, de 2014 - M	Magno Malta	13	30/04/2014	Atividade Parlamentar
260, de 2014 - M	Armando Monteiro	13	30/04/2014	Atividade Parlamentar
261, de 2014 - M	Jader Barbalho	13	24/04/2014	Atividade Parlamentar
262, de 2014 - M	Epitácio Cafeteira	43, I	De 28/04/2014 a 04/05/2014	Licença Saúde

Agenda cumprida pelo Presidente Renan Calheiros

30/04/2014

Quarta-feira

12h	Ordem do Dia Plenário
15h	Recebe o senador Romero Jucá acompanhado do médico Humberto Gomes de Melo, provedor da Santa Casa de Misericórdia de Maceió Sala de Audiências

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Cidinho Santos** (S)
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PCdoB - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Ivonete Dantas* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-PMDB - Kátia Abreu*
PROS - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-SD - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 27 PMDB-20 / PP-5 / PSD-1 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Ivo Cassol.	PP/RO
Ivonete Dantas.	PMDB/RN
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
João Alberto Souza.	PMDB/MA
José Sarney.	PMDB/AP
Kátia Abreu.	PMDB/TO
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Petecão.	PSD/AC
Valdir Raupp.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 26 PT-13 / PDT-5 / PSB-4 / PCdoB-2 PSOL-1 / PRB-1

Acir Gurgacz.	PDT/RO
Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Anibal Diniz.	PT/AC
Antonio Carlos Valadares.	PSB/SE
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Gleisi Hoffmann.	PT/PR
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PCdoB/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Marcelo Crivella.	PRB/RJ
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT
Randolfe Rodrigues.	PSOL/AP

Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF
Vanessa Grazziotin.	PCdoB/AM
Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 16 PSDB-11 / DEM-4 / SD-1

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Ruben Figueiró.	PSDB/MS
Vicentinho Alves.	SD/TO
Wilder Morais.	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 11 PTB-6 / PR-4 / PSC-1

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues.	PR/SP
Armando Monteiro.	PTB/PE
Cidinho Santos.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim.	PTB/DF
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti.	PTB/RR

PROS - 1

Ataídes Oliveira.	TO
------------------------	----

Bloco Parlamentar da Maioria.	27
Bloco de Apoio ao Governo.	26
Bloco Parlamentar Minoria.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	11
PROS.	1
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Marcelo Crivella** (Bloco-PRB-RJ)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Gleisi Hoffmann** (Bloco-PT-PR)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Inácio Arruda* (Bloco-PCdoB-CE)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Ivonete Dantas* (Bloco-PMDB-RN)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Ataídes Oliveira** (PROS-TO)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cidinho Santos** (Bloco-PR-MT)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PCdoB-AM)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vicentinho Alves** (Bloco-SD-TO)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	Kátia Abreu* (Bloco-PMDB-TO)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Wilder Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (66,68)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (66,68)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (104) Romero Jucá (40,105) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (76)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL/PRB) - 26</p> <p>Líder Humberto Costa - Bloco (115,121)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,99) Rodrigo Rollemberg (65,98) Inácio Arruda (89,94,117)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (115,121)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,103) Anibal Diniz (25,102) Paulo Paim (101) Eduardo Suplicy (100)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,70,99)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (65,98)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,83)</p> <p>Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,91,116)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (89,94,117)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,75)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (36,120)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM/SD) - 16</p> <p>Líder Wilder Moraes - Bloco (95,112,118)</p> <p>Vice-Líderes Mário Couto (34,61,122) Jayme Campos (28,106,110,123) Alvaro Dias (73,124)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (77) Alvaro Dias (73,124) Paulo Bauer (5,35,72,78)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,74)</p> <p>Vice-Líder do DEM Wilder Moraes (95,112,118)</p> <p>Líder do SD - 1 Vicentinho Alves (42,54,71,111)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 11</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,63) Eduardo Amorim (17,47,48,80)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino (126) Mozarildo Cavalcanti (57,125)</p> <p>Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,63)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,80)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,83) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p>PROS - 1</p> <p>Líder Ataídes Oliveira - PROS (96,108,114)</p>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.

4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.

44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Em 17.10.2012, o Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVÁLV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2012, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o Of. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
63. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
66. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
68. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
69. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
70. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.
75. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
76. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
77. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.

78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme Of. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme Of. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme Of. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme Of. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme Of. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme Of. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme Of. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme Of. nº 180/2013-GLPMDB.
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.
109. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme Of. 142/2013-BLUFOR, lido na sessão de 2 de julho de 2013.
110. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 13.09.13, conforme o Requerimento nº 1.047/2013, aprovado na sessão de 10.09.13.
111. Senador Vicentinho Alves é designado Líder do SDD, conforme Ofício/GSVALV. nº 514/2013, lido na sessão de 2 de outubro de 2013.
112. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDEM Nº 037/2013, lido na sessão de 23 de outubro de 2013.
113. Em 17.12.2013, foi lido o Ofício s/n do PSDB, comunicando a recondução do Senador Aloysio Nunes Ferreira como líder do PSDB para o exercício de 2014.
114. Senador Ataídes Oliveira é designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social, conforme MEMO nº 13/2014 - GSAOLI lido na sessão de 3 de fevereiro de 2014.
115. Senador Humberto Costa é designado Líder do PT, conforme Of. 1/2014-GLDPT, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
116. Senadora Vanessa Grazziotin é designada Líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
117. Senador Inácio Arruda é designado Vice-líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
118. Senador Wilder Moraes é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme expediente lido na sessão de 12 de março de 2014.

119. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos n°s 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
120. Senador Marcelo Crivella é designado Líder do PRB, conforme Of. 004/2014 - GSMC, lido na sessão do dia 19 de março de 2014.
121. Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. 31/2014-GLDBAG, lido na sessão de 26 de março de 2014.
122. Senador Mário Couto é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN 4/2014, lido na sessão de 3 de abril de 2014.
123. Senador Jayme Campos é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN 4/2014, lido na sessão de 3 de abril de 2014.
124. Senador Alvaro Dias é designado 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN 4/2014, lido na sessão de 3 de abril de 2014.
125. Em 08.04.2014, lido o Of. n° 018/2014-GLPTB, que comunica a indicação do Senador Mozarildo Cavalcanti para a 2º Vice-Líder do PTB.
126. Em 08.04.2014, lido o Of. n° 018/2014-GLPTB, que comunica a indicação do Senador João Vicente Claudino para a 1º Vice-Líder do PTB.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento n° 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (2,7)	1. VAGO (2,7)
VAGO (2,7)	2.
VAGO (2,7)	3.
VAGO (2,7)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB)	
VAGO (5,8)	1. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	2. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (4,6)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

** Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício n° 30/2014.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas

Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 61 33033511

Fax: 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.leg.br

2) CPI DA INVESTIGAÇÃO DO ASSASSINATO DE JOVENS NEGROS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.255, de 2013, da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar o assassinato de jovens negros no Brasil.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 25/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽²⁾	1. Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Paulo Davim (PV-RN) ⁽²⁾	2.
	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽¹⁾
Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	2. Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD)	
Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1.

Notas:

*. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

1. Em 22.11.2013, os Senadores Paulo Paim, Lídice da Mata e Ana Rita são designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy e Ângela Portela são designados membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 137/2013 - GLDBAG)

2. Em 03.12.2013, os Senadores Sérgio Souza e Paulo Davim são designados membros titulares; e o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 318/2013-GLPMDB).

3. Em 04.12.2013, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 180/2013-GLPSDB).

3) CPI DOS TRANSPORTES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.467, de 2013, do Senador Roberto Requião e outros Senadores, composta por treze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de seis meses, investigar (i) as razões das elevadas tarifas e os custos dos transportes rodoviários coletivos urbanos; (ii) a legalidade dos processos de licitação das concessões; (iii) a condução dos contratos de concessão; e (iv) legalidade e eficácia dos atos de definição tarifária e dos subsídios públicos (tributários e tarifários) às empresas detentoras das respectivas concessões.

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

Notas:

Leitura: 18/03/2014

*. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4) CPI DA PETROBRAS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 302, de 2014, do Senador Alvaro Dias e outros Senadores, composta por treze titulares e oito suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 01/04/2014

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Relatórios Parciais - prazo final: 02/10/2013

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo final: 07/08/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 30/10/2013

Parecer Final da Comissão - prazo final: 31/03/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Jorge Viana (PT) ^(16,7)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ^(15,9)	3. Senador Pedro Taques (PDT) ^(12,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(11,13,14,2)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽¹⁷⁾	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO ^(8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(1,3,4)	

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Relatório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

- *. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- **. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.
- ***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSE, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
- ****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Moraes como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
- *****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.
- *****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).
- *****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).
- *****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).
- *****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).
- *****. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).
- *****. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.
- *****. Em 06.08.2013, foi lido o Ofício nº 37/2013-CTCDC, comunicando o cumprimento da finalidade do Requerimento nº 14, de 2013, que suspendeu os prazos previstos no art. 374 do RISF, que voltam a correr a partir desta data.
- *****. Em 27.11.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.409, de 2013, que prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o término da sessão legislativa ordinária de 2013.
- *****. Em 17.12.2013, foi aprovado o Requerimento nº 1.466, de 2013, que prorroga o prazo final de encerramento da Comissão até o dia 31 de março de 2014.
1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).
3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).
4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).
5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).
11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).
12. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
14. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida temporariamente ao Bloco União e Força (Of. 54/2014-BLUFOR e 29/2014-GLDBAG).
15. Em 25.03.2014, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (Of. 59/2014-GLPMDB).
16. Em 25.03.2014, os Senadores Jorge Viana e Pedro Taques são designados membros suplentes na Comissão, em vagas cedidas pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLDBAG nº 30/2014 e Of. GLPMDB nº 60/2014).
17. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
18. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

2) CT - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁷⁾	
Senador José Pimentel (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB) ⁽⁵⁾
Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽⁴⁾	2. Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁵⁾
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴⁾	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB) ⁽¹⁾	1. Senador Clésio Andrade (PMDB) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽¹⁾
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽¹⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁾
Senador Francisco Dornelles (PP) ⁽¹⁾	4. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁶⁾	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Senador Gim (PTB) ⁽²⁾	1.
	2.

Notas:

1. Em 04.02.2014, os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Jader Barbalho e Francisco Dornelles são designados membros titulares e o Senador Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia e os Senadores Sérgio Petecão e Benedito de Lira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 322/2013-GLPMDB).
2. Em 11.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 6/2014-BLUFOR).
3. Em 14.02.2014, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 12/2014-GLPSDB).
4. Em 11.03.2014, os Senadores José Pimentel, Aníbal Diniz e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/2014-GLDBAG).
5. Em 11.03.2014, o Senador João Capiberibe e a Senadora Angela Portela são designados membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/2014-GLDBAG).
6. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
7. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

3) CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Finalidade: Estudar o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, que reforma do Código de Processo Civil.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

RELATOR:

VICE-PRESIDENTE:

RELATORA:

Relatórios Parciais - prazo final: 16/05/2014

Designação: 30/04/2014

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 23/05/2014

Parecer Final da Comissão - prazo final: 30/05/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senador Vital do Rêgo (PMDB)	2. Senador Luiz Henrique (PMDB)
Senador Romero Jucá (PMDB)	3. Senador Francisco Dornelles (PP)
Senador Eduardo Braga (PMDB)	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB)	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Pedro Taques (PDT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Senador Humberto Costa (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Senador Cidinho Santos (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.

4) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (3,6)

Senador José Pimentel (PT) (1)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (4)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (5)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

5. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

6. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

5) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final prorrogado: 22/12/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁷⁾	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁶⁾	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

**. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

***. Em 12.12.2013, foi lido o Requerimento nº 1.456, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2014.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

6. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

7. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

**6) CT - ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA
EM PORTO VELHO, NOVA MAMORÉ E GUAJARÁ MIRIM**

Finalidade: Acompanhar a situação de emergência nos municípios de Porto Velho, Nova Mamoré e Guarájá Mirim, nos Estados de Rondônia e Acre, em decorrência das enchentes causadas pelas fortes chuvas
(Requerimento nº 141, de 2014, do Senador Valdir Raupp)

Número de membros: 6

MEMBROS

Senador Aníbal Diniz (PT)

Senador Jorge Viana (PT)

Senador Sérgio Petecão (PSD)

Senador Acir Gurgacz (PDT)

Senador Ivo Cassol (PP)

Senador Valdir Raupp (PMDB)

Notas:

*. Em 27.02.2014 foi aprovado o Requerimento nº 141, de 2014, que cria a presente Comissão e indica os senadores Aníbal Diniz, Jorge Viana, Sérgio Petecão, Acir Gurgacz, Ivo Cassol e Valdir Raupp para compor o colegiado.

**7) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA
ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL**

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 20/06/2014

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

*** Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

**** Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

***** Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

***** Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

***** Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

***** Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

***** Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

***** Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

***** Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

***** Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

***** Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

***** Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

8) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, no prazo de 90 dias.
(Atos do Presidente nºs 36 e 55, de 2013)

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

Instalação: 01/10/2013

Prazo final prorrogado: 28/05/2014

MEMBROS

Senador Cyro Miranda (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senadora Angela Portela (PT)

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Ciro Nogueira (PP)

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Paulo Paim (PT)

Senador Acir Gurgacz (PDT)

Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

* Em 23.04.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 3, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de maio de 2014.

1. Em 30.9.2013, o Senador Paulo Bauer é indicado para compor a Comissão (Ato do Presidente nº 40, de 2013).

Secretário(a): GUILHERME BRANDÃO

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**9) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA
O FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL**

Finalidade: Analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de Segurança Pública no Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento, no prazo de 90 (noventa) dias.

(Atos do Presidente n°s 37 e 39, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

Instalação: 02/10/2013

Prazo final prorrogado: 10/05/2014

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Pedro Taques (PDT)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senador Eduardo Braga (PMDB)

Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Armando Monteiro (PTB)

Senador Eunício Oliveira (PMDB)

Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Senador Humberto Costa (PT)

VAGO ⁽²⁾

Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Senador João Capiberibe (PSB)

Senador Delcídio do Amaral (PT)

Notas:

*. Em 26.9.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 39, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n° 37, de 2013.

**. Em 10.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 46, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n° 37, de 2013, designando os Senadores Humberto Costa, Sérgio Souza e Flexa Ribeiro para integrarem a Comissão.

***. Em 23.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 47, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente n°s 37 e 39, de 2013, designando os Senadores Lobão Filho e João Capiberibe para integrarem a Comissão.

****. Em 28.11.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 51, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente n°s 37 e 39, de 2013, designando o Senador Delcídio do Amaral para integrar a Comissão.

*****. Em 18.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 53, de 2013, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 9.2.2014.

*****. Em 10.2.2014, foi publicado o Ato do Presidente n° 2, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 10.5.2014.

1. Em 21.10.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão, nos termos do Of. 174/2013-GLPSDB.

2. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. n° 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

Secretário(a): KENY CRISTINA RODRIGUES MARTINS

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ^(89,58,86)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) ^(13,68,94)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) ^(61,10,14)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³³⁾
José Pimentel (PT) ^(9,10)	3. Anibal Diniz (PT) ^(41,42)
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁹⁰⁾	4. Humberto Costa (PT) ^(57,90)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) ^(34,35,46,47,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) ^(70,8)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(62,65)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(62,66)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	1. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
VAGO ^(60,87)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(60,17,22)
Valdir Raupp (PMDB) ^(36,37,49,50,60,73)	3. Lobão Filho (PMDB) ^(60,83)
Roberto Requião (PMDB) ^(60,64)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	5. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(26,27,60,3,7,16)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	7. Ana Amélia (PP) ⁽⁶⁰⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽⁶⁰⁾	8. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ^(60,11,12,18,20)	9. Benedito de Lira (PP) ^(60,5)
Kátia Abreu (PMDB) ^(25,43,44,55,59,60,82,23)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁹³⁾	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(56,1)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	2. Vicentinho Alves (SD) ^(56,95,96,2)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(30,31,32)
Jayme Campos (DEM) ^(30,79,81,85,88)	5. Wilder Moraes (DEM) ^(40,4,15)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ^(29,45,94)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁷⁾	1. Gim (PTB) ^(67,74)
João Vicente Claudino (PTB) ^(67,74,78)	2. Alfredo Nascimento (PR) ^(48,67,75,78)
Cidinho Santos (PR) ^(26,27,28,53,67,91,92)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(38,39,51,52,67,71,72,76)

Antonio Carlos Rodrigues (PR) (54,67,6)

4. VAGO (67,77,80,84,21)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of. nº 060/2011-GLDEM).

16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2012).

52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. Nº 213/2012-BLUFOR).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Ofícios nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 007/2013 - CAE).
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 88/2013-BLUFOR).
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013-BLUFOR).
79. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
80. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 172/2013-BLUFOR).
81. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
82. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
83. Em 10.10.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 286/2013-GLPMDB).

84. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
85. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
86. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (D.O.U. n° 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
87. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. n° 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
88. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
89. Em 11.02.2014, a Comissão reunida elegeu o Senador Luiz Henrique Vice-Presidente deste colegiado (Of. n° 017/2014 - CAE).
90. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a integrar a Comissão como membro suplente, no lugar do Senador Eduardo Lopes (Of. n° 13/2014 - GLDBAG).
91. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos n°s 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
92. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 16/2014-BLUFOR).
93. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício n° 30/2014.
94. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
95. Vaga cedida temporariamente ao SD (Of. n° 34/2014-GLPSDB).
96. Em 29.04.2014, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Aécio Neves (Ofício n°241/2014-GSVALV).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

Instalação: 09/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁶⁾	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁵⁾	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Moraes (DEM) ⁽¹⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)
 2. Em 09.07.2013, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, na Subcomissão (Of. nº 183/2013-CAE).
 3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
 4. Em 25.03.2014, vago em virtude de o Senador Jader Barbalho não pertencer mais à Comissão de Assuntos Econômicos (Of. nº 32/2014 - CAE).
 5. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
 6. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) ^(1,11)	
Delcídio do Amaral (PT) ^(5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Benedito de Lira (PP) ⁽⁸⁾	1. VAGO ⁽⁹⁾
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽¹⁰⁾	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁷⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
 4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (OF. nº 089/2012 - GLDBAG).
 5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
 7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (OF. 87/2013-CAE).
 8. Em 25.06.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. nº 165/2013-PRESIDÊNCIA/CAE).
 9. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (OF. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
 10. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
 11. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
- **. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como membro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁵⁾	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁴⁾	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Cidinho Santos (PR) ^(2,3)

Notas:

1. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

2. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.

3. Em 25.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente na Subcomissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (Of. nº 35/2014 - CAE).

4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como membro titular e do Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

Instalação: 25/06/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁵⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁴⁾	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:

1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).
 2. Em 25.6.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 167/2013 - Presidência/CAE).
 3. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 254/2013/CAE).
 4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
 5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
- *. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽³⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽³⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) ^(8,42,60)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁶⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁸⁾
Ana Rita (PT) ⁽⁵⁷⁾	4. Wellington Dias (PT) ⁽⁵⁷⁾
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ^(35,23)	1. VAGO ^(35,55,6,17,23,30)
Roberto Requião (PMDB) ^(35,37,2,23)	2. VAGO ^(35,49,23,30)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(35,3,4,23)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(35,23,30)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(35,23)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(35,37,23,30)
João Alberto Souza (PMDB) ^(35,23)	5. Romero Jucá (PMDB) ^(35,23,30)
Ana Amélia (PP) ^(35,14,15,16,21,23)	6. Benedito de Lira (PP) ^(35,10,23,30)
Paulo Davim (PV) ^(35,23,25,30)	7. Sérgio Petecão (PSD) ^(35,23,30)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁵⁹⁾	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁴⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁴⁾	2. Cyro Miranda (PSDB) ^(34,9,11,13)
José Agripino (DEM) ^(34,40,43,44,7,9)	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁴⁾
Jayme Campos (DEM) ^(50,52,54,56)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ^(22,27,60)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(38,41,45,46,31)	1. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁴¹⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(41,1,5)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(41,24)
Gim (PTB) ^(39,41,47,48,51,53,58,28,29,32)	3. VAGO ^(41,19,20,33)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (Of. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (Of. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 85/2013-BLUFOR).
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 192/2013-GLPMDB).
50. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
51. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 173/2013-BLUFOR).
52. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
53. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
54. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
55. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
56. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
57. Em 11.2.2014, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Wellington Dias, que passa a integrar a Comissão como membro suplente (Of. 14/2014-GLDBAG).
58. Em 24.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 11/2014-BLUFOR).
59. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
60. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁷⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽⁷⁷⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (23,82,118)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) (87,89,9)
Gleisi Hoffmann (PT) (110,54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) (9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) (75,7,9)
Anibal Diniz (PT) (74,6)	4. Acir Gurgacz (PDT) (24,25,49,51,60,61)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) (78,8)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB) (114,115,32,33)	7. Humberto Costa (PT) (12)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (86)	8. Paulo Paim (PT) (91,93,108)
Eduardo Suplicy (PT) (87)	9. Ana Rita (PT) (92,116)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (38)	
Eduardo Braga (PMDB) (76,39,50)	1. Ciro Nogueira (PP) (76,94,98,2,4,16,20,27,39,50)
Vital do Rêgo (PMDB) (76,1,15,39,50)	2. Roberto Requião (PMDB) (76,3,16,36,39,46,50)
Pedro Simon (PMDB) (76,39,50)	3. Sérgio Petecão (PSD) (76,119,13,16,39,50,52,53,63,64)
Ricardo Ferraço (PMDB) (76,109,111,39,50)	4. Clésio Andrade (PMDB) (76,14,16,39,50)
Luiz Henrique (PMDB) (76,20,39,50)	5. Valdir Raupp (PMDB) (76,39)
Eunício Oliveira (PMDB) (76,103,105,26,39)	6. Benedito de Lira (PP) (76,39)
Francisco Dornelles (PP) (76,39)	7. Waldemir Moka (PMDB) (76,106,107,39)
José Sarney (PMDB) (73,76,120,40,41,43,70)	8. Kátia Abreu (PMDB) (73,76,104,29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69)
Romero Jucá (PMDB) (94)	9. Lobão Filho (PMDB) (88,95,96,97,102)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (117)	
Aécio Neves (PSDB) (71)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (71,22)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (71)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (71,72,99,100)
Alvaro Dias (PSDB) (71)	3. Cícero Lucena (PSDB) (71,85,11)
José Agripino (DEM) (17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) (18,42,44)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (85)	5. Cyro Miranda (PSDB) (85,100)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (38,59,118)	
Armando Monteiro (PTB) (81)	1. Gim (PTB) (80,81,5,45,65)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (81,83,84,62)	2. Eduardo Amorim (PSC) (79,81,10,45)
Magno Malta (PR) (81)	3. Cidinho Santos (PR) (81,112,113,19,21,34,35,66,67)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (81)	4. Alfredo Nascimento (PR) (81,90,101,47,48)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL, determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

*****. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF. Nº 41/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF. Nº 42/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cicero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of.GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCIJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012-GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
74. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
75. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
76. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga,, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
77. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).

78. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
79. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
80. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 029/2013).
81. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
82. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
83. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
84. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 81/2013-BLUFOR).
85. Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
86. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
87. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
88. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
89. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
90. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
91. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
92. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
93. Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).
94. Em 09.07.2013, o Senador Romero Jucá deixa a suplência e passa a ser titular do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 217/2013-GLPMDB).
95. Em 10.07.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 225/2013-GLPMDB).
96. Em 11.07.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. 243/2013-GLPMDB).
97. Em 06.08.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 243/2013-GLPMDB).
98. Em 06.08.2013, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofício nº 236/2013-GLPMDB).
99. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
100. Em 15.08.2013, os Senadores Flexa Ribeiro e Cyro Miranda são designados como suplentes na Comissão (Ofício nº 158/2013-GLPSDB).
101. Em 17.09.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 171/2013 - BLUFOR).
102. Em 24.09.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 274/2013 - GLPMDB).
103. Em 02.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Ofício nº 278/2013-GLPMDB).
104. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
105. Em 09.10.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 284/2013-GLPMDB).
106. Em 30.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Ofício nº 298/2013-GLPMDB).
107. Em 14.11.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. GLPMDB nº 308/2013).
108. Em 11.12.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. GLDBAG nº 141/2013).
109. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
110. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 11/2014 - GLDBAG).
111. Em 12.2.2014, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 29/2014).
112. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.

113. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 17/2014-BLUFOR).

114. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

115. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 24/2014 - GLDBAG e Of. nº 44/2014 - BLUFOR).

116. Em 18.03.2014, a Senadora Ana Rita é designada suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 028/2014-GLDBAG).

117. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

118. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

119. Em 30.04.2014, o Senador Sérgio Petecão é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 94/2014-GLPMDB).

120. Em 30.04.2014, o Senador José Sarney é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 95/2014-GLPMDB).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁵⁾	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁴⁾	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. nº 56/2012-CCJ).

4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁶³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) ^(15,68,90)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁶⁾
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) ⁽⁴⁷⁾
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(13,23)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁶⁾
Inácio Arruda (PCdoB)	8. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(30,82)
João Capiberibe (PSB) ^(80,82)	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁹⁾	
José Sarney (PMDB) ^(41,60,88)	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(2,19,41,44,60)
Roberto Requião (PMDB) ^(26,27,28,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(41,44,54,60)
Romero Jucá (PMDB) ^(6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) ^(41,60)
João Alberto Souza (PMDB) ^(29,31,37,41,60)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(41,44,60,87,88)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(17,41,60,74,84)	5. Pedro Simon (PMDB) ^(41,44,75)
Ana Amélia (PP) ^(41,44,60)	6. VAGO ^(20,41,44)
Benedito de Lira (PP) ^(41,44,45,46,52,53,60)	7. VAGO ^(10,41)
Ciro Nogueira (PP) ^(41,44,60)	8. ⁽⁴¹⁾
Kátia Abreu (PMDB) ^(41,44,60,81)	9. ⁽⁴¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁸⁹⁾	
Cyro Miranda (PSDB) ^(3,59)	1. Cícero Lucena (PSDB) ^(32,59)
Alvaro Dias (PSDB) ^(14,22,59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(5,59,70)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁹⁾	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(18,51,59)
José Agripino (DEM) ⁽⁷⁾	5. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(8,42,43,59,61,62,76,78)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ^(39,48,90)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁶⁾	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(55,64,66)
Gim (PTB) ^(66,71,72,73,77)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(1,40,66,67)
VAGO ^(11,24,66,79,86)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(34,35,57,66,73)
VAGO ^(24,58,66,83,85)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(49,50,56,65,66,83)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB).
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarido Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).
76. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
77. Em 26.8.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 163/2013-BLUFOR).
78. Em 23.9.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 169/2013-GLPSDB).
79. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 178/2013-BLUFOR).
80. Em 26.9.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 121/2013-GLDBAG).
81. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
82. Em 6.11.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Capiberibe, que passa a compor a Comissão como membro titular (Of. nº 133/2013-GLDBAG).
83. Em 25.11.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular e o Senador Antonio Carlos Rodrigues membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 203/2013-BLUFOR).
84. Em 26.11.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 314/2013-GLPMDB).
85. Em 28.11.2013, vago em virtude de o Senador Alfredo Nascimento deixar de integrar a Comissão (Of. 204/2013 - BLUFOR).
86. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
87. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador Luiz Henrique declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão (Of. GLPMDB nº 40/2014)

88. Em 3.4.2014, o Senador José Sarney é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. nº 72/2014-GLPMDB).

89. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

90. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (58,81)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (58)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (11,64,87)	
Aníbal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (63,67)
Acir Gurgacz (PDT) (8,12,35,36,43,44)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (3,76,77)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Ana Rita (PT) (62)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Humberto Costa (PT) (77,80)	5. Delcídio do Amaral (PT) (60,76,78)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (33)	
Romero Jucá (PMDB) (13,55)	1. VAGO (37,38,47,48,55,79)
Luiz Henrique (PMDB) (16,17,34,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) (55)
Garibaldi Alves (PMDB) (55,57,85)	3. João Alberto Souza (PMDB) (17,18,55)
Valdir Raupp (PMDB) (4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) (14,55,61,68)
Ivo Cassol (PP) (55)	5. Eunício Oliveira (PMDB) (28,29,31,57)
Kátia Abreu (PMDB) (9,10,19,21,55,75)	6. VAGO (6,25,26,27,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (86)	
Alvaro Dias (PSDB) (50,52,72,73)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (50)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7,50,53)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (50,54)
José Agripino (DEM) (15,23,24)	3. Mário Couto (PSDB) (23,45,74,84)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (33,40,87)	
Blairo Maggi (PR) (1,22,46,59,65,82)	1. Gim (PTB) (2,56,59,65)
Eduardo Amorim (PSC) (41,42,49,51,59,65)	2. Cidinho Santos (PR) (39,59,65,69,70,71,83)
Fernando Collor (PTB) (65)	3. Armando Monteiro (PTB) (65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSIALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (OF. 072/2011 - GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfê Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 89/2013-BLUFOR).
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (Of. nº 103/2013 - BLUFOR).
72. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
73. Em 12.08.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 155/2013-GLPSDB).
74. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente na Comissão (Of. nº 161/2013 - GLPSDB).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 31.10.2013, os Senadores Wellington Dias e José Pimentel são designados como membros suplentes, em substituição aos Senadores Delcídio do Amaral e João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 129/2013-GLDBAG).
77. Em 06.11.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a vaga de suplente (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
78. Em 06.11.2013, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
79. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
80. Em 11.2.2014, o Senador Humberto Costa é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 15/2014 - GLDBAG).
81. O Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
82. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
83. Em 19.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.19/2014-BLUFOR).
84. Em 25.3.2014, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 21/2014 - GLPSDB).
85. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 26.03.2014, conforme Requerimento nº 267, de 2014, aprovado no dia 26.03.2014.
86. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
87. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (3,17)	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO (13)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) (2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (10)	
VAGO (9)	1. Eduardo Braga (PMDB)
VAGO (7,15)	2. VAGO (4,9,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (16)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,8)	1. VAGO (12)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (10)	
Eduardo Amorim (PSC) (5,14)	1. VAGO (13)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.

8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).

7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. n° 34/2012/CMA).

6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).

9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).

10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (Of. n° 154/2012-GLPMDB).

12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.

13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. n° 52/2013-CMA).

14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. n° 52/2013/CMA).

15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. n° 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

16. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício n° 30/2014.

17. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIÁDAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (18,22,21)

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) (18)

RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (18)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (2,24)	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. VAGO (7,16)
VAGO (16)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) (1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO (7,9,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
VAGO (7,21,22)	1. Valdir Raupp (PMDB) (11)
Ivo Cassol (PP) (20)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (8,19)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) (16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (23)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (6)	
Blairo Maggi (PR) (3,7,12)	1. Eduardo Amorim (PSC) (7,13,14,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).
19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).
20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPOMDB).
21. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
22. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
23. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
24. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ** Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾

RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹³⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽²⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	1. Anibal Diniz (PT) ^(6,9)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
VAGO ^(1,3,4,7,15)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹⁰⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽¹⁶⁾	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁸⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(5,9,12)	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.

14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

16. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 33, de 2013, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(1,3)

Instalação: 01/10/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB)	
Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾	1. Jorge Viana (PT) ⁽²⁾
VAGO ^(2,4)	2. Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁶⁾	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁾	1. Blairo Maggi (PR) ^(2,5)

Notas:

1. Em 01.10.2013, foi instalada a Subcomissão; foram eleitos os Senadores Cícero Lucena e Eduardo Amorim, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente; e designado o Senador Rodrigo Rollemberg, como Relator (Of. 179/2013-CMA).
2. Em 01.10.2013, os Senadores Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cícero Lucena e Eduardo Amorim, foram designados membros titulares; a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Jorge Viana, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro e Blairo Maggi, foram designados membros suplentes na Subcomissão (Of. 179/2013-CMA).
3. Em 19.02.2014, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Relatora da Subcomissão, em virtude do desligamento do Senador Rodrigo Rollemberg (Memo. nº 2/2014/CMARS).
4. Em 19.02.2014, o Senador Rodrigo Rollemberg deixa de compor a Subcomissão (Of. nº 4/2014-GLPSB).
5. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
6. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁶⁰⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁰⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) ^(85,14,66)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) ^(47,50,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁸⁾	4. Anibal Diniz (PT) ^(13,24,26)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Wellington Dias (PT) ^(10,37,38,72)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(21,59,77)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴¹⁾	
Roberto Requião (PMDB) ^(58,67,75)	1. VAGO ^(6,8,25,32,58,75,81)
VAGO ^(2,11,27,28,29,40,58,70)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(36,58)
Paulo Davim (PV) ^(31,33,39,58)	3. VAGO
Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(16,30,58,62,74,76)	4. VAGO ⁽¹⁹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ^(18,58)	5. VAGO ⁽¹¹⁾
Lídice da Mata (PSB) ^(74,76,78)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁸⁴⁾	
VAGO ^(3,7,15,34,44,61,71)	1. VAGO ^(5,22,57)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ⁽⁵⁶⁾
VAGO ^(17,35,43,52)	3. Wilder Moraes (DEM) ⁽⁴⁶⁾
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ^(85,41,49)	
Magno Malta (PR) ^(1,54,65)	1. João Vicente Claudino (PTB) ^(45,53,65,79)
Gim (PTB) ^(9,42,64,65,69)	2. VAGO ^(63,65,79,80)
Marcelo Crivella (PRB) ^(65,73,82,83)	3. VAGO ^(48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cicero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

28. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabipiribe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of. nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).
64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).

65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 191/2013-GLPMDB).
71. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
72. Em 12.09.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 120/2013-GLDBAG).
73. Em 17.09.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 139/2013-BLUFOR).
74. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 289/2013-GLPMDB).
75. Em 17.10.2013, o Senador Roberto Requião deixa a suplência e passa a ser titular e o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofs. 287 e 288/2013-GLPMDB).
76. Em 18.10.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo em vagas cedidas pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 125/2013-GLDBAG).
77. Em 25.10.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 127/2013-GLDBAG).
78. Em 25.10.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, em vaga cedida (Of. nº 126/2013-GLDBAG).
79. Em 5.11.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Osvaldo Sobrinho são designados membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 194/2013-BLUFOR).
80. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
81. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
82. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
83. Em 17.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 29/2014-BLUFOR).
84. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
85. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (2,9)	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) (7)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Sérgio Petecão (PSD) (3)	1. VAGO (4)
Paulo Davim (PV) (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (8)	
VAGO (1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o Of. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
8. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
9. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 05/04/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

2. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of. 48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

**. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽¹⁾

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽³⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽²⁾	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

2. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

3. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁵⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁴⁾	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

2. Em 10.04.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).

3. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽⁴¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (7,48,64)	
Jorge Viana (PT) ⁽⁴³⁾	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(43,44,49)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(4,6)	3. Gleisi Hoffmann (PT) ^(60,3)
Anibal Diniz (PT) ^(44,5,8,9)	4. Marcelo Crivella (PRB) ^(17,18,61,62)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁶⁾
Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴²⁾	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (22)	
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(40,57)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Pedro Simon (PMDB) ^(23,24,27,40)	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	5. Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(21,28,32,33,40,12,13,14)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (63)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(38,39)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁸⁾
Paulo Bauer (PSDB) ^(38,2)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁸⁾
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) ^(30,45,55,56,58,59,10)
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁰⁾	4. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (22,29,64)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(47,51,52)	1. Gim (PTB) ^(34,46,47)
Fernando Collor (PTB) ^(31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(47,1)
Magno Malta (PR) ^(25,26,35,36,47)	3. Armando Monteiro (PTB) ^(19,20,37,47,54)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
13. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 191/2012).

26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012-BLUFOR/SF).
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (OF. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPSDB).
54. Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).
55. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
56. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
57. Em 14.11.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. GLPMDB nº 309/2013).
58. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
59. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
60. Em 12.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (OF. GLDBAG nº 16/2014).

61. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
62. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 26/2014 - GLDBAG e Of. nº 46/2014 - BLUFOR).
63. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
64. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (3,17)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) (8,9,10,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB) (2,4,13,15)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (7)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. VAGO (5,6,14)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PCdoB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (16)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

13. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

14. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

15. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 51/2014-CRE).

16. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

17. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) ^(2,14)	
Blairo Maggi (PR) ^(6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB) ^(3,4,11,12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽¹³⁾	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
 4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
 5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
 7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
 8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
 9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
 10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
 11. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
 12. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 51/2014-CRE).
 13. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
 14. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- ***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (6,27)	
Blairo Maggi (PR) (15,16,18,21,22)	1. Marcelo Crivella (PRB) (11,12,24,25)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) (4,7)	4. VAGO (1,5,9,23)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (13)	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (26)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) (13)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
10. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
12. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
13. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
23. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
24. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
25. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 51/2014-CRE).
26. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
27. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽⁵²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) ^(8,59,84)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB) ^(19,20,80,82)
Acir Gurgacz (PDT) ^(30,31,43,44)	5. Pedro Taques (PDT)
VAGO ^(18,77)	6. Lídice da Mata (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Inácio Arruda (PCdoB)	7. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁴⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ^(25,32,33,46,47,54)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(25,54)
Lobão Filho (PMDB) ^(25,54)	2. VAGO ^(2,3,10,25,54,75)
Eduardo Braga (PMDB) ^(25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(25,54)
Valdir Raupp (PMDB) ^(25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) ^(9,25,54)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(25,54,58)	5. Waldemir Moka (PMDB) ^(11,21,22,25,54)
Jader Barbalho (PMDB) ^(25,54,64)	6. Ivo Cassol (PP) ^(25,54)
Ciro Nogueira (PP) ^(25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) ^(15,16,17,23,25,54)
Sérgio Petecão (PSD) ^(26,29,38,39,49,50,53,54)	8. Kátia Abreu (PMDB) ^(5,6,12,14,26,27,29,50,53,54,71)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁸³⁾	
Cícero Lucena (PSDB) ^(51,55,65)	1. Vicentinho Alves (SD) ^(51,85)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ^(1,4,51)	3. Ruben Figueiró (PSDB) ^(4,7,51,61,72)
Wilder Moraes (DEM) ^(28,36)	4. Jayme Campos (DEM) ^(28,37,68,70,74,76)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ^(24,40,84)	
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁰⁾	1. Gim (PTB) ⁽⁶⁰⁾
Cidinho Santos (PR) ^(35,45,57,60,78,79)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(60,66,81)
VAGO ^(34,60,62,63,69,73)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,48,56,60)
Alfredo Nascimento (PR) ⁽⁶⁰⁾	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁶⁰⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).
21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 36/2012).
23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. Nº 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. Nº 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (OF. Nº 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 - GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (Of. GLPMDB nº 114/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 86/2013-BLUFOR).
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cicero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 134/2013-GLPSDB).
66. Vago, em 6.8.2013, em virtude de o Senador Armando Monteiro não pertencer mais à Comissão (Of. 154/2013-BLUFOR).
67. Em 13.08.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg (Of. nº 112/2013-GLDBAG).
68. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
69. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 174/2013-BLUFOR).
70. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
71. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
72. Em 24.10.2013, o Senador Rubem Figueiró é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 175/13-GLPSDB).
73. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
74. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
75. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
76. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
77. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador João Capiberibe deixar de integrar a Comissão (Of. nº 18/2014 - GLDBAG).
78. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
79. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2014-BLUFOR).
80. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
81. Em 18.03.2014, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 40/2014-BLUFOR).
82. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 25/2014 - GLDBAG e Of. nº 45/2014 - BLUFOR).
83. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
84. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
85. Em 23.04.2014, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aécio Neves e cedida pela Liderança do PSDB (Ofs. 31/2014-GLPSDB e 235/2014-GSVALV).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Clésio Andrade (PMDB-MG) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁴⁾	
Inácio Arruda (PCdoB)	1. Lindbergh Farias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
VAGO ⁽²⁾	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1.
Valdir Raupp (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽³⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	1. Alfredo Nascimento (PR)

Notas:

1. Em 5.11.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Inácio Arruda e Clésio Andrade, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 171/2013-CI).

2. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

3. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

4. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 29.10.2013, foi lido o Ofício nº 160/2013-CI/PRES, designando os Senadores Inácio Arruda, Walter Pinheiro e Eduardo Lopes como titulares e os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); os Senadores Clésio Andrade e Valdir Raupp como titulares (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); o Senador Cícero Lucena como titular e o Senador Flexa Ribeiro como suplente (pelo Bloco Parlamentar da Minoria); e os Senadores Antonio Carlos Rodrigues como titular e o Senador Alfredo Nascimento como suplente (pelo Bloco Parlamentar União e Força) para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ^(1,2)	2. VAGO ^(5,6,10)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽¹⁴⁾	
Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(12,13)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1. VAGO ^(3,4,7,8,9,11)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
12. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
13. Em 25.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 146/2013-CI).
14. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
15. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
- *. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
- **. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁵⁾	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PCdoB)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁴⁾	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾	1. Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:

1. Em 02.10.2013, os Senadores José Pimentel e Eduardo Amorim foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-presidente da Subcomissão (Ofício 154/2013-CI).

2. Em 02.10.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 155/2013-CI).

3. Em 09.10.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular na Subcomissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 157/2013-CI).

4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽⁴⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) ^(49,64,10)	
Wellington Dias (PT) ⁽¹⁾	1. João Capiberibe (PSB) ⁽⁴⁴⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴³⁾	2. Zeze Perrella (PDT) ^(7,11)
Inácio Arruda (PCdoB) ⁽⁴⁵⁾	3. Walter Pinheiro (PT) ^(2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(32,33,38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴²⁾	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(20,21,22,28,31,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴²⁾
Ana Amélia (PP) ⁽⁴²⁾	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) ^(15,34,42)	4. Ivo Cassol (PP) ^(26,42)
Benedito de Lira (PP) ⁽⁴²⁾	5. VAGO ^(8,9,16,18)
Kátia Abreu (PMDB) ^(42,57)	6. VAGO ^(23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁶³⁾	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(5,12,19,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴¹⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁴¹⁾	2. Lúcia Vânia (PSDB) ^(6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Moraes (DEM) ^(4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ^(64,29,36)	
Armando Monteiro (PTB) ^(40,48,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(50,59)
Eduardo Amorim (PSC) ^(30,50,51,52,55,58,61,62)	2. VAGO ⁽⁵⁰⁾
VAGO ^(50,53,54,56,60)	3. ⁽⁵⁰⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 87/2013-BLUFOR).
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).
56. Em 18.09.2013, O Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 175/2013-BLUFOR).
57. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
58. Em 06.11.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR).
59. Em 06.11.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR).
60. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
61. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
62. Em 17.02.2014, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 009/2014-BLUFOR).
63. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
64. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (1,10)	
Wellington Dias (PT)	1. VAGO (8)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO (8)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (9)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Eduardo Amorim (PSC) (2,3,4,6,7)	1.

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
3. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
4. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
7. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).
8. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que os Senadores José Pimentel e Magno Malta não integram mais a Subcomissão (Of. nº 18/2014-PRES/CDR).
9. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
10. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) (3,13)	
VAGO (9)	1. VAGO (6,7)
VAGO (5)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (4)	
Ana Amélia (PP)	1. Ivo Cassol (PP) (8,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) (12)	
VAGO (1)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (10)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
5. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
6. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
7. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
9. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Lobão Filho não integram mais a Subcomissão (Of. nº 18/2014-PRES/CDR)
10. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que o Senador Mozarildo Cavalcanti foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (OF. Nº 18/2014-PRES/CDR)
11. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. Nº 18/2014-PRES/CDR).
12. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
13. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽²⁾	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
	1.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

2. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽²⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁹⁾	
VAGO ^(3,6,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1.

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
 4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
 5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 6. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
 7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 8. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que os Senadores José Pimentel e Cássio Cunha Lima não integram mais a Subcomissão (Of. nº 18/2014-PRES/CDR).
 9. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) ^(15,65,85)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT) ^(7,10,22,23,57,80)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Zeze Perrella (PDT) ^(11,16)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(38,47)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) ^(4,67)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁷⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁶²⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ^(28,29,35,52,62)
VAGO ^(62,78)	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶²⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ^(25,26,27,36,49,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) ⁽⁶²⁾	4. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶²⁾
Sérgio Petecão (PSD) ^(12,13,19,21,62,76)	5. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶²⁾
Benedito de Lira (PP) ⁽⁶²⁾	6. Ivo Cassol (PP) ^(17,62,76)
Kátia Abreu (PMDB) ^(31,59,61,62,75)	7. Garibaldi Alves (PMDB) ^(32,43,44,58,59,61,63,83)
Waldemir Moka (PMDB) ^(24,33,34,46,66,68,69)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁸⁴⁾	
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,60,71,73)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁰⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(3,9,14,60)
Jayme Campos (DEM) ^(72,74,77,79)	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(5,18,48,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ^(37,45,85)	
Gim (PTB) ^(1,8,49,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(6,54)
	2. Cidinho Santos (PR) ^(24,41,42,55,56,81,82)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões

Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*******. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).
2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Feury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).
67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).

69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).
71. Vago, em 11.9.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. 163/2013-GLPSDB).
72. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
73. Em 16.09.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 166/2013-GLPSDB).
74. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 23.10.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria em substituição ao Senador Ivo Cassol, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. 290/2013-GLPMDB).
77. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
78. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
79. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
80. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antônio Russo (Of. nº 12/2014 - GLDBAG).
81. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
82. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 20/2014-BLUFOR).
83. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 26.03.2014, conforme Requerimento nº 267, de 2014, aprovado no dia 26.03.2014.
84. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
85. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽³⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) ⁽³⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) ^(38,48,7)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) ⁽³²⁾	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(33,40)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(10,12)
João Capiberibe (PSB) ^(8,9,17)	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT) ⁽⁴⁰⁾	5. Marcelo Crivella (PRB) ^(1,19,20,44,45)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²¹⁾	
Lobão Filho (PMDB) ⁽³¹⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,4,11,31)
João Alberto Souza (PMDB) ^(22,23,27,28,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽³¹⁾	3. Ivo Cassol (PP) ⁽³¹⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(31,36)	4. Benedito de Lira (PP) ^(26,31)
Ciro Nogueira (PP) ⁽³¹⁾	5. VAGO ^(5,6,13,15,35,43)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁴⁷⁾	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(30,37)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(30,37,46)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁰⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁰⁾
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ^(48,21,24)	
Gim (PTB) ^(25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽³⁹⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(3,16,39)	2. VAGO ^(16,29,39,41,42)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁹⁾	3. ⁽³⁹⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).
12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB nº 346/2012).

28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zezé Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).
41. Em 17.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 170/2013-BLUFOR).
42. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
43. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
44. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
45. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 27/2014 - GLDBAG e Of. nº 47/2014 - BLUFOR).
46. Em 1.4.2014, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente pelo Bloco da Minoria na Comissão (Of. nº 22/2014-GLPSDB).
47. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
48. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**PRESIDENTE:** Senador Luiz Henrique (PMDB-SC)**RELATOR:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁾	1.
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾	2.
Ana Amélia (PP) ⁽²⁾	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PRB) ^(1,12)	
Cristovam Buarque (PDT) ⁽³⁾	1. Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾
Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	2. Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Walter Pinheiro (PT) ^(3,8)	3. Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽¹¹⁾	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1.
Wilder Moraes (DEM) ⁽⁷⁾	2. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹²⁾	
Cidinho Santos (PR) ^(4,9,10)	1.
Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

1. Vaga adicional compartilhada entre os dois Blocos.
2. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Luiz Henrique, Ricardo Ferraço e Ana Amélia, como membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 254/2013-GLPMDB).
3. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Cristovam Buarque, Humberto Costa e Paulo Paim, como membros titulares; a Senadora Lídice da Mata e os Senadores Inácio Arruda e Pedro Taques, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 95/2013-GLDBAG).
4. Em 27.08.2013, os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim são designados como membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 113/2013-BLUFOR).
5. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 162/2013-GLPSDB).
6. Em 27.08.2013, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 29/2013-GLDEM).
7. Em 27.08.2013, o Senador Wilder Moraes é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, de acordo com fala da Presidência da sessão deliberativa ordinária de 27.08.2013
8. Em 17.10.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 124/2013-GLDBAG).
9. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
10. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 21/2014-BLUFOR).
11. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
12. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Flávio Roberto de Almeida Heringer**Telefone(s):** 3303-3487 (ou 2024)**E-mail:** csf@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/09/2013

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 17.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
VAGO ⁽³⁾	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT) ⁽²⁾	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO
PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (PMDB-TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Notas:**Atualização:** 03/02/2014

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

2. O Senador Jayme Campos licenciou-se a partir do dia 13.09.2013, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme Requerimento nº 1.047/2013, aprovado em 10.09.2013.

3. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) ⁽²⁾	COORDENADOR
Atualização: 05/11/2013	

Notas:

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013
2. O Senador Antonio Carlos Rodrigues foi designado Coordenador conforme Ato do Presidente nº 34, de 2013, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 5312, de 12.09.2013.

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA
Atualização: 06/03/2013	

Notas:

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL
(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL
Atualização: 05/11/2013	

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS)
PT
Angela Portela (RR)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
VAGO
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
João Durval (BA) ⁽³⁾
PSB
Lídice da Mata (BA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO ⁽⁴⁾
PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 20/03/2014**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 005/2014, datado de 18.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
4. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258**E-mail:** scop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁴⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS)
PT
Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
Armando Monteiro (PE)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
Acir Gurgacz (RO) ⁽²⁾
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
José Agripino (RN)
PR
Antonio Carlos Rodrigues (SP)
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO ⁽³⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 26/03/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB n° 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLPDT n° 007/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. n° 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
4. Eleitos na 1ª reunião do Conselho, realizada em 26.03.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Jarbas Vasconcelos (PE)
PT
Paulo Paim (RS)
PSDB
Cícero Lucena (PB)
PTB
VAGO ⁽²⁾
PP
Ana Amélia (RS)
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽⁴⁾
PSB
João Capiberibe (AP)
DEM
José Agripino (RN)
PR
VAGO
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽⁵⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 17/03/2014

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT n  006/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
5. Designado para ocupar a vaga do PRB, anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes, conforme Of. n  30/2014-BLUFOR, datado de 17.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁶⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC)
PT
Anibal Diniz (AC)
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽²⁾
PSB
João Capiberibe (AP) ⁽⁴⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PR
Cidinho Santos (MT)
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PCdoB
VAGO ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO ⁽³⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

SD

Vicentinho Alves (TO)

PROS**Atualização:** 09/04/2014**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB n° 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT n° 008/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. n° 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
4. O Senador João Capiberibe foi designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of.GLPB n° 0012/2014, datado de 31.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 1º.04.2014
5. O Senador Paulo Davim foi eleito Presidente na 1ª Reunião de 2014, realizada em 09.04.2014.
6. O Senador Randolfe Rodrigues foi eleito Vice-Presidente na 1ª Reunião de 2014, realizada em 09.04.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255 **Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC)
PT
Jorge Viana (AC)
PSDB
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Moraes (GO)
PR
Cidinho Santos (MT) ⁽⁵⁾
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO)
PCdoB
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
VAGO ⁽⁴⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizadaAndré Lima ⁽³⁾**Pesquisador com produção científica relevante**Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles ⁽³⁾**Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente**Rui Carlos Ottoni ⁽³⁾**Atualização:** 17/03/2014**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB n° 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.
3. Designado conforme Of.n° 130, de 2013/CMA, datado de 10.07.2013, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
4. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. n° 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
5. Designado para ocupar a vaga do PR, anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi, conforme Of. n° 027/2014-BLUFOR, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 17.03.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258 **Fax:** 3303.5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC) ⁽¹⁰⁾
PT
Paulo Paim (RS) ⁽¹¹⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO) ⁽⁸⁾
PTB
PP
Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾
PDT
João Durval (BA) ⁽⁷⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽¹²⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾
PR
PSD
Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽³⁾
PCdoB
Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PV
PRB
VAGO ^(2,13)
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁹⁾
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁴⁾

Atualização: 06/09/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GSINAR nº 169/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of.nº 0235/2013-GSEL, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
3. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme Of.nº 0032/2013-GLPSD, datado 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.GSRR nº 00134/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
5. Designada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº34/2013-GLDEM, datado 19.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº55/2013-GLDPP, datado 22.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 23.08.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. nº 11/2013-GLDPDT, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 26.08.2013.
8. Designada para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 160/2013-GLPSDB, datado de agosto de 2013, lido na sessão do Senado Federal de 27.08.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme nº 218/2013, datado de 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 28.08.2013.
10. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 256/2013, datado de 29.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. GLDPT nº 033/2013, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
12. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 0091/2013-GLPSB, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 06.09.2013.
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:**Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁴⁾**1ª Designação:** 20/12/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES) ⁽⁸⁾
PT
Paulo Paim (RS) ⁽⁹⁾
PSDB
PTB
PP
PDT
Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽²⁾
DEM
PR
Cidinho Santos (MT) ⁽¹²⁾
PSD
Sérgio Petecão (AC) ⁽³⁾
PCdoB
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽¹¹⁾
PRB
VAGO ^(5,13)
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁶⁾
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁷⁾
SD

Vicentinho Alves (TO) ⁽¹⁰⁾

Atualização: 19/03/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. GLDPDT nº 017, datado de 17.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
2. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 111, datado de 09.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. GLPSD nº 0039, datado de 06.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GSINAR nº 313, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
5. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of. GSEL nº 0315, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
6. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme Of. nº 324, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. GSRR nº 212, datado de 11.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
8. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 322, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 002/2014-GLDPT, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 18.02.2014.
10. Designado para ocupar a vaga do SDD, conforme Of. GSVALV nº 176, datado de 10.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 11.03.2014.
11. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme Of. GSPDAV nº 007, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi, conforme Of. nº 028/2014-BLUFOR, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
14. Eleitos na 1ª reunião do Conselho, realizada em 19.03.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO (Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à **composição de 2014: OFN nº 10/2014**

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados ²

COMPOSIÇÃO ³

Presidente: Deputado Devanir Ribeiro (PT/SP) ⁵
1º Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) ⁵
2º Vice-Presidente: Deputado Luiz Fernando Machado (PSDB/SP) ⁵
3º Vice-Presidente: Senador Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP) ⁵

Relator do PLDO / 2015: Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁷

Relator do PLOA / 2015:

Relator da Receita:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Eunício Oliveira (PMDB/CE)	1. João Alberto Souza (PMDB/MA)
Romero Jucá (PMDB/RR)	2. Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Waldemir Moka (PMDB/MS)	3. Valdir Raupp (PMDB/RO) ⁴
Ana Amélia (PP/RS)	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PSOL)	
Gleisi Hoffmann (PT/PR)	1. João Capiberibe (PSB/AP)
Jorge Viana (PT/AC)	2. Angela Portela (PT/RR)
Zeze Perrella (PDT/MG)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO)	1. Ruben Figueiró (PSDB/MS)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PRB)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP)	1. Gim (PTB/DF)
Mozarildo Cavalcante (PTB/RR) ⁶	2.
SD ¹	
Vicentinho Alves (SD/TO)	1. Ataídes Oliveira (PROS/TO)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 19-3-2014.

4- Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.

5- Mesa eleita em 25-3-2014.

6- Designado o Senador Mozarildo Cavalcante, como membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 59 de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

7- Nos termos do Of. Pres. N. 87/2014/CMO, do Presidente da CMO.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Beto Faro (PT/PA)	1. Assis Carvalho (PT/PI)
Devanir Ribeiro (PT/SP)	2. Márcio Macêdo (PT/SE)
Luiz Alberto (PT/BA)	3. Cláudio Puty (PT/PA) ⁹
Pedro Uczai (PT/SC)	4. Reginaldo Lopes (PT/MG)
Waldenor Pereira (PT/BA)	5. Ronaldo Zulke (PT/RS)
PMDB	
Alexandre Santos (PMDB/RJ)	1. Alceu Moreira (PMDB/RS)
Geraldo Resende (PMDB/MS)	2. João Magalhães (PMDB/MG) ⁶
Gastão Vieira (PMDB/MA) ⁶	3. Hermes Parcianello (PMDB/PR) ¹¹
Sandro Mabel (PMDB/GO) ⁶	4.
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) ¹¹	5.
PSDB	
Luiz Fernando Machado (PSDB/SP)	1. Izalci (PSDB/DF) ¹²
Nilson Leitão (PSDB/MT)	2. Cesar Colnago (PSDB/ES) ¹⁶
Rodrigo de Castro (PSDB/MG)	3.
PSD	
Eduardo Sciarra (PSD/PR)	1. Eliene Lima (PSD/MT)
Jaime Martins (PSD/MG)	2. Roberto Dornier (PSD/MT)
Urzeni Rocha (PSD/RR) ⁵	3. Moreira Mendes (PSD/RO) ⁵
PP	
Betinho Rosado (PP/RN)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
João Leão (PP/BA) ¹⁰	2. Lázaro Botelho (PP/TO)
Vilson Covatti (PP/RS)	3. Sandes Júnior (PP/GO)
PR	
Luciano Castro (PR/RR)	1. João Carlos Bacelar (PR/BA)
Milton Monti (PR/SP)	2. João Maia (PR/RN)
PSB	
Alexandre Toledo (PSB/AL)	1. Alexandre Roso (PSB/RS)
Sandra Rosado (PSB/RN)	2. Paulo Foletto (PSB/ES)
DEM	
Felipe Maia (DEM/RN)	1. Carlos Melles (DEM/MG) ¹³
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	2.
SD	
Henrique Oliveira (SD/AM) ⁸	1. Benjamin Maranhão (SD/PB) ⁸
PTB	
Wilson Filho (PTB/PB)	1. Arnon Bezerra (PTB/CE)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Paulo Wagner (PV/RN) ¹⁴	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP)
PROS	
Givaldo Carimbão (PROS/AL) ⁷	1. Dr. Jorge Silva (PROS/ES) ⁷
PDT	
Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)	1. Marcos Rogério (PDT/RO)
PCdoB	
Daniel Almeida (PCdoB/BA)	1. João Ananias (PCdoB/CE)
PSC	
Silvio Costa (PSC/PE)	1. Filipe Pereira (PSC/RJ) ¹⁵

PRB	
Cleber Verde (PRB/MA)	
PSOL ¹	
Ivan Valente (PSOL/SP) ⁴	Chico Alencar (PSOL/RJ) ⁴

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
3- Designação na Sessão do Senado Federal de 19-3-2013.
4- Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.
5- Designados, o Deputado Urzeni Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.
6- Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.
7- Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PROS.
8- Designados os Deputados Henrique Oliveira, como membro titular, e Benjamin Maranhão, como suplente, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 90 de 2014, da Liderança do SD.
9- Designado o Deputado Cláudio Puty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 307 de 2014, da Liderança do PT.
10- Designado o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 182 de 2014, da Liderança do PP.
11- Designados o Deputado Hermes Parcianello, como membro suplente, e o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 278 e 279, de 2014, respectivamente, da Liderança do PMDB.
12- Designado o Deputado Izalci, como membro suplente, em vaga existente, conforme o Ofício nº 414 de 2014, da Liderança do PSDB.
13- Designado o Deputado Carlos Melles, como membro suplente, em vaga existente, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, da Liderança do DEM.
14- Designado o Deputado Paulo Wagner, como membro titular, em substituição ao Deputado Eurico Júnior, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, das Lideranças do PPS e do PV.
15- Designado o Deputado Filipe Pereira, como membro suplente, em vaga existente, em 14-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 152 de 2014, da Liderança do PSC.
16- Designado o Deputado Cesar Colnago, como suplente, em vaga existente, em 30-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 492, de 2014, da Liderança do PSDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**Relator do PLDO / 2014:** Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB)**Relator do PLOA / 2014:****Relator da Receita:****RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014**

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	
II – Saúde	
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	
VII – Justiça e Defesa	
VIII – Poderes do Estado e Representação	
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	

I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS**COMPOSIÇÃO****Coordenador:****Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
------------------------	----------------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
------------------------	----------------

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO****Coordenador:****Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
------------------------	----------------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
------------------------	----------------

III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI**COMPOSIÇÃO****Coordenador:****Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
------------------------	----------------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
------------------------	----------------

IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE**COMPOSIÇÃO****Coordenador:****Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
------------------------	----------------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
------------------------	----------------

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Deputado Alfredo Sikis (PSB/RJ) ^{15, 20, 27, 39 e 40}
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB/CE) ^{15, 20, 27, 39 e 40}
Relator: Senador Valdir Raupp (PMDB/RO) ^{16, 20, 27, 39 e 40}

Instalação: 9-4-2014 ^{15, 20, 27 e 40}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23, 26 e 37}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
Inácio Arruda (PCdoB/CE) ^{22 e 36}	5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Valdir Raupp (PMDB/RO) ^{3, 14, 29, 33 e 35}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 29}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 29}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 29}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. ^{3, 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 18 e 29}	4. ^{3, 19 e 29}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. Jayme Campos ^{2, 24 e 34}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. ^{6, 10, 28, 30, 31 e 32}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. ^{8, 9 e 12}
Cidinho Santos (PR/MT) ³⁸	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{5 e 29}	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

- 18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
- 19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25- Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
- 30- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 31- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
- 32- - Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
- 33- Vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann, em 3-2-2014.
- 34- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 2, de 2014, da Liderança do Democratas – DEM.
- 35- Designado o Senador Valdir Raupp, como membro titular, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 36- Designado o Senador Inácio Arruda, como membro titular, em vaga existente, em 19-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 19, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 37- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 127 dias, a partir de 13-3-2013, conforme os Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na Sessão do Senado Federal de 11-3-2012.
- 38- Designado o Senador Cidinho Santos, como membro titular, em vaga existente, em 13-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
- 39- Vago (arts. 5º e 6º da Resolução nº 4, de 2008-CN).
- 40- Comissão instalada em 9-4-2014, eleitos Presidente Deputado Alfredo Sirkis, Vice-Presidente Senador Inácio Arruda e Relator Senador Valdir Raupp, conforme Ofício nº 003/2014-CMMC (lido em 16/4/2014 - SF)

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ^{2 19}
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Colbet Martins (PMDB/BA) ^{2 e 22}
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. Felipe Bornier (PSD/RJ) ^{14 e 25}
Thiago Peixoto (PSD/GO) ^{14 e 25}	2. ¹⁴
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ^{2, 11 e 20}	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ^{2 e 20}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) ^{2 e 21}	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) ^{2 e 21}
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Gorete Pereira (PR/CE) ^{2, 18 e 24}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Alfredo Sirkis (PSB/RJ) ^{2, 17 e 23}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13, 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 16}	1. ^{2 16}
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

- 13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.
- 14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.
- 16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.
- 17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
- 18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.
- 19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.
- 20- Em 22-5-2013 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.
- 21- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.
- 22- Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.
- 23- Designado o Deputado Alfredo Sirkis, como membro titular, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 5, de 2014, da Liderança do PSB.
- 24- Em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, a Deputada Gorete Pereira, em substituição ao Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, conforme o Ofício nº 84, de 2014, da Liderança do PR.
- 25- Designados os Deputados Thiago Peixoto, como membro titular, e Felipe Bornier, como membro suplente, conforme o Ofício nº 274 de 2014, da Liderança do PSD.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Moraes (DEM/GO) ³	1. Jayme Campos (DEM/MT) ^{3, 6, 7, 8 e 9}
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

6- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

7- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

8- Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.

9- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 002, de 2014, da Liderança do Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)
(Resolução nº 2, de 2013-CN)**COMPOSIÇÃO****Presidente:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ^{4, 10}**Vice-Presidente:** Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ^{4, 10}

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) ⁶	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> RICARDO FERRAÇO (PMDB-ES) ¹
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VICENTINHO (PT-SP)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> WILDER MORAIS (DEM-GO) ^{3 e 7}
<u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MAIORIA</u> NELSON PELLEGRINO (PT/BA) ¹²	<u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> WALDEMIR MOKA (PMDB-MS) ⁵
<u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MINORIA</u> LUIZ CARLOS HAULY (PSDB/PR) ⁹	<u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u>
<u>DEPUTADO ELEITO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> HUGO NAPOLEÃO (PSD/PI) ¹¹	<u>SENADOR ELEITO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> MOZARILDO CAVALCANTI (PTB/RR) ⁸

Notas:

- 1- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (Of. nº 001/2013 – CRE).
- 2- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.
- 3- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
- 4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.
- 5- Em 13.2.2014, o Senador Waldemir Moka é indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, conforme Of. GLPMDB nº 033/2014.
- 6- Eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em 26.02.2014.
- 7- Em 12.03.2014, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Wilder Moraes como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
- 8- Em 17.3.2014, o Senador Mozarildo Cavalcanti é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no Senado Federal, conforme Ofício nº 038/2014 - CRE.
- 9- Em 19.3.2014, o Deputado Luiz Carlos Hauly é indicado pela Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme o Ofício nº 7, de 2014.
- 10- Em 20-3-2014 o Senador Ricardo Ferraço assume a presidência, e o Deputado Eduardo Barbosa a vice-presidência, nos termos do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013-CN, conforme Ofício nº 1, de 2014, do Presidente da CCAI.
- 11- Em 7-4-2014, o Deputado Hogo Napoleão é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 018/2014 - CREDN.
- 12- Designado o Deputado Nelson Pellegrino, em vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 255, de 2014, da Liderança do PT.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Comissões (SCOM)
Diretor: Flávio Roberto de Almeida Heringer
Telefones: (61) 3303-3487 / 3303-4440
E-mail: scomgab@senado.gov.br
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – CMCVM

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Número de membros: 12 Senadores e 31 Deputados ¹**COMPOSIÇÃO****Presidente:****Vice-Presidente:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)	
Kátia Abreu (PMDB/TO) ⁵	1. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE) ⁵
Ana Amélia (PP/RS) ⁵	2. Sérgio Petecão (PSD/AC) ⁵
Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵	3.
Paulo Davim (PV/RN) ⁵	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL)	
Ana Rita (PT/ES) ⁴	1. Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁴
Angela Portela (PT/RR) ⁴	2. João Capiberibe (PSB/AP) ⁴
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ⁴	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁴
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
	1. Lúcia Vânia ³
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)	
Eduardo Amorim (PSC/SE) ⁶	1. Gim (PTB/DF) ⁶
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ⁶	2.
PROS ²	
	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e quatro vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

3- Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em 25-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 14 de 2014, da Liderança do PSDB no Senado Federal.

4- Designadas as Senadoras Ana Rita, Angela Portela e Vanessa Grazziotin, como membros titulares; e os Senadores Cristovam Buarque, João Capiberibe e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, em 26-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 21 de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

5- Designadas as Senadoras Kátia Abreu e Ana Amélia e os Senadores Ricardo Ferraço e Paulo Davim, como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos e Sérgio Petecão, como membros suplentes, em 12-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

6- Designados como membros titulares, os Senadores Eduardo Amorim e Mozarildo Cavalcanti e, como membro suplente, o Senador Gim, em 18-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

COMISSÃO MISTA DE ASSUNTOS RELACIONADOS À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CMCPLP

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Número de membros: 4 Senadores e 6 Deputados ¹

COMPOSIÇÃO

Presidente:

Vice-Presidente:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)	
	1.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL)	
	1.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) ²	
	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e quatro vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO

(para efeito de participação brasileira na AP-CPLP - parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2, de 2014-CN)

Presidente: Senador Renan Calheiros

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Vice-Presidente: Deputado André Vargas

Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012**

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) ¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ^{5, 13}
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) ¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 6}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD ⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos do Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofícios nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

13- Em 26-3-2014, o Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 26-3-2014, conforme RQS nº 267/2014, deferido na sessão de 26-3-2014.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela (PMDB/GO) ¹	1. Geraldo Resende (PMDB/MS) ¹
Luiz Pitiman (PSDB/DF) ¹	2. Sandro Mabel (PMDB/GO) ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto (PP/BA) ¹	1. Toninho Pinheiro (PP/MG) ¹
DEM	
Augusto Coutinho (SD/PE) ¹	1. João Bittar (DEM/MG) ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho (SD/DF) ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Instalação: 12-3-2013 ¹
Prazo Final: 11-5-2013
Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 ²
Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013 ³
Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013 ⁴
Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014 ⁵

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

Notas:

- 1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRRC.
- 2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.
- 3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.
- 4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.
- 5- Nos termos no Ato Conjunto nº 15-A, de 18 de dezembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013²
Prazo Final: 30-9-2013⁴
Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013⁶
Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014¹³

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes ⁷
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) ⁹
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Moreira Mendes (PSD/RO) ¹⁰
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ³	Esperidião Amin (PP/SC) ¹²
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Júlio Delgado (PSB/MG) ¹⁴
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Rodrigo Maia (DEM/RJ) ¹⁴
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antonio Britto (PTB/BA) ¹⁴
João Maia (PR/RN) ^{5 e 9}	Benedita da Silva (PT/RJ) ^{14 e 15}

Senado Federal

Titulares	Suplentes ⁷
Romero Jucá (PMDB/RR)	Kátia Abreu (PMDB/TO) ^{7 e 8}
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Waldemir Moka (PMDB/MS) ⁷
Walter Pinheiro (PT/BA) ¹²	Ruben Figueiró (PSDB/MS) ¹¹
Pedro Taques (PDT/MT)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	
Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)	
Ana Amélia (PP/RS) ^{5 e 7}	

Notas:

- 1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.
- 2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.
- 3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.
- 4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.
- 5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.
- 6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 9, de 26 de setembro de 2013.
- 7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.
- 8 - Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Partido da Social Democrático- PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 - GSKAAB.
- 9 - Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.
- 10 - Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 6-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.
- 11 - Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.
- 12 - Nos termos do Ato Conjunto nº 14, de 3 de dezembro de 2013 (DSF 3-12-2013), ficam designados o Deputado Esperidião Amin, como membro suplente, e o Senador Walter Pinheiro, como membro titular, em substituição ao Senador Jorge Viana.
- 13 - Nos termos do Ato Conjunto nº 15-B, de 18 de dezembro de 2013.
- 14 - Nos termos do Ato Conjunto nº 2, de 11 de março de 2014.
- 15 - Nos termos do Ato Conjunto nº 3, de 30 de abril de 2014 (DSF 1º-5-2014), fica designada a Deputada Benedita da Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Geraldo Simões.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepti@senado.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: Investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

Número de membros: 15 Senadores e 15 Deputados ¹

- **Leitura:** 15-4-2014
- **Designação da Comissão:**
- **Instalação da Comissão:**
- **Prazo final da Comissão:**

Notas:

1- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 3, de 2014-CN)

Finalidade: Investigar as denúncias de prática de corrupção, desvio de recursos públicos, fraude em licitação, lavagem de dinheiro, remessa ilegal de valores ao exterior e formação de cartel em atos e contratos realizados por entidades da administração pública direta e indireta, relacionados à aquisição da Refinaria de Pasadena no Texas (EUA); aos contratos entre a Petrobras e a empresa holandesa "SMB Offshore"; ao lançamento de plataformas inacabadas; ao superfaturamento na construção de refinarias; às atividades da Petrobras e do Porto de Suape para viabilizar a construção e a operação da Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco; aos contratos para aquisição, manutenção e operação de trens, metrô e sistemas auxiliares, em SP e no DF, que envolvam as empresas referidas no acordo de leniência firmado pela Siemens; e aos convênios e contratos, firmados por órgãos e entidades estaduais e municipais, para aquisição de equipamentos e desenvolvimento de projetos na área de tecnologia da informação e utilizando recursos da União.

Número de membros: 15 Senadores e 15 Deputados ¹

- **Leitura:** 15-4-2014
- **Designação da Comissão:**
- **Instalação da Comissão:**
- **Prazo final da Comissão:**

Notas:

1- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Vicentinho (PT/SP)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Domingos Sávio (PSDB-MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Wilder Moraes (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Vicente Candido (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Eduardo Barbosa (PSDB/MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 25.03.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL(13 titulares e 13 suplentes)¹

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA**²Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA**²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO ³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO ⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

ssccn@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>E-mail: sglcn@senado.gov.br

Informações: (61) 3303-4050

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS**

Aprovada na 3ª Reunião do CCS, realizada em 06.05.2013

I. COMISSÃO DE MARCO LEGAL E REGULATÓRIO DO SETOR DAS COMUNICAÇÕES**Coordenador:** Miguel Angelo Cançado.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
13. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
14. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
15. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

II. COMISSÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**Coordenador:** Ronaldo Lemos.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**III. COMISSÃO DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

Coordenador: José Catarino do Nascimento.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
11. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
12. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
13. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
14. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
15. Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
16. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
17. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
18. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
19. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
20. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

IV. COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Coordenador: Alexandre Kruel Jobim.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
16. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
17. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**V. COMISSÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

Coordenador: Gilberto Carlos Leifert.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO ¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Deputado Newton Lima ²**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer ²**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molling ²**Designação:** 07.05.2013**DEPUTADOS**

TITULARES	SUPLENTES
PT	
BENEDITA DA SILVA	BOHN GASS
DR. ROSINHA	JANETE PIETÁ ¹³
IARA BERNARDI ¹⁴	MÁRCIO MACÊDO
NEWTON LIMA	TAUMATURGO LIMA
PMDB	
ANDRÉ ZACHAROW	LELO COIMBRA
ÍRIS DE ARAÚJO	OSMAR SERRAGLIO
MARÇAL FILHO	RONALDO BENEDET
RAUL HENRY	VALDIR COLATTO
PSDB	
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	CARLOS SAMPAIO ^{3,10}
Vago ¹²	
Vago ⁴	
PSD	
GERALDO THADEU	ÁTILA LINS
HUGO NAPOLEÃO	DR. LUIZ FERNANDO
RAUL LIMA	ELEUSES PAIVA
PP	
DILCEU SPERAFICO	LUIS CARLOS HEINZE
RENATO MOLLING	RENATO ANDRADE
PR	
WELLINGTON FAGUNDES	HENRIQUE OLIVEIRA
PSB	
JOSÉ STÉDILE	BETO ALBUQUERQUE
PAULO FOLETTO ⁶	LEOPOLDO MEYER
DEM	
JÚLIO CAMPOS	
PDT	
VIEIRA DA CUNHA	SEBASTIÃO BALA ROCHA
PTB	
PAES LANDIN	JORGE CORTE REAL
BLOCO PV, PPS	
ROBERTO FREIRE	ANTÔNIO ROBERTO
PSC	
NELSON PADOVANI	TAKAYAMA
PC DO B	
JOÃO ANANIAS	CHICO LOPES
PRB	
GEORGE HILTON	VITOR PAULO
PtdoB	
LUIS TIBÉ	

Senadores

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
PEDRO SIMON	CASILDO MALDANER
ROBERTO REQUIÃO	VALDIR RAUPP
ANA AMÉLIA	GIM ⁸
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
EDUARDO SUPLICY	ACIR GURGACZ ⁵
PAULO PAIM	INÁCIO ARRUDA
ANTONIO CARLOS VALADARES ⁵	HUMBERTO COSTA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
PAULO BAUER	CASSIO CUNHA LIMA
WILDER MORAIS	JAYME CAMPOS ⁷
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
MOZARILDO CAVALCANTI ¹¹	FERNANDO COLLOR
LUIZ HENRIQUE ⁹	EDUARDO AMORIM

(Atualizada em 11.4.2014)

Notas:

1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.

2-- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.

3-- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.

4- Vago em virtude de o Deputado Luiz Carlos Hauly ter comunicado o seu afastamento, conforme Of. GAB nº 018/2013.

5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.

6- Em 03.04.2014, o Deputado Paulo Foletto foi designado para ocupar a vaga de membro titular do PSB, nos termos do Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 15, de 2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13.09.2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão do Senado Federal de 10.09.2013.

8-- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nºs 260 e 265/2013, e Of. nº 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.

9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios nºs 167/2013-BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.

10- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, em substituição ao Deputado Urzeni Rocha, nos termos do Of. nº 948/2013/PSDB, datado de 24.09.2013.

11- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 2, de 19.02.2014, para ocupar a vaga de membro titular do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, de acordo com anuência expressa de S. Exª aposta no Ofício nº 002/2014-BLUFOR.

12- Vago em virtude do recebimento do Ofício nº 227, de 2014, do Presidente da Câmara dos Deputados, lido na Sessão do Senado Federal de 26.02.2014, comunicando a declaração de renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Eduardo Azeredo.

13- A Deputada Janete Pietá foi designada para ocupar a vaga de suplente do Partido dos Trabalhadores, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 17, de 2014, lido na sessão do Senado Federal de 30.04.2014.

14- A Deputada Iara Bernardi foi designada para ocupar a vaga de membro titular do Partido dos Trabalhadores, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, que deixou o exercício do mandato, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 16, de 2014, lido na sessão do Senado Federal de 15.04.2014.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

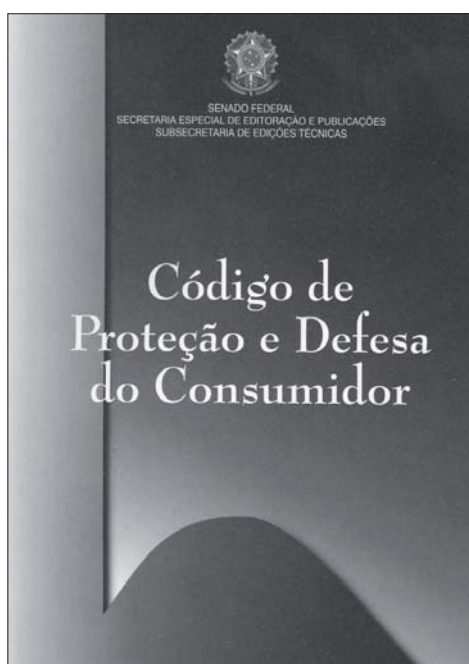
e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercossul



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor



Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Inclui dispositivos constitucionais pertinentes, vetos presidenciais, legislação correlata e completo índice temático.

Estatuto da Criança e do Adolescente



Lei nº 8.069, de 1990, acrescida de legislação correlata e atos internacionais relativos ao tema criança e adolescente.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 228 páginas
(O.S. 11871/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

